

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



A Freguesia de Picote: Estudo Demográfico (1796-1900)

ALDA MARIA PRETO MIGUEL

Tese orientada pelo Professor Doutor João Cosme, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em História na Especialidade de História Moderna e Contemporânea

2021

Aos meus pais

Bárbara e Manuel

Que me ensinaram a trilhar o caminho

Às minhas netas

Alice e Amélia

Que o hão de continuar

LA CANTIGA DEL MIRANDUM¹

*Mirandum se fui a la guerra
Mirandum se fui a la guerra
Mirandum, Mirandum, Mirandela,
Num sei quando benerá,*

*Se benerá por la pasqua
Se benerá por la pasqua
Mirandum, Mirandum, Mirandela,
Se por la trénidade.*

*La trénidade se passa
La trénidade se passa
Mirandum, Mirandum, Mirandela,
Mirandum num bene iá.*

*Chubira-se a hûa torre
Chubira-se a hûa torre
Mirandum, Mirandum, Mirandela,
Para ber se lo abistaba.*

*Bira benir um passe
Bira benir um passe
Mirandum, Mirandum, Mirandela,
Que nobidades trairá?*

*Las nobidades que tráio
Las nobidades que tráio
Mirandum, Mirandum, Mirandela,
Bos ande fazer chorar.*

*Tirae las colores de gala
Tirae las colores de gala
Mirandum, Mirandum, Mirandela,
Ponei vestidos de lhuto.*

*Que Mirandum iá ié muôrto
Que Mirandum iá ié muôrto
Mirandum, Mirandum, Mirandela,
Jou bien lo bi anterrar.*

*Antre quatro ouficiales
Antre quatro ouficiales
Mirandum, Mirandum, Mirandela,
Que lo iban a lhebar*

¹ MIRANDA, Cavaleiro de, in *Jornal O Mirandez*, nº 11, Miranda do Douro, 10 de Setembro de 1894, p. 3; O autor conta, neste nº do Jornal, a 2ª parte da história romanesca de um capitão que na guerra dos 7 anos, em 1762, terá sido morto em Picote junto ao rio Douro e que foi inspiradora desta canção. Em nota de rodapé o autor refere que «esta canção existe em francês sob o título de *Canção da ama de Luís XVII*, porque foi esta que a trouxe à corte. Há críticos que supõem que data da *guerra da sucessão* (...). Foi em França adaptada ao general Malbrough, (...), como entre nós foi adaptada ao *Capitão do Mirandum* (...)». Atualmente é um laço que faz parte do repertório da dança dos pauliteiros.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de investigação não teria sido possível sem o apoio e colaboração de um conjunto de pessoas que me auxiliou com informações, sugestões, conselhos, críticas e palavras encorajadoras.

Aos meus professores de mestrado, Professores Doutores Ana Maria Rodrigues, João Cosme, Maria de Fátima Reis e Maria Leonor García da Cruz, cujas sessões de docência nos respetivos seminários não só nos transmitiram muito do seu saber como abriram campos de investigação e novas visões para muitas das problemáticas históricas.

Ao orientador científico desta tese, Professor Doutor João Cosme, que manifestou sempre total disponibilidade para discutir as várias dificuldades e dúvidas que iam surgindo. Com os seus conselhos avisados, sustentados em vários anos de estudo e reflexão, o acompanhamento constante do evoluir do trabalho e as palavras encorajadoras quando o cansaço ou o desânimo espreitavam, conseguimos chegar a bom porto – conclusão da dissertação. Sinto que são poucas as palavras para descrever a minha gratidão.

À Diretora do Arquivo Distrital de Bragança, Dra. Élia Correia e toda a equipa, pela disponibilização dos documentos necessários à construção deste trabalho.

Ao Diretor do Arquivo Municipal de Miranda do Douro, Dr. Jorge Jacoto Lourenço e à Dra. Maria de Jesus Beneitez Peña pela inextinguível simpatia com que fui recebida e pela prontidão com que me facultaram a informação solicitada.

Ao meu amigo Joaquim Nascimento, que tem honrado a sua terra com vários estudos e que, com o seu exemplo, me incentivou a iniciar este percurso.

Ao meu tio Daniel e à minha prima Lina por partilharem comigo os saberes e memórias inculcados por várias gerações.

À minha filha com quem compartilhei a alegria de cada descoberta.

RESUMO

O estudo que apresentamos centra-se na análise da evolução e dos comportamentos demográficos da freguesia de Picote, concelho de Miranda do Douro, entre 1796 e 1900. Os registos paroquiais constituíram o principal suporte documental desta investigação e permitiram a análise das diferentes variáveis que influenciam as dinâmicas das populações: nupcialidade, natalidade e mortalidade.

Picote é uma freguesia rural rica em tradições e protagonista de uma história demográfica ditada pelo isolamento e localização geográfica; é, também, essa história feita à cadência da vida das mulheres e homens daquela comunidade, que esperamos que este trabalho consiga transmitir.

Palavras-chave: Picote, registos paroquiais, nupcialidade, natalidade, mortalidade.

ABSTRACT

The study presented on this document focuses on the analysis of demographic behaviors and population evolution between 1796 and 1900 of Picote parish, in Miranda do Douro County. The parish records represented the main documental support for this investigation and allowed the analysis of demographic variables which influenced the population's dynamics: nuptiality, natality and mortality.

Picote is a rural parish rich in traditions and protagonist of a demographic history dictated by its isolation and geographic location, it is this story made to the cadence of the lives of the women and men of that community, that we will seek to transmit in the work developed.

Keywords: Picote, parochial registers, nuptiality, natality, mortality.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	IV
RESUMO.....	V
ABSTRACT.....	VI
INTRODUÇÃO.....	1
1. Enquadramento geográfico e histórico-cultural da Freguesia de Picote	7
1.1 - Enquadramento geográfico.....	7
1.2 - Referências Histórico – Culturais	11
2. Análise macro demográfica	19
2.1 - Levantamentos populacionais 1732-1758	21
2.2 - A população na 2ª metade do séc. XVIII	22
2.3 - A evolução da população: 1801-1849	26
2.4 - A evolução da população: 1864-1900	28
3. Estrutura sócio profissional	36
3.1 - Segundo o estudo de Columbano Pinto Ribeiro de Castro	36
3.2 - Segundo os Livros de Registo Paroquial.....	44
3.2.1 Segundo os Livros de Registo de Batismo	44
3.2.2 Segundo os Livros de Registo de Óbito.....	50
4. Nupcialidade	57
4.1 - Taxa bruta de nupcialidade	57
4.2 - Evolução quantitativa da nupcialidade.....	58
4.3 - Média anual dos casamentos por décadas	60
4.4 - Sazonalidade ou distribuição mensal dos casamentos	61
4.5 - Idade média dos nubentes ao primeiro casamento.....	63
4.6 - Celibato definitivo	66
4.7 - Tipologia matrimonial.....	68
4.8 - Intervalo entre 1ª viuvez e o 2º casamento	69
4.9 - Origem geográfica dos nubentes	70
5. Natalidade	72
5.1 - Taxas brutas de natalidade.....	72
5.2 - Evolução Quantitativa da Natalidade	73
5.3 - Distribuição mensal das conceções e dos nascimentos.....	77
5.4 - Espaçamento dos nascimentos.....	78
5.4.1 Intervalo protogenésico médio.....	78

5.4.2 Intervalos intergenésicos médios sucessivos.....	80
5.5 - Os nascimentos ilegítimos.....	82
5.5.1 Os Expostos, segundo os registos de batismo	85
5.5.2 As Amas, segundo os registos de óbito.....	88
5.6 - Famílias estéreis.....	93
6. Mortalidade	95
6.1 - Taxas brutas de mortalidade	95
6.2 - Evolução quantitativa da mortalidade.....	96
6.3 - Média anual dos óbitos por décadas.....	99
6.4 - Sazonalidade ou distribuição mensal dos óbitos	100
6.5 - Observações sobre os períodos de mortalidade excepcional	102
6.5.1 Anos de 1796, 1802.....	103
6.5.2 Anos de 1805, 1809 e 1811.....	105
6.5.3 Anos de 1825, 1828 e 1832-1834	108
6.5.4 Anos de 1844 e 1856	108
6.5.5 Anos de 1864, 1868-1869	112
6.5.6 Anos de 1878 e 1882	114
6.5.7 Anos de 1893 e 1898	114
6.6 - Esperança média de vida à nascença/Idade média à morte	117
6.7 - A Mortalidade por grupos de idade	118
7. Mobilidade	121
7.1 - A Mobilidade segundo os registos de casamento.....	124
7.2 - A Mobilidade segundo os registos de óbito	129
CONCLUSÃO	132
FONTES E BIBLIOGRAFIA	141
Fontes	141
Manuscritas	141
Impressas.....	142
Bibliografia.....	143
ANEXOS	150
Anexo 1: Reconstituição de famílias	151

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1: Total de Fogos nas Freguesias de Picote e Miranda do Douro (1732 E 1758)	21
QUADRO 2: Total de Fogos nas Freguesias de Picote e Miranda do Douro (1758 A 1798- 1801).....	23
QUADRO 3: Fogos e Habitantes nas Freguesias de Picote e Miranda do Douro em 1801 e 1849/1864.....	26
QUADRO 4: Estratos Etários nas Freguesias de Picote e Miranda do Douro em 1801.....	28
QUADRO 5: Número de Habitantes nas Freguesias de Picote e Miranda do Douro (1864- 1900).....	32
QUADRO 6: Agrupamento da População de Facto de Picote por Grupos Funcionais	34
QUADRO 7: Agrupamento da População de Facto de Miranda do Douro por Grupos Funcionais	34
QUADRO 8: Índices-Resumos das Freguesias de Picote e Mirandado Douro (1864 E 1878)	35
QUADRO 9: População de Picote Distribuída por Grupo Ocupacional (Segundo Columbano P. R. De Castro).....	37
QUADRO 10: Coeficiente Habitantes por Fogo em 1796 (Picote e Outras Freguesias).....	38
QUADRO 11: Total de Fogos, Almas, Lavradores, Jornaleiros e Pastores em 1796 (Freguesia de Picote).....	40
QUADRO 12: Total de Fogos, Almas, Lavradores, Jornaleiros e Pastores em 1796 (Concelho de Miranda do Douro)	41
QUADRO 13: Total de Fogos, Almas e Fabricantes de Lã em 1796 (Picote e outras Freguesias).....	42
QUADRO 14: Total de Fogos, Almas, Alfaiates, Sapateiros e Carpinteiros em 1796 (Freguesia de Picote).....	43
QUADRO 15: Estrutura Socioprofissional segundo os Registos de Batismo (1860-1900)..	45
QUADRO 16: Quadro Resumo (Totais e %) por Setores de Atividade, Registo Batismo....	49
QUADRO 17: Estrutura Socioprofissional segundo os Registos de Óbito (1796-1900).....	50
QUADRO 18: Quadro Resumo (Totais e %) por Setor de Atividade, Registo de Óbitos.....	54
QUADRO 19: Taxas Brutas de Nupcialidade.....	57

QUADRO 20: Evolução Quantitativa da Nupcialidade.....	60
QUADRO 21: Média Anual de Casamentos por Décadas.....	61
QUADRO 22: Distribuição Mensal dos Casamentos.....	62
QUADRO 23: Idade Média ao 1º Casamento (1796-1845).....	64
QUADRO 24: Idade Média ao 1º Casamento (1861-1900)	66
Quadro 25: Percentagem dos Habitantes, por Estado Civil, com Idade ≥ 46 Anos.....	67
QUADRO 26: Situação Nupcial à Data do Óbito, por Estado Civil, com Idade ≥ 46 Anos...67	
QUADRO 27: Tipologia Nupcial na Freguesia de Picote (1796-1900)	68
QUADRO 28: Intervalo entre a Viuvez e o 2º Casamento.....	69
QUADRO 29: Origem Geográfica dos Nubentes	71
QUADRO 30: Taxas Brutas de Natalidade.....	72
QUADRO 31: Evolução Quantitativa da Natalidade.....	74
QUADRO 32: Evolução dos Nascimentos por Décadas.....	76
QUADRO 33: Evolução Mensal das Concepções e dos Nascimentos.....	77
QUADRO 34: Intervalo Protogenésico	79
QUADRO 35: Intervalo Protogenésico Médio por Grupos de Idade	80
QUADRO 36: Intervalos Intergenésicos (em meses).....	82
QUADRO 37: Nascimentos Ilegítimos	82
QUADRO 38: Concepções Pré-Nupciais.....	83
QUADRO 39: Lista das Amas de Picote (Segundo os Livros de Registo de Óbito).....	91
QUADRO 40: Famílias Estéreis.....	93
QUADRO 41: Taxas Brutas de Mortalidade.....	95
QUADRO 42: Evolução dos Óbitos em Picote (1796-1900)	97
QUADRO 43: Agrupamento dos Óbitos por Décadas	99
QUADRO 44: A Sazonalidade dos Óbitos	100
QUADRO 45: Esperança Média de Vida à Nascimento.....	117
QUADRO 46: Idade Média à Morte.....	117
QUADRO 47: Distribuição dos Óbitos por Escalões Etários (1861-1900).....	119
QUADRO 48: Identificação da Origem dos Nubentes (H/M) por Concelho e Período Cronológico.....	125
QUADRO 49: Origem dos Nubentes (H/M): Números Absolutos e Percentagem	126
QUADRO 50: Origem dos Nubentes: N.ºs Absolutos e Percentagem.....	127

QUADRO 51: Origem dos Nubentes com Indicação do Distrito, Concelho e Freguesia...	129
QUADRO 52: Origem dos Residentes (H/M) com Óbito em Picote por Concelho e Períodos Cronológicos.....	129
QUADRO 53: Local de Origem dos Residentes (H/M) com Óbito em Picote	130
QUADRO 54: Local de Origem dos Residentes (Distrito, Concelho E Freguesia) com Óbito em Picote	131
QUADRO 55: Evolução dos Casamentos, Nascimentos e Óbitos (1796-1900)	138
QUADRO 56: Saldo Fisiológico por Décadas	139

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Nupcialidade; N ^{os} Absolutos e M.M.5 com Linha de Tendência.....	60
GRÁFICO 2: Natalidade; N ^{os} Absolutos (H/M), Índice e M.M.5 com Linha de Tendência N ^{os} Absolutos	75
GRÁFICO 3: Mortalidade: N ^{os} Absolutos (H/M), Índice e M.M.5 com a Linha de Tendência	98
GRÁFICO 4: Sazonalidade dos Óbitos	102
GRÁFICO 5: Nupcialidade, Natalidade e Mortalidade; N ^{os} Absolutos	138

ÍNDICE DE MAPAS

FIGURA 1: Localização do Concelho de Miranda do Douro no Distrito de Bragança	9
FIGURA 2: Freguesias do Concelho de Miranda do Douro	11
FIGURA 3: Freguesias do Concelho de Miranda onde se Fala o Mirandês.....	15

INTRODUÇÃO

Quem viajar pela Estrada Nacional 221 entre Mogadouro e Miranda do Douro e quiser entrar na Freguesia de Picote tem de estar atento às indicações e nas “Placas”², tem de virar à direita pela EM 221-6. Picote, ou *Picuote* se o pronunciarmos em mirandês, não é, pois, um local de passagem entre uma e outra localidade onde o viajante faz uma pausa para descontraír e ganhar fôlego para o resto do itinerário. Quem vai ao recôndito lugar de Picote é com o propósito de se deslumbrar com a paisagem avassaladora que se enxerga do miradouro da *Peinha de L Puio*³ que o Rio Douro tem vindo a esculpir. Numa incursão a Picote, o Abade Baçal⁴, que espreitou o Douro do cimo do miradouro, poeticamente descreve o serpenteado do rio que dali se avista qual «colossal jiboia, ronca ofegante, serpenteando em largos torcicolos, mina incessantemente os flancos das montanhas e, procurando os pontos vulneráveis dos fragueiros, ataca-os com jatos sibilantes de água que, auxiliada pelas influências meteorológicas, os vai aluindo pouco a pouco incessantemente em labuta de séculos»⁵.

Para nós, Picote, não é apenas a paisagem que nos continua a deslumbrar ano após ano. Foi ali que o tempo, ao longo de gerações, afagou as pedras, os caminhos, as ruas que viram nascer, labutar e morrer os nossos avós; foi ali que aprenderam, e nos transmitiram, as regras da comunidade que pulsava ao ritmo da vida e da morte; foi ali que criaram um património cultural, que nos deram a conhecer, desenvolvido e fortalecido pelo isolamento em que viviam.

Estas razões, associadas ao facto de não ter sido ainda elaborado um trabalho de investigação sobre os comportamentos demográficos da Freguesia de Picote, levaram a que entregássemos toda a nossa disponibilidade à sua concretização. Assim, este estudo

² Designação dada pela população local; além de sinalética é, também, espaço de encontro e de paragem da “carreira” que liga as várias freguesias.

³ Pódio, lugar elevado; BÁRBOLO, António, *Visita Guiada*, RTP2, 12.10.2020.

⁴ Francisco Manuel Alves, mais conhecido por Abade de Baçal (9 de Abril de 1865 – 13 Novembro de 1947), nasceu em Baçal (Bragança) aldeia onde, após ter sido ordenado sacerdote em 13 de Julho de 1889, foi, até à sua morte, pároco. De vida simples e modesta, dedicou-a à recolha de testemunhos arqueológicos e históricos respeitantes, essencialmente, ao Distrito de Bragança. A sua obra principal são as *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, em 11 volumes.

⁵ ALVES, Francisco Manuel, Abade de Baçal, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Bragança, Edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus, Museu do Abade de Baçal, Tomo XI, 2000, p. 311.

tem como objetivo compreender a dinâmica demográfica daquela pequena comunidade.

Para a sua concretização tivemos, num primeiro momento, de delimitar o espaço geográfico e o período temporal a estudar, realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o tema e iniciar a recolha e tratamento das fontes manuscritas enquanto base essencial do nosso trabalho.

Os registos paroquiais foram o principal suporte – fonte – deste trabalho, devidamente complementados por outras fontes, com especial relevo para as de cariz populacional, merecendo, por isso, especial nota os censos populacionais. Relativamente às opções metodológicas: a demografia histórica, que se ocupa da análise demográfica de populações do passado com um elevado volume de informação, desenvolveu «métodos e técnicas específicas»⁶ para o tratamentos dos dados daí resultantes. Para o efeito, recorreremos à metodologia de reconstituição de famílias proposta por Louis Henry e Michel Fleury para abordarmos a natalidade e a nupcialidade, enquanto para o estudo da mortalidade e da mobilidade optámos pela metodologia inglesa, agregativa ou também denominada de exploração anónima. Toda a informação recolhida dos registos paroquiais foi inserida em ficheiro o que nos permitiu, posteriormente, retirar e cruzar os elementos necessários.

O período de pesquisa compreende o intervalo cronológico entre 1796 e 1900; o facto de só a partir daquela data dispormos de séries documentais contínuas e completas determinou o espaço de tempo a analisar; só assim nos era oferecida a possibilidade de cruzar informação e viabilizar o estudo e caracterização, em termos demográficos, da freguesia de Picote.

Recorremos a várias fontes de informação para a realização deste trabalho, contudo a principal, como referido, foi o acervo documental dos registos paroquiais de batismo, casamento e óbito cujos originais se encontram depositados no Arquivo Distrital de Bragança. Embora com algumas limitações foi possível, pelos dados recolhidos, acompanhar o ciclo de vida dos indivíduos que nasceram, casaram e morreram na Freguesia de Picote, entre 1796 e 1900. As limitações a que nos referimos têm, essencialmente, a ver com a informação contida nos registos paroquiais, em quantidade e qualidade, variando de acordo com o pároco que, à época, presidia na paróquia e com o grau de rigor e zelo que aplicava no exercício das suas funções.

⁶ COSME, João, “Olivença (1640-1715), População e Sociedade”, *Revista de Estudios Extremeños*, LXII (II), pp. 753-824, p.755.

Apesar de em Portugal se atribuir a D. Afonso IV as primeiras medidas sobre os registos paroquiais, é porém o Concílio de Trento, na sessão de 11 de Novembro de 1563 que determina, para o mundo católico, a obrigatoriedade de os párocos registarem em livro próprio os batismos e casamentos. Em 1614 o Papa Paulo V alargou-a aos registos de óbitos. As Constituições Sinodais de Miranda do Douro de 1565, uma das primeiras a ser elaborada após o Concílio de Trento, no Título V, Constituição oitava, ordena o registo dos batizados em livro próprio de modo a ser possível estabelecer o parentesco espiritual que nasce do batismo. Ordena, ainda que (...) *todos os Abades e Comendadores dentro de três meses da publicação destas nossas Constituições, ponham em todas as suas igrejas e capelas (onde haja pia batismal) um livro em branco de cinco mãos de bom papel (...) o qual livro será numerado e assinado em cima de todas as folhas por nosso provisor, vigário ou visitadores (...)*⁷. O livro serviria, simultaneamente, para o registo de batizados, crismados e casados, devendo, por tal, ser repartido em três partes deixando para o título dos batizados metade do livro *desde o princípio até às cento e vinte e cinco folhas e das cento e vinte cinco folhas, o título dos crismados, até às cento e sessenta e cinco, em que se começará o título dos casados*⁸. O assento de batismo deveria conter o nome do batizado, nome do pai, data do nascimento, com indicação do dia, mês e ano, nome dos padrinhos, nome do reitor ou cura que o batizou seguindo-se a data e assinatura. Assinalamos o facto de apenas se incluir no registo o nome do pai não sendo solicitado o nome da mãe. Todavia, quando são referidas situações excepcionais como batizados «que não forem havidos de legítimo matrimónio»⁹ no assento deverão ser nomeados «seus pais, se for coisa notória e sabida»¹⁰ entendendo-se, com a utilização do plural, que deveria ser mencionado o nome do pai e da mãe.

Os termos em que deveria ser feito o registo de casamento estão inscritos no Título XII, Constituição IX: *Que se escrevam no Livro dos batizados em título apartado os fregueses casados e os que ao diante casarem*¹¹. Além da obrigatoriedade do assento dos fregueses já casados pelo pároco em exercício de funções, escrever-se-ia, também os que, posteriormente, se casassem indicando o nome dos noivos e respetivos pais; se

⁷ *Constituições Sinodais do Bispado de Miranda do Douro*, Lisboa, em casa de Francisco Correa impressor do Cardeal Infante, 1565, f. 31.

⁸ *Ibidem*, f. 31.

⁹ *Ibidem*, f. 31.

¹⁰ *Ibidem*, f. 31.

¹¹ *Ibidem*, f. 70.

são moradores na freguesia ou se algum veio de fora; o dia, mês e ano do casamento e nome do reitor ou cura que os casou e de três testemunhas que estiverem presentes terminando com a assinatura do pároco que assistiu ao casamento.

Mouzinho da Silveira, por decreto de 16 de Maio de 1832, tentou passar para a esfera civil «(...) a matrícula geral de todos os cidadão e (...) as épocas principais da vida civil dos indivíduos a saber, os nascimentos, casamentos e óbitos»¹², libertando-a do controlo eclesiástico. Apesar desta tentativa, todavia, só em 1859, com base num relatório elaborado pela Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça que considera os registos paroquiais eivados, entre outras, de unidade de forma, imperfeição de execução, é que o Decreto de 19 de Agosto do citado ano vem regular e uniformizar a forma e conteúdos dos registos paroquiais.

As *Memórias Paroquiais de 1758 de Miranda do Douro e Picote* constituíram-se, também, como importante fonte documental; deram-nos notícia sobre o total de fogos e almas permitindo perceber a influência, na dinâmica populacional, da destruição de que a região foi alvo durante a guerra dos sete anos; foi, igualmente, importante a informação que ali podemos recolher sobre a história mais recuada de Picote.

Por a ele termos recorrido, não podemos deixar de mencionar o trabalho de Columbano Pinto Ribeiro de Castro, concluído em 1796, e que intitulou *Mappa do Estado Actual da Província de Trás-os-Montes* dado a conhecer por José Maria Amado Mendes¹³; apresenta, enquanto juiz demarcante, cargo para o qual foi nomeado em 17 de Janeiro de 1793, a descrição geográfica e administrativa da região e o panorama socioprofissional da população transmontana.

Foi para nós, também, de referência a obra de Francisco Manuel Alves, mais conhecido por Abade de Baçal, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, distribuída por 11 volumes. Ao longo de uma vida foi recolhendo testemunhos arqueológicos, etnográficos e históricos do Distrito de Bragança.

A construção deste trabalho de investigação está estruturada em sete capítulos. Num primeiro momento, foi nosso propósito, identificar as fontes utilizadas e clarificar a metodologia em que assenta a nossa investigação.

¹² Decreto de 16 de Maio de 1832, art.º 69.

¹³ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de, *Mappa do Estado Actual da Província de Trás-os-Montes*, in Mendes, José Maria Amado, *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII segundo um manuscrito de 1796*, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

Procuramos, no primeiro capítulo, enquadrar a freguesia de Picote no contexto geográfico, histórico e cultural. Inserida no concelho de Miranda do Douro sofreu as consequências das diferentes invasões, de que Miranda foi sendo alvo, com reflexo nos quantitativos populacionais; pela pena do pároco, que em 1758 redigiu a *Memória Paroquial* de Picote, relatamos um pouco da sua história que se perde no nevoeiro do tempo. Fruto da sua localização geográfica e do seu isolamento é rica em tradições como é o seu falar em mirandês.

No capítulo seguinte foi nossa intenção analisar a dinâmica demográfica da freguesia de Picote. Procuramos comparar os dados demográficos recolhidos com os da freguesia da sede do concelho (Miranda do Douro), com o intuito de perceber as dinâmicas populacionais de cada uma das freguesias que têm características distintas: Picote é marcadamente rural, e Miranda do Douro tem características urbanas. Optamos por o subdividir em quatro momentos. O primeiro reporta-se ao período de 1732-1758, o que corresponde à primeira metade do século XVIII; embora anteceda a cronologia propriamente dita do nosso trabalho, esta informação é importante para o enquadramento dos períodos posteriores. Na fase seguinte analisamos a evolução da população na segunda metade do século XVIII (1758-1798), com particular interesse pelos quantitativos de finais de Setecentos. O terceiro momento corresponde, genericamente, à primeira metade do século XIX (1801-1849); enquanto nos períodos anteriores, os dados obtidos, não poderiam ser considerados, com propriedade, recenseamentos, o quarto momento (1864-1900), já assenta em dados estatísticos.

No terceiro capítulo procuramos, perscrutar as atividades sócio profissionais desempenhadas pelos habitantes de Picote que, por si, refletem o pulsar económico da comunidade à luz de três fontes: a primeira apoia-se num estudo de Columbano Pinto Ribeiro de Castro; a segunda baseia-se nos elementos recolhida nos *Livros de Registos de Batismo* e a terceira fundamenta-se nos dados constantes nos *Livros de Registos de Óbitos*. Pese o facto de nestes livros escassearem estas anotações, todavia, vieram completar e atualizar a informação disponibilizada, em tempo, por Columbano.

A partir do quarto capítulo começamos a abordar as diversas variáveis demográficas. Iniciamos com a nupcialidade que constitui uma variável reguladora das populações. Analisamos o movimento anual de casamentos, a sazonalidade, idade média ao primeiro casamento, celibato definitivo, intervalo entre a 1ª viuvez e o 2º casamento e a origem geográfica dos nubentes.

No quinto capítulo pretendemos examinar a variável demográfica da natalidade: registamos o movimento anual de nascimentos e a sazonalidade; o período de tempo que decorre entre o casamento e o nascimento do primeiro filho assim como o intervalo que medeia entre o nascimento dos seguintes (intervalos proto e inter genésicos); analisamos, quantitativamente, a fecundidade ilegítima; damos a conhecer três casos de expostos e identificamos amas de meninos oriundos da Roda de Miranda; fazemos, ainda, referência ao número de casos de famílias estéreis.

O sexto capítulo é dedicado ao estudo da mortalidade: começamos por apresentar as taxas brutas de mortalidade, a média anual de óbitos e a sazonalidade. Debruçamo-nos sobre os períodos em que registamos crises de mortalidade procurando, sempre que possível, identificar as origens: a falta de mantimentos, epidemias, as doenças infeto contagiosas, propagadas pelas fracas condições de higiene e salubridade, são as principais causas, comuns, no geral, ao resto do país. Na análise de cada uma destas variáveis demográficas procuramos comparar os indicadores, da freguesia em análise, com os resultados encontrados para outras freguesias rurais.

No sétimo capítulo expomos uma reflexão sobre a mobilidade geográfica, tendo por base os registos paroquiais de casamento, onde é mencionada a naturalidade e residência dos cônjuges. Estes registos permitem detetar alguns movimentos migratórios e de onde eram oriundos e perceber a permeabilidade à entrada, por via do casamento, de indivíduos não naturais da freguesia. Para análise desta variável recorreremos, ainda, aos registos de óbito verificando, de entre os nubentes com origem noutros concelhos, os que faleceram em Picote.

Na conclusão foi nossa intenção fazer uma leitura integrada das diferentes variáveis ficando, assim, com a perspectiva da saúde demográfica da freguesia durante o espaço temporal considerado.

Em anexo, apresentamos a reconstituição de algumas das famílias que estudamos.

1. Enquadramento geográfico e histórico-cultural da Freguesia de Picote

1.1 - Enquadramento geográfico

Picote, freguesia do Concelho de Miranda do Douro, situa-se no Nordeste de Trás-os-Montes, província que, como descreve Luís Caetano de Lima, «confina (...) a norte com o Reino de Galiza, ao Oriente com o de Leão, ao Meio dia com parte deste Reino e com a Província da Beira e ao Poente com a província de Entre Douro e Minho e parte da Beira Oriental. Toma o nome de Trás-os-Montes, por estar situada, a respeito da Província do Minho, detrás da montuosa Serra do Marão, que é um ramo dos Montes Pirenéus»¹⁴.

Estas características morfológicas e geográficas não só a condicionaram [e condicionam ainda] a viver mergulhada no isolamento das suas montanhas e vales profundos¹⁵, como afetam as condições climáticas sofrendo de temperaturas extremas «ásperas e desabridas de inverno, por causa dos grandes frios, neves e gelos; de Verão, pelos excessivos calores e falta de águas (...)»¹⁶. Influenciam, igualmente, a cobertura vegetal onde impera o carvalho (carvalho negral), o negrilho e o castanheiro e nas zonas baixas, onde a terra e o clima são mais generosos, erguem-se oliveiras e amendoeiras difundidas depois da devastação que a filoxera provocou nos vinhedos¹⁷.

Em 1796, segundo Columbano Pinto Ribeiro de Castro¹⁸, a província registava quatro comarcas, duas cidades, sessenta e duas vilas, cinco concelhos, oito honras, cinco coutos, setecentas e onze freguesias, setenta e sete mil e cinquenta e quatro fogos e duzentas e cinquenta e uma mil e quinhentas e vinte e uma almas¹⁹. As duas cidades a que se refere Columbano eram Bragança que passou a esta categoria com D. Afonso V por carta régia de 20 de Fevereiro de 1464 e Miranda do Douro elevada a cidade por D. João III por carta de 10 de Julho de 1545. Por Bula do Papa Paulo III, de 22 de Maio de 1545, é, ainda, ali instituída a Diocese de Miranda, por desanexação de uma parte do

¹⁴ LIMA, Luís Caetano de, *Geografia Histórica de todos os Estados de Europa*, Oficina de Joseph António da Silva, Lisboa Ocidental, 1734.

¹⁵ TABORDA, Vergílio, *Alto Trás-os-Montes Estudo Geográfico*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 10.

¹⁶ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de, "Mapa do Estado Actual da Província de Trás-os-Montes in MENDES, José Maria Amado, *Trás-os-Montes nos fins do Século XVIII* segundo um manuscrito de 1796 Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, p.168.

¹⁷ RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1986, p.150.

¹⁸ Columbano foi nomeado a 17 de Janeiro de 1793 juiz demarcante com a incumbência da descrição da província de Trás-os-Montes.

¹⁹ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de, *op. cit.*, p. 167.

território da Diocese de Braga. Se por um lado se verificava alguma dificuldade de gestão daquela Diocese por parte das entidades eclesásticas dada a grande extensão, por outro com a elevação de Miranda a cidade e sede de Diocese, pretendia-se, também, que aquela região com grande influência e tradição da cultura leonesa assimilasse a cultura portuguesa e construísse uma identidade nacional²⁰. A Diocese parecia ser a instituição que melhores condições reunia para dar coesão moral e política àquela região fronteiriça onde dificilmente se sentia a ação da Diocese de Braga²¹. Miranda contava, ainda, com Praça de Armas, governador, alcaide-mor, corregedor, provedor, juiz de fora e juiz de alfândega; dispunha, ainda, de um Convento de Religiosos Trinos Descalços, do Hospital de S. João de Deus, para cura dos soldados, e Casa da Misericórdia²². Enquanto Comarca, Miranda contava com doze vilas e o seu concelho integrava vinte e cinco Freguesias (Miranda, Caçarelhos, Cicouro, Vila Chã, Águas Vivas, Angueira, Prado Gatão, Aldeia Nova, Avelanoso, Cércio, Constantim, Genísio, S. Martinho, Ifanes, Palaçoulo, Duas Igrejas, Sendim, Vilar Seco, Póvoa, Malhadas, Fonte d'Aldeia, Freixiosa, Picote, Especiosa e Paradela)²³.

Apesar das estruturas militares, administrativas e religiosas que Miranda dispunha, era «uma pequena povoação que consta de 300 vizinhos, e mil pessoas»²⁴ como regista o Cónego Bento de Moraes Freyre, pároco da freguesia daquela cidade e redator da Memória Paroquial de Miranda do Douro. Columbano, em 1796, atribui-lhe 220 fogos e 633 almas²⁵. Este mesmo autor ensaia algumas explicações para o decréscimo populacional que entretanto tinha sofrido; desde logo a destruição causada pelos castelhanos que em 1710, durante a Guerra da Sucessão de Espanha, a mantiveram em seu poder até 1711; a invasão que de novo foi alvo pelo mesmo invasor, a 8 de Maio de 1762, durante a Guerra dos Sete Anos e que lhe infligiu uma grande destruição e ruína o que determinou o seu futuro, do Bispado e dos lugares do seu termo.

Após este incidente o Bispo de Miranda, D. Aleixo de Miranda Henriques, escreve ao Monarca a solicitar a mudança da sede do Bispado para Bragança alegando

²⁰ CAPELA, José Viriato, *As Freguesias do Distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758*, Memórias, História e Património, Braga, 2007, p.77.

²¹ *Ibidem*, p.77.

²² CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de, *op. cit.*, p. 182.

²³ *Ibidem*, p. 185.

²⁴ ANTT, *Memórias Paroquiais*, Miranda do Douro, vol. 23, n.º 154, pp. 999 a 1020, p. 999.

²⁵ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de, *op. cit.*, p. 186.

não só a remota localização da cidade, como as dificuldades económicas e de abastecimento que atravessava tendo, em resposta, recebido o consentimento da sua pretensão. Assim, progressivamente, aquela cidade viu ser esvaziado de conteúdo o papel político, militar e religioso que detinha cedendo-o a Bragança então em franco crescimento e mudou a sua história e dos lugares e freguesias do seu termo: de um espaço pleno de vitalidade, de florescimento, de fausto e de cultura passou a ser uma cidade em ruína e decadência.

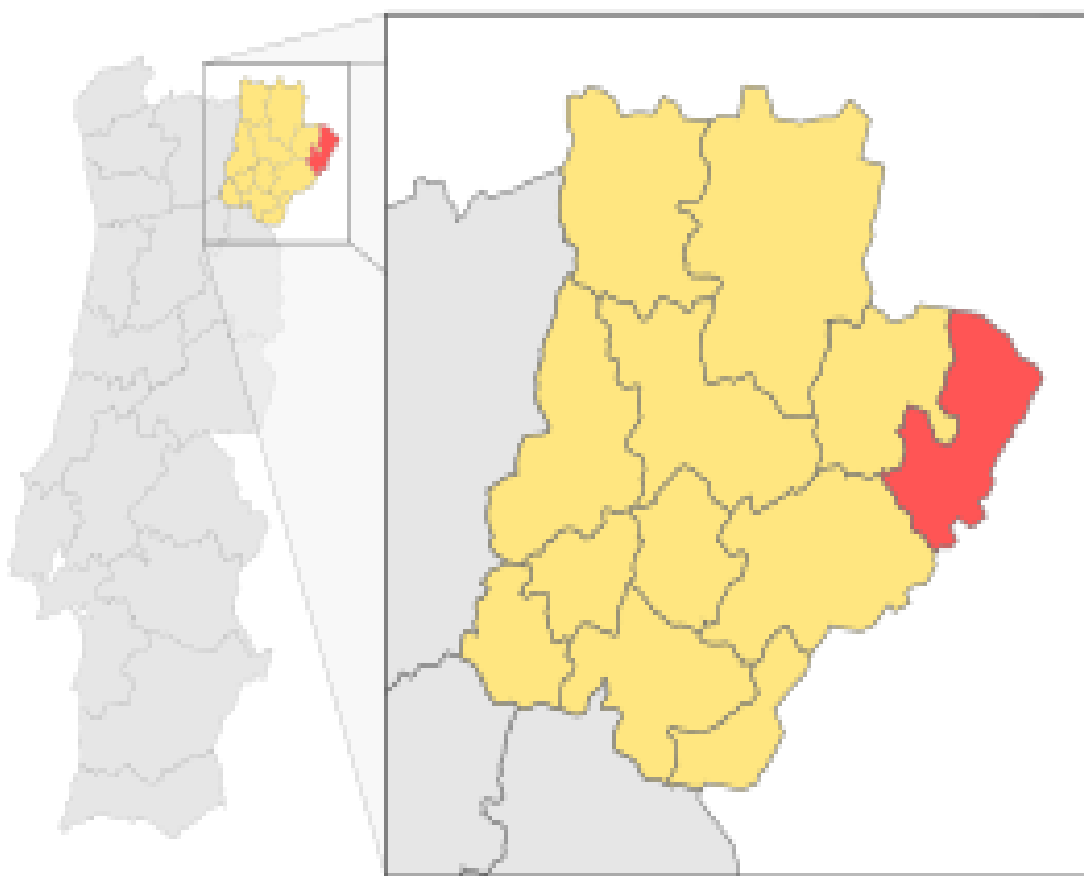


Figura 1: Localização do Concelho de Miranda do Douro no Distrito de Bragança

A Freguesia de Picote é caracterizada pelo Padre António Gonçalves Calvo que em 1758 responde ao inquérito que lhe tinha sido enviado; embora sucintamente, regista geograficamente a sua localização, limites, dependência administrativa e religiosa: «Fica esta aldeia na Província de Trás dos montes, e Bispado, Comarca, e termo da Cidade de Miranda, é freguesia anexa á Abbadia do lugar de Sendim»²⁶. Mais adiante

²⁶ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 29, n.º 172, p. 1237 a 1240.

descreve-a, até onde a sua vista alcança, e pormenoriza algumas das suas características físicas e geográficas:

«Está situada junto às arribas, e proclives vizinhanças do Rio Douro entre fragas e alguns outeiros, que impedem o descobrirem-se dela outras povoações pouco distantes, como são a aldeia de Villa Chã da Barçiosa, que lhe fica entre o Nascente, e Norte pouco mais de meia légua; o lugar de Sendim para o Poente com distância de uma légua, e de Fonte de Aldeia para o Norte com a mesma distancia, e para o sul as povoações de Fornilhos e Mámolas situadas no Reino de Castela distantes alguma coisa mais de légua pela descida do dito Douro, que as divide»²⁷.

O nome de Picote, que já aparece referido nas Inquirições de 1258²⁸, é, segundo Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, um diminutivo de pico, cabeça, outeiro, alto, elevação, píncaro; indica, assim, povoação localizada nestes contextos topográficos. Segundo o mesmo autor picote também significa, em terras bragançanas *tecido grosseiro de lã chamado pardo, ou picote*²⁹. Leite de Vasconcelos perfilha da mesma opinião: «Embora na língua comum exista a palavra *picota*, que outrora significava pelourinho, aqui porém trata-se certamente de um derivado direto de *pico* (alto, eminência, cume), que aparece no onomástico de Portugal e no de Espanha»³⁰.

O nome faz jus à altitude a que a povoação fica face ao rio Douro. O Abade Baçal, após uma visita que fez àquelas paragens, não só o sublinha como relata com deslumbramento a paisagem sobranceira ao rio Douro. Embora desejássemos transcrever o texto na íntegra, reproduziremos, tão-somente, o primeiro parágrafo pela forma ímpar como o autor soube ilustrar a beleza agreste vislumbrada, certamente, do miradouro natural da Fraga do Puio: «(...) De Picote (...) é empolgante a (...) visão panorâmica sobre o Douro, que lá em baixo, no extremo da ravina talhada quase a prumo, a centenas e centenas de metros de profundidade, buz negro de cólera, escachoa fremente, abrindo caminho através da penedia, que lhe barra a passagem. Fragueiros enormes, enquadrados por montanhas e montanhas cavalgadas umas sobre as outras eriçadas de pedregulhos e mato bravo, avançam sobre o rio no propósito de o esmagar por asfixia (...)»³¹.

²⁷ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 29, nº 172, p. 1237 a 1240.

²⁸ ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal), *op. cit.*, Tomo IV, p.11.

²⁹ *Ibidem*, Tomo X, p. 143.

³⁰ VASCONCELLOS, José Leite de, *Estudos de Filologia Mirandesa*, Vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1900, p.97.

³¹ ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal), *op. cit.*, Tomo XI, p.311.



Figura 2: Freguesias do Concelho de Miranda do Douro

1.2 - Referências Histórico – Culturais

É, ainda, do redator da *Memória Paroquial* de Picote de 1758, Padre António Gonçalves Calvo, que nos socorremos para descrever alguns traços da história daquela freguesia que ele nos oferece numa narrativa simples mas rica de informação. Os vestígios de outras civilizações mereceram-lhe uma descrição detalhada. Realçaremos alguns que atestam a antiguidade da freguesia.

Relata o Pároco que na aldeia de Picote há três capelas:

«Uma das quais fica para o Nascente distante dous tiros de pedra pouco mais, ou menos, intitulada do Santíssimo Cristo dos Carrascos, a qual foi algum dia Igreja principal desta paróquia. (...). Há tradição de que esta capela foi mesquita de Mouros, e ainda as paredes desde a parte do Nascente até ao meio indicam a sua antiguidade»³².

O Abade de Baçal que, por diversas vezes, se refere a Picote como sendo «um verdadeiro tesouro arqueológico da época pré-histórica e luso-romana»³³, na sua obra faz referência a esta construção classificando-a como românica onde se pode admirar «o naturalismo fálico que ornamenta seus modilhões, possível tradição de antigos cultos

³² ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 29, nº 172, p. 1237 a 1240.

³³ ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal), *op. cit.*, Tomo X, p.815, vol. XI, p. 312.

pagãos»³⁴. Recentemente, nesta capela, foi posto a descoberto, por trás do retábulo do altar-mor, um painel de frescos com episódios alusivos à vida de S. João Baptista. O painel, com cerca de quatro metros de comprimento e cinco de altura, foi considerado como sendo da primeira metade do século XVI.

Na *Memória Paroquial* é, ainda, referido que a freguesia de Picote, na história mais recuada, e pelos vestígios que ali se encontraram, terá sido: «Cidade chamada Del Cueto dominada por Mouros»³⁵. Embora não tenhamos encontrado qualquer documento que sustente esta asserção, todavia, é aceite por autores conceituados como Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, que, inclusive, reproduz, num dos volumes da sua obra *Memórias Arqueológicas*, o excerto que o Pároco de Picote dedica à história e achados arqueológicos da povoação³⁶. Também, José Leite de Vasconcelos o transcreve na Revista *O Arqueólogo Português* num artigo que intitulou «Notícias de Antigualhas da Terra de Miranda no século XVIII» recolhido, conforme o mesmo refere, do *Dicionário Geográfico de Portugal* do Padre Luís Cardoso Tomo XXIX, f.1237³⁷.

O Padre António Gonçalves Calvo, na *Memória Paroquial*, refere ainda a existência de vestígios de uma fortaleza e consegue, ainda, descrever alguns pormenores da sua construção:

*Conservam-se vestígios de uma fortaleza para a parte de Nascente em distancia de uma légua apartada do Rio Douro cousa de um tiro de mosquete no sitio a que chamam de Cigaduenha limite desta mesma aldeia, aonde ainda se divisa por seus alicerces a muralha com o âmbito de seis jeiras de arado, que levarão nove ou dez alqueires de sementeira, com a porta principal para aparte do Norte. Mostra-se, que em circuito do mesmo muro havia uma calçada de pedras, entre as quais se seguravam outras, que sobressaiam na altura de três palmos em fileiras com distancia de palmo e meio de pedra a pedra interpoladas de forma, que as de uma ficavam na direitura dos vãos, e intermeios da outra, de forma, que por ela senão podia caminhar via reta, e ainda hoje se conserva parte de largura de vinte passos com pouca diferença*³⁸.

O Abade Baçal encontra semelhanças desta construção com outras da região em que «a fortaleza era defendida na esplanada por pedras espetadas na terra com a ponta

³⁴ *Ibidem*, Tomo XI, p. 312.

³⁵ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 29, nº 172, p. 1237 a 1240.

³⁶ ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal), *op. cit.*, Tomo IX, p.71.

³⁷ VASCONCELOS, José Leite, «Notícias de Antigualhas da Terra de Miranda no século XVIII» in *O Arqueólogo Português*, Vol. I, 1895, p. 11.

³⁸ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 29, nº 172, p. 1237 a 1240, p.1238.

aguçada para cima (...) e dispostas de tal arte que mesmo em pé dificilmente se anda por elas»³⁹.

Na Freguesia encontraram-se, ainda, várias estelas discóides⁴⁰ e lápides funerárias. Era, por norma, o pároco da aldeia, conforme refere o Abade Baçal⁴¹, que dos achados dava notícia e que, para a sua preservação, foram encaminhados para o Museu Abade Baçal, em Bragança.

O isolamento, não só de Picote como de outras freguesias do Concelho de Miranda, criado pelas características morfológicas e geográficas, obrigou a produzir formas identitárias, de valores, normas de condutas e de cultura, próprias; mas são esses elementos identitários que produzem e desenvolvem, no seio de grupos e comunidades, sentimentos de pertença. Um desses elementos identitários é o mirandês falado, não só em Picote, como em toda a *Terra de Miranda* conceito que Leite de Vasconcelos define como sendo «a denominação popular do território que hoje corresponde pouco mais ou menos ao Concelho de Miranda (...) mas que tinha antigamente maior extensão»⁴². O mesmo autor refere que esta denominação é citada num documento de D. Sancho I bem como nas Inquirições de D. Afonso III; em ambas as citações, são atribuídas à Terra de Miranda, lugares atualmente dispersos por outros concelhos⁴³. Sustenta que, na designação, estão subjacentes questões de ordem geográfica e etnográfica; geográfica porque, como refere, fica «num dos extremos de Portugal, entre a Espanha ao Norte e ao Nascente, separada desta orientalmente pelo Douro (...). Olhando-se para um mapa geográfico, vê-se que ela se destaca do resto do país pelos dois lados por onde confina com a Espanha e com o rio»⁴⁴; etnograficamente, considera que os seus habitantes apresentam traços identitários comuns entre os quais se evidencia e «avulta evidentemente a língua»⁴⁵.

A língua mirandesa, dada a conhecer ao país e ao mundo pelos trabalhos de Leite de Vasconcelos⁴⁶, tem origem no latim. Refere o autor: «o mirandês é pois uma das evoluções do latim; digo *uma*, porque a língua latina evoluciona de diversas

³⁹ ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal), *op. cit.*, Tomo IX, pp.180 e 539.

⁴⁰ Monumentos funerários com formas antropomórficas.

⁴¹ ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal), *op. cit.*, Tomo IX, pp.65 a 70.

⁴² VASCONCELLOS, José Leite de, *Estudos de Filologia Mirandesa*, Vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1900, p.36.

⁴³ VASCONCELLOS, José Leite de, *op. cit.*, p. 38.

⁴⁴ *Ibidem*, p.41.

⁴⁵ *Ibidem*, p.42.

⁴⁶ Leite de Vasconcelos foi o iniciador da recolha e investigação da língua mirandesa cujos resultados vieram a público na sua obra *Estudos da Filologia Mirandesa* distribuídos por dois volumes.

maneiras, conforme os países, tornando-se aqui mirandês e português, ali galego, asturiano, espanhol, catalão (...)»⁴⁷. António Maria Mourinho⁴⁸ partilha da mesma opinião e realça que «entre o mirandês atual e o leonês, o aragonês e o castelhano há elementos comuns de ligação e irmandade, como são a conservação do *lh* inter-vocálico e inicial, do *t* e do *j* ou *g* latinos, que eram comuns em dialetos moçárabes medievais e igualmente com o galego-português. É, portanto, manifesta a individuação primitiva e a familiaridade do mirandês com todos os idiomas românicos da Península»⁴⁹.

A preservação do mirandês até aos nossos dias «que nunca foi língua escrita (...) foi sempre língua falada»⁵⁰, está nas «próprias condições que concorreram para a sua constituição; outras estão no relativo insulamento do território, só modernamente posto em contacto íntimo com o resto do país por estradas, jornais (...); outras no atraso intelectual dos habitantes, que, (...), os levam a amar o que é seu ainda que de algum modo divorciados do pensar comum»⁵¹. Todavia, os mirandeses sempre falaram com não residentes e em repartições públicas, em português. «A língua mirandesa é puramente doméstica, por assim dizer a língua do lar, do campo e do amor: com um estrangeiro o aldeão fala logo português»⁵² refere Leite de Vasconcelos. Para além do mirandês e do português os mirandeses falam com igual fluência e correnteza o espanhol e o galego, observou o mesmo autor: «O uso do espanhol resulta da vizinhança de Espanha e das relações constantes com os espanhóis; pelo mesmo motivo correm nas raias de cada um dos países as moedas do outro»⁵³.

Embora os mirandeses se sintam «senhores de uma língua sua, - *la nossa lhengoa*, conforme eles dizem -, amam com maior intensidade o torrão natal; e este amor da Terra de Miranda, com a sua capa de honras, os seus pauliteiros, o seu dialeto próprio, não chega ao ponto de produzir ódio ao resto do país, nem cousa que se pareça

⁴⁷ VASCONCELLOS, José Leite de, *op. cit.*, Vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p.4.

⁴⁸ MOURINHO, António Maria (1917-1996) nasceu em Sendim, Miranda do Douro; em 1930 iniciou os seus estudos no Seminário Diocesano de Bragança; em 1942 é nomeado pároco da Freguesia de Duas Igrejas; nesse mesmo ano estreia-se literariamente ao ler, na Sociedade de Geografia, na Festa do Dia de Miranda, dois poemas da sua autoria em Mirandês; na freguesia onde era pároco criou o *Grupo Folclórico Mirandês de Duas Igrejas* através do qual divulgou, mundo fora, a cultura mirandesa; participou em vários Congressos e assinou artigos em revistas; em 1961 publicou o livro *Nossa Alma e Nossa Terra*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1961; outras obras se seguiram como *Terra de Miranda: coisas e factos da nossa vida e da nossa alma mirandesa*, Câmara Municipal de Miranda do Douro, 1991; com os seus trabalhos contribuiu para a oficialização da língua mirandesa (Lei 7/99 de 29/1 D.R. 24 Jan. 1999).

⁴⁹ MOURINHO, António Maria, *Nossa Alma e Nossa Terra*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1961, p. IX.

⁵⁰ MOURINHO, António Maria, *op. cit.*, p. IX.

⁵¹ VASCONCELLOS, José Leite de, *op. cit.* Vol. II, p.11.

⁵² VASCONCELLOS, José Leite de, *op. cit.*, Vol. I, p. 12.

⁵³ Idem, *Ibidem*, p.158.

com isso: pelo contrário, os Mirandeses tanto reconhecem a superioridade da língua portuguesa, que lhe chamam *grabe*, dando humildemente à indígena os modestos nomes de *charra* e *caçurra!*»⁵⁴. *Falar grave*, refere o autor, é sinónimo de *falar português*, quer bom quer mau; *falar grave e falar mirandês* são modos de dizer opostos entre si⁵⁵.



Figura 3: Freguesias do Concelho de Miranda onde se fala o mirandês ⁵⁶

Leite de Vasconcelos constatou, e nós sublinhamos, que as rezas e orações não são em mirandês mas sim em português⁵⁷. A explicação encontra-a, o autor, nas Constituições Sinodais. Para que todos os fiéis dominassem a doutrina cristã mandam «a todos os abades, priores, reitores, curas e capelães deste nosso bispado, que cada um em suas igrejas, assim nas matrizes como nas anexas, ponham em uma tábua bem concertada, uma folha que agora mandamos imprimir, em que contem a Doutrina Cristã, a qual estará pendurada de uma cadeia posta nas grades ou parede das ditas igrejas em altura conveniente para que todos os que quiserem possam nela ler e aprender a dita

⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p.165.

⁵⁵ Idem, *Ibidem*, p.154.

⁵⁶ FERREIRA, Carlos, *Sendin – Tierra de Miranda, Geografía e Toponímia*, Âncora Editora, Lisboa, 2013.

⁵⁷ VASCONCELOS, José Leite, *op. cit.*, Vol. I, p.155.

Doutrina e pela mesma tábua a possam os ditos curas ensinar»⁵⁸. Seguia-se, escrito em português, a relação do que deveria ser ensinado: a bênção, o pai-nosso, a avé-maria, o credo, a salvé-rainha, entre outros. As mesmas Constituições, Título Primeiro, Constituição Terceira, advertem os párocos para que aos «domingos e festas de guarda se juntem nela todos os moços e moças de cinco até doze anos e todos os mais que não souberem a doutrina cristã»⁵⁹; o ensino, que deveria durar pelo menos uma hora em cada um dos referidos dias deveria ser «ensinado mui devagar, em voz alta e inteligível, de maneira que de todos possa ser entendido»⁶⁰. Estas são as bases históricas que Leite de Vasconcelos encontrou e que justificam o não terem chegado até nós as rezas e orações em mirandês. Para além destas razões históricas, acrescenta o autor «as relações sociais com o resto do país (...); as aulas de instrução primária (...) tudo isto influi no modesto idioma dos camponeses da Terra de Miranda modificando-o e amortecendo-o»⁶¹.

É curiosa a representação de Severim de Faria sobre o falar mirandês. Numa viagem que fez, em 1609, de Évora a Miranda do Douro com o fim de dar «os parabéns e devida obediência»⁶² a D. Diogo de Sousa, Bispo de Miranda do Douro nomeado para Arcebispo de Évora por morte do Arcebispo D. Alexandre, anota, no seu diário de viagem, o sentimento que provocou, a um falante de português, a língua mirandesa: «falam mal se os compararmos com a linguagem de hoje política porque além de usarem de algumas palavras antigas pronunciam os vocábulos com grande pressa fazendo somente assentos agudos e prolongos na primeira e última sílaba da dicção o que parece herdarão ainda dos suevos, e godos, e de outras nações do norte que nesta província habitarão, dos quais é peculiar essa pronúncia»⁶³. Nesta apreciação talvez tenha pesado a influência do movimento que promovia o uso do português no ensino dos preceitos e das orações da Igreja para serem devidamente apreendidas pelos fregueses⁶⁴.

⁵⁸ *Constituições Sinodais do Bispado de Miranda*, Lisboa, em Casa de Francisco Correia impressor do Cardeal Infante, 1565, f. 1.

⁵⁹ *Constituições Sinodais do Bispado de Miranda*, f. 6.

⁶⁰ *Idem, Ibidem*.

⁶¹ VASCONCELOS, Leite de, *op. cit.* p. 156.

⁶² SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria 1604-1609-1625*, Academia Portuguesa de História, 1974, pág. 116.

⁶³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, p.116.

⁶⁴ BAUTISTA, Alberto Gómez, «Contributo para uma história do asturo-leonês em Portugal», *Lletres Asturianas* 115, 2016, pp 89-102, p. 93.

O Cónego José Bernardo de Morais Calado, numa troca de correspondência com Leite de Vasconcelos sobre o mirandês vaticinava: «todo ele tende em geral para certo desuso. Os povos vão, ao que parece, compreendendo que esse modo de falar se antolha já, mais ou menos, ridículo, e esforçam-se por falar já *um pouco grave*, desabitando-se, o mais que podem, das locuções do dialeto (...)»⁶⁵. Contrariamente ao prognóstico, pela luta insistente de muitos dos seus defensores, a língua mirandesa começou a ser lecionada, nos anos oitenta do passado século, em escolas do Concelho de Miranda, como disciplina opcional.

A dança dos pauliteiros, a par da língua, é, igualmente, um elemento identificador da Terra de Miranda tanto do ponto de vista musical, como pelo traje e adornos que os dançadores ostentam. As danças, chamadas de Laços⁶⁶, são executadas ao som de tamboril, da flauta, da gaita-de-foles e, por vezes, de castanholas; os dançadores acompanham o ritmo do canto e dos instrumentos batendo em compasso com os paus que trazem em ambas as mãos. Num *lhaço* são essenciais a dança e a música mas a letra pode faltar ou ser facilmente substituída⁶⁷. Vestem camisa branca e por cima desta um colete; dos bolsos do colete pendem-lhe lenços brancos bordados a cores berrantes, com predomínio das vermelhas; outros pelo mesmo teor, mas de seda com larga franja, pendem-lhe das costas, ombros e cinto, completando a indumentária largo chapéu redondo armado de flores, plumas de pavão, palmitos e lantejoulas; da indumentária faz ainda parte saio de linho muito bordado, constante de três enéguas sobrepostas de comprimento desigual a fim de se verem os amplos bordados de cada uma⁶⁸; calçam meias de lã branca e botas de couro em cor natural.

É consensual, entre vários autores, que as origens desta dança são remotas; todavia já não é tão pacífica a probabilidade das suas raízes, admitindo-se que terão desaparecido dando lugar a outras expressões, bem menos antigas, por aculturação e modificação ao longo dos tempos⁶⁹. Mário Correia, citando Júlio Caro Baroja⁷⁰, distingue três linhas de orientação: uma que defende uma origem guerreira; outra que a relaciona à fertilidade e a cerimónias agrárias para favorecer o crescimento e a

⁶⁵ *Idem, Ibidem*, p. 157.

⁶⁶ *Lhaços* em mirandês.

⁶⁷ CORREIA, Mário, *A Dança dos Pauliteiros. Memória e Identidade da Terra de Miranda*, Câmara Municipal de Miranda do Douro, 2018, p.158.

⁶⁸ ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal), *op. cit.*, Tomo IX, p. 504.

⁶⁹ CORREIA, Mário, *op. cit.*, p. 44.

⁷⁰ BAROJA, Julio Caro, *El Estío Festivo*. Taurus Ediciones, Madrid, Espanha, 1984, in CORREIA, Mário, *op. cit.*, p. 45.

fecundidade da terra e uma terceira que a enquadra nas antigas danças gremiais de caráter religioso presentes nas procissões, nomeadamente nas de Corpus Christi.

Embora associada à Terra de Miranda, a dança dos pauliteiros praticou-se em outros locais como no concelho de Vimioso e de Bragança, associada às festas religiosas locais⁷¹. Diz-nos, ainda, o Abade de Baçal, que segundo testemunhos orais, também era usual nas festas religiosas das povoações espanholas fronteiriças⁷². Efetivamente, António Pinelo Tiza confirma que esta dança, em Espanha denominada de *paloteo* ou *paleo*, se mantém ainda vigente por toda a vizinha província de Zamora, sobretudo em localidades fronteiriças, comprovando uma certa unidade cultural entre os dois povos⁷³.

⁷¹ ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal), *op. cit.*, Tomo IX, p. 511.

⁷² *Idem, Ibidem.*

⁷³ TIZA, António A. Pinelo, «A dança dos paus: paloteo da província de Zamora e pauliteiros do Distrito de Bragança», in *STVDIA ZAMORENSIA*, Vol. IX, 2010, pp. 139-164, p. 140.

2. Análise macro demográfica

Tendo em vista compreender a dinâmica demográfica da freguesia de Picote, procederemos à apresentação não só dos dados desta freguesia, mas também aos da sede do concelho (Miranda do Douro). O recurso a esta informação permite comparar as dinâmicas populacionais observadas nestas duas localidades com características sociais e económicas distintas: Picote é marcadamente rural, enquanto Miranda do Douro tem cariz essencialmente urbano.

Como os dados se reportam a cronologias e fontes com tipologias distintas, optámos por dividir este capítulo em quatro momentos. O primeiro reporta-se ao período de 1732-1758, o que corresponde, *grosso modo*, à primeira metade do século XVIII antecedendo a cronologia propriamente dita do nosso trabalho. Todavia, a informação desta época é importante para percebermos as dinâmicas posteriores. Num segundo momento debruçamo-nos sobre a evolução da população na segunda metade do século XVIII (1758-1798), com particular interesse pelos quantitativos de finais de Setecentos. A terceira etapa corresponde à primeira metade do século XIX (1801-1849); o quarto período (1864-1900), já reproduz os dados estatísticos retirados dos censos nacionais.

Importa referir que, nos dois primeiros momentos, os valores obtidos não podem ser considerados recenseamentos propriamente ditos, tão só contagens feitas sem objetivos demográficos, antes com outros fins, o que tem, necessariamente, implicações na apresentação dos resultados; é, ainda, uma época marcada pela ausência de mentalidade estatística. Embora sendo, parte deles, da iniciativa da Coroa Portuguesa, esta não dispunha de mecanismos que permitissem a recolha de informação sobre os totais populacionais necessitando, para tal, recorrer à hierarquia eclesiástica.

Os concelhos representavam a unidade administrativa mais pequena do reino, ou os seus equivalentes (cidades, vilas, concelhos, coutos, honras)⁷⁴; apesar da sua penetração em todo o território, não eram homogéneos em área e população e o seu total pouco excedia os oitocentos (149 Minho; 82 Trás os Montes; 364 Beira; 127 Estremadura; 104 Alentejo; 15 Algarve)⁷⁵. Acresce o facto de que a rede administrativa,

⁷⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Os Concelhos e as Comunidades», in *História de Portugal*, Direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, Lda. e Autores, Vol. IV, Junho 1993, pág. 304.

⁷⁵ VIDIGAL, Luís, *O Municipalismo em Portugal no Século XVIII*, Livros Horizonte, 1989, pág. 25.

além de débil, enquadrava oficiais administrativos na sua grande maioria iletrados⁷⁶. Por sua vez, o número de freguesias, a unidade espacial mínima no domínio eclesiástico, tinha uma maior cobertura do território nacional ultrapassando, em meados do século XVIII, as quatro mil (1500 Minho; 620 Trás os Montes; 1090 Beira; 460 Estremadura; 350 Alentejo; 67 Algarve)⁷⁷.

Não seria difícil aos párocos das diferentes freguesias, indicar os dados da população da sua paróquia. É facto que, no quadro da paróquia rural tinha um papel sócio religioso marcante que o colocava numa posição privilegiada para quantificar os seus moradores. Além das relações de vizinhança e partilha do quotidiano que, certamente, mantinha com os residentes, dirigia os atos de culto que, por norma, congregavam toda a comunidade, administrava os sacramentos, fazia visitas domiciliárias aos doentes e acamados que careciam de conforto moral e espiritual. Para além do exercício destas tarefas, os párocos estavam obrigados a elaborar, anualmente, o rol de fregueses ou de confessados, conforme o referem as Constituições Sinodais do Bispado de Miranda:

*Ordenamos e mandamos que todos os Reitores e Curas deste nosso Bispado, (...), eles mesmo por si e não por outrem, em cada ano, vestidas suas sobrepelizes andem por toda sua freguesia, e por cada casa acompanhados do mordomo da igreja ou doutro freguês velho e honrado, que conheça os fregueses: e faça um rol em que escreva e assente (...) todos seus fregueses por seus nomes e sobrenomes e por a ordem das ruas, bairros e lugares, assentando cada rua, bairro ou lugar por si, e cada casa por si, escrevendo no assento de cada casa as pessoas que vivem nela de sete anos para cima (...)*⁷⁸.

O rol de confessados servia, ainda, de base para recolha do pagamento da prestação anual a que cada freguês estava obrigado. Ora, ficando este rol na posse do pároco, a ele poderiam recorrer para confirmar a contagem de fogos e moradores maiores de sete anos. Quanto ao número de habitantes menores de sete anos os párocos poderiam obter a informação nos assentes de batismo onde constava, para além do nome da criança, o nome dos progenitores e dos padrinhos, data de nascimento e data de batismo.

⁷⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Os Concelhos e as Comunidades”, in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, Circulo de Leitores, Lda e Autores, Vol. IV, 1993, pág. 42.

⁷⁷ CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Parte I e II, 1762, pág. 80.

⁷⁸ *Constituições Synodaes do Bispado de Miranda*, Lisboa, 1565, Título Sétimo, do Sacramento da Confissão, f. 34.

Em síntese, pode dizer-se que nos três primeiros momentos nos encontramos na fase proto estatística⁷⁹; o quarto período, que cobre o intervalo entre 1864 a 1900, enquadra-se na época estatística propriamente dita.

2.1 - Levantamentos populacionais 1732⁸⁰-1758

Embora o início cronológico da nossa dissertação seja de período posterior, como referimos anteriormente, optámos por apresentar os valores referentes a datas anteriores, o que permitirá enriquecer a perceção e o conhecimento da dinâmica populacional do espaço que estamos a estudar e, assim, compreender melhor o período cronológico objeto do nosso estudo.

Para um melhor compreensão dos valores encontrados apresentamos o quadro nº1.

Ano	Freguesia de Picote			Freguesia de Miranda do Douro		
	Fogos	Coef. Variação	Habs. (Estimativa)	Fogos	Coef. Variação	Habs. (Estimativa) ⁸¹
1732 ⁸²	61	-	238	236	-	920
1758 ⁸³	82	34%	320	300	27,10%	1170

Quadro 1: Total de fogos nas freguesias de Picote e Miranda do Douro (1732 e 1758)

⁷⁹ A propósito deste conceito, vide CARDOSO, Ciro F. S. e BRIGNOLI, H. Pérez, *Los métodos de la historia*, Editorial Crítica, Barcelona, 1986, pp. 106-110; e Teresa Ferreira Rodrigues, (coordenação), *História da População Portuguesa Das Longas Permanências à Conquista da Modernidade*, Edições Afrontamento, 2008, p. 299.

⁸⁰ Segundo Maria Isabel Oliveira Lopes da Silva Almeida Monteiro, *A População Portuguesa em 1732*, Dissertação de Mestrado apresentada à FLUP, Porto, 1997, policopiada, pp. 26-28, a maioria dos dados apresentados na *Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos da Europa* de Luiz Caetano de Lima reportam-se ao ano de 1732

⁸¹ Para estimar o número de habitantes, a partir do número de fogos, utilizámos o coeficiente de 3,9, o que nos parece completamente realista e plausível. Relativamente à dimensão média de fogos, Fernando de Sousa (*A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*, 1979, p. 243.) divide o país em duas áreas distintas: a norte do Tejo em que considera que a densidade média dos fogos é de 3,9 e a sul do Tejo em que estabelece ser de 3,6 para o Alentejo e de 3,9 para o Algarve. Foi nesta base que utilizamos o coeficiente de 3,9 para cálculo dos habitantes.

⁸² LIMA, Luiz Caetano, *Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos de Europa*, Lisboa Ocidental, 1734, pp. 538 – 539.

⁸³ ANTT *Memórias Paroquiais*, vol. 29, nº 172, p. 1237 a 1240 (freguesia de Picote) e ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 23, nº 154, p. 999 a 1020 (freguesia de Miranda do Douro).

Os quantitativos apresentados permitem afirmar que, neste período, a população das duas freguesias, cresceu de modo muito significativo, com particular ênfase para a freguesia de Picote, onde o número de fogos de 1758, em relação aos de 1732, teve uma variação positiva de 34%, superior à observada em Miranda do Douro que se cifrou em 27,1%.

No que concerne ao número de pessoas, a *Geografia Histórica* atribui a Miranda 739 almas e a Picote 206 almas; quer isto significar que, em princípio, apenas foram contabilizadas as pessoas (crianças) com idade igual ou superior a 7 anos; ou seja, o estrato etário a partir do qual já existiam obrigações canónicas. Face a estes valores, a estimativa que apresentamos parece muito fiável, o que nos permite dizer que nos princípios dos anos 30 de Setecentos a freguesia de Picote contabilizava à volta de 238 habitantes enquanto na sede do concelho viveriam 920 pessoas.

Por sua vez, para o ano de 1758, o padre António Gonçalves Calvo, pároco de Picote, escreveu que a freguesia de Picote tinha 317 pessoas *de todas as idades*⁸⁴, ao passo que o redator da memória paroquial de Miranda do Douro, cónego Bento de Morais Freire, descreve a cidade como sendo uma pequena povoação que consta de mil pessoas⁸⁵. O valor respeitante ao número de pessoas de Picote, constante na *Memória* de 1758, é muito similar às nossas estimativas, ao passo que o número referido para Miranda é inferior ao que calculamos. Todavia, importa vincar que, em nosso entender, neste número de Miranda do Douro não devem estar incluídas as crianças com menos de 7 anos, estrato que rondaria à volta de 17-18% do total da população. Caso acrescentássemos o valor respeitante a esta proporção, o número que apresentámos - 1170 - estaria também em sintonia com a realidade.

Os quantitativos apresentados nas *Memórias Paroquiais* foram reproduzidos, mais tarde, por Paulo Dias de Niza no *Portugal Sacro-Profano*⁸⁶.

2.2 - A população na 2ª metade do séc. XVIII

Para uma melhor perceção da realidade macro demográfica na 2ª metade do século XVIII, elaborámos o quadro nº 2.

⁸⁴ Itálico da nossa autoria.

⁸⁵ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 23, nº 154, p. 999 a 1020

⁸⁶ *Portugal Sacro-Profano*. Parte II, pp. 34-35 (para Miranda) e p. 129 (para Picote).

Ano	Freguesia de Picote			Freguesia de Miranda do Douro		
	Fogos	Coef. Variação	Habs. (Estimativa)	Fogos	Coef. Variação	Habs. (Estimativa)
1758	82	-	320	300	-	1170
1796 ⁸⁷	71	-13,40%	277	220	-26,70%	858
1798 ⁸⁸	63	-11,30%	246	236	-	920
1801 ⁸⁹	80	-	265	209	-	650

Quadro 2: Total de fogos nas freguesias de Picote e Miranda do Douro (1758 a 1798-1801)

Os dados referentes a 1796 foram recolhidos pelo juiz demarcante Columbano Pinto Ribeiro de Castro, cuja nomeação para o cargo data de 17 de Janeiro de 1793. Nesta mesma data, foi incumbido de descrever a província de Trás-os-Montes. Para o efeito, socorreu-se dos elementos fornecidos pelas câmaras, juízes e párocos, o que lhe possibilitou traçar o panorama demográfico, administrativo e económico da província num trabalho que intitulou *Mappa do estado actual da província de Trás-os-Montes e Nova demarcação e regulação das comarcas e districtos da província de Trás-os-Montes*⁹⁰. Neste trabalho descreve a comarca, indicando o número de vilas e freguesias que a compõem; debruça-se sobre a produção agrícola e pecuária; informa quanto à distância a que as povoações se encontravam da capital e da comarca e os tributos que os moradores pagavam. Num período em que a estatística ainda ensaiava os primeiros passos⁹¹ indica, para as vilas e lugares de cada uma das quatro comarcas da província (Miranda, Moncorvo, Bragança e Vila Real), o número de fogos e almas, distribuídas por sexo, e ocupação profissional.

Os dados de 1798 têm por fonte o *Censo de Pina Manique*, assim intitulado porque a ordem para o numeramento da população emanou do Intendente Geral da Polícia, Diogo Inácio de Pina Manique. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, «o censo de 1798 teve uma finalidade imediata, de interesse militar, no recrutamento de tropas

⁸⁷ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de, *op. cit.*, p. 186.

⁸⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A População de Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1970, p. 104.

⁸⁹ SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, «A organização do território e o estudo da população (1801-1847)» in *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1847*, Instituto Nacional de Estatística, 2001, Vol. I, pág. 232.

⁹⁰ In MENDES, José Maria Amado, *Trás-os-Montes nos fins do Século XVIII* segundo um manuscrito de 1796 Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

⁹¹ Idem, *Ibidem*, pág. 19.

para defesa do reino»⁹², particularmente o recrutamento de jovens para o exército. Ficamos assim a conhecer os resultados por comarca e freguesia com indicação do número de fogos em cada freguesia.

Após esta breve nota crítica sobre estas duas fontes, passamos ao comentário dos dados propriamente ditos. Torna-se bastante perceptível a quebra da população nestas duas freguesias na segunda metade do século XVIII. Todavia, deve notar-se que, proporcionalmente, a quebra observada em Picote foi inferior à verificada na cidade de Miranda. Esta realidade é confirmada por ambas as fontes de finais do século.

Ensaçando uma explicação para esta dinâmica, julgamos que a tendência recessiva teve como causa principal a ocorrência, neste espaço, de conflitos bélicos integrados na Guerra dos Sete Anos ou Guerra do Mirandum⁹³ com consequências devastadoras para Miranda e lugares do seu termo. Em 1762, ano em que Carlos III de Espanha subiu ao trono e fez uma aliança com França, Portugal preferiu aliar-se ao bloco onde estava a Inglaterra. Por esta razão, as tropas espanholas não tardaram a invadir a raia portuguesa e Chaves foi ocupada. Ao mesmo tempo outras localidades também sofreram as consequências militares associadas a este conflito, como foi o caso de Miranda do Douro, onde o disparo de um canhão, pelas tropas invasoras, fez explodir um armazém de pólvora. Era, então, pároco da Freguesia de Miranda o Cónego Bento Moraes Freire testemunha ocular deste acontecimento e que o descreve com grande riqueza de pormenores dando conta do número de vidas humanas que se perderam e a destruição que a cidade sofreu. Conta-nos que a 8 de Maio de 1762 a cidade estava cercada por um exército de 30 000 homens e no meio da contenda, após disparo de um canhão, rebentou o armazém de pólvora abrindo grandes brechas para o exterior:

(...) Arruinando também a melhor parte do castelo para o oriente, que entrava para a cidade, e metade da torre grande, dando em terra com todo o edifício e oficinas que dentro dele havia, em cujas ruínas faleceu muita gente, que a mais dela se não pode averiguar quem era, por se acharem queimados do fogo que se alimentou com mais de mil e quinhentas arrobas de pólvora.

Desta gente que pereceu, muitos eram soldados, outros paisanos e ordenanças da terra que andavam trabalhando dentro do mesmo castelo em menesteres que se lhe mandavam, e outras pessoas da cidade.

⁹²SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A População de Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1970, p. XI.

⁹³ MOURINHO, António Maria, *Guerra dos Sete Anos ou Guerra do Mirandum*, Câmara Municipal de Miranda do Douro, 3ª Edição, 1994.

Não pude alcançar ao certo o número de gente; mas averiguado por prudentes, e feita a diligencia e inquirição possível, me parece faleceriam 350 a 400 pessoas, assim no castelo e subúrbios, como pelas ruas da cidade; e para memoria mandei escrever esta declaração, que, com a lista das pessoas que abaixo vão carregadas assignei.

E não vão os nomes e pátrias com mais individuação, porque o não pude saber. E também declaro que debaixo da brecha que faz cara ao meio dia, estão mais de cem pessoas, que as vi sepultar na ruina, porque casualmente me achava presente, e quis Deus livrar-me. Dentro do donjão ao redor do poço, está também muita gente. Na ponta do terreiro, (...), ficarão também muitos sepultados. Na cortinha contígua à Peça desbocada (...) se enterraram setenta e tantas pessoas, que nenhuma se soube quem era, e com trabalho se poderão tirar das ruinas⁹⁴.

Em consequência, o Bispo e vários elementos da hierarquia religiosa mudam a sua residência para Bragança. Aos efeitos da guerra juntam-se ainda vários anos de más colheitas⁹⁵, a subida dos preços dos cereais e o agravamento das condições de vida do meio rural em que o pão era o principal sustento.

De acordo com o levantamento de Columbano Pinto Ribeiro de Castro, a freguesia de Picote teria 227 almas, enquanto Miranda do Douro e quintas registariam a presença de 973 almas. Se confrontarmos estes dados com as nossas estimativas referentes ao número de habitantes, observamos que os valores apresentados nesta fonte são inferiores. Porém, julgamos que tal diferença poderá significar que os números citados por Columbano Ribeiro de Castro têm por fonte os róis de confessados elaborados pelos párocos das diversas freguesias, onde não constavam os menores de 7 anos.

Em síntese, podemos afirmar que em princípios do século XIX, Picote começa a recuperar a população existente em meados do século XVIII, ao passo que Miranda do Douro continuou a apresentar sinais de quebra em relação aos quantitativos existentes em 1758, o que pode ser entendido como consequência dos conflitos bélicos sofridos no âmbito da Guerra dos Sete Anos.

⁹⁴ ALVES, Francisco Manuel, Abade de Baçal, *op. cit.*, Tomo IV, pág. 140; MOURINHO, António Maria, *Guerra dos Sete Anos ou Guerra do Mirandum*, Câmara Municipal de Miranda do Douro, 3ª Edição, 1994, p.16.

⁹⁵ RODRIGUES, Teresa Ferreira (coordenação), *op. cit.*, p. 256; SOUSA, Fernando de, *op. cit.*, p.49.

2.3 - A evolução da população: 1801-1849

Seguindo a metodologia anteriormente adotada, passamos a apresentar um quadro com a síntese dos valores observados nos anos de 1801 e 1849, o que significa que, *grosso modo*, dispomos de dados para o início e meados do século XIX.

Ano	Picote						Miranda					
	Fogos	Coef. Variação	H	M	HM	Coef. Variação	Fogos	Coef. Variação	H	M	HM	Coef. Variação
1801	80	-	134	131	265	-	209	-	302	348	650	-
1849	79	-1,30%	162	146	308	16,20%	137	-34,40%	379	374	753	15,80%
1864	95	-	-	-	408	-	221	-	-	-	918	-

Quadro 3: Fogos e habitantes nas freguesias de Picote e Miranda do Douro em 1801 e 1849/1864

Tal como já fizemos anteriormente, começamos por tecer alguns considerandos sobre a natureza das fontes supramencionadas. O recenseamento de 1801 deve-se ao seu grande impulsionador D. Rodrigo de Souza Coutinho, Presidente do Real Erário e Secretário de Estado da Fazenda da Rainha D. Maria I. Para o levantamento dos quantitativos populacionais, recorreu às autoridades eclesiásticas não só por serem estas que tinham os registos com os diferentes ciclos de vida dos indivíduos, mas também porque a sua rede estava muito mais disseminada em todo o território nacional, como referido. Segundo Luís Espinha da Silveira, «em contraste com a debilidade da presença do Estado, o domínio do território e do registo dos principais atos da vida dos indivíduos por parte da Igreja explica que a coroa tivesse de recorrer às autoridades eclesiásticas para efetuar o recenseamento da população em 1801»⁹⁶.

Todavia, para que os resultados não fossem apresentados segundo a divisão eclesiástica, solicitou às autoridades administrativas do reino, o reordenamento dos dados segundo as circunscrições administrativas⁹⁷. A ordem para a execução deste censo partiu da Secretaria de Estado da Fazenda através do Aviso de 3 de Novembro de 1801⁹⁸. Os impressos, que serviriam de base ao inquérito foram enviados aos prelados que os fizeram chegar aos párocos das respetivas dioceses; após o preenchimento eram

⁹⁶Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849, Edição Crítica Luís Nuno Espinha da Silveira (coord.), Instituto Nacional de Estatística, 2001, Vol. I, p. 26.

⁹⁷Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849, Edição Crítica Luís Nuno Espinha da Silveira (coord.), Instituto Nacional de Estatística, 2001, Vol. I, p. 27.

⁹⁸*Ibidem*, p. 45.

entregues na Câmara eclesiástica de cada diocese para reconhecimento da assinatura dos párocos e, posteriormente, enviados à entidade emissora, Secretaria de Estado da Fazenda⁹⁹.

Por sua vez, o Censo de 1849 representa uma nova realidade. Segundo Luís Espinha da Silveira, «Subitamente, em 1849, o panorama descrito mudou. O recenseamento deste ano (...) está muito completo, foi realizado em poucos meses e a documentação que o acompanha, em contraste com a dos anteriores, é, com raras exceções, burocrática, desinteressante, parecendo que as dificuldades que antes se agigantavam frente à administração estatal se tinham agora desvanecido»¹⁰⁰. Foram pedidos mapas por distrito, concelho e freguesia com dados sobre fogos, habitantes, por sexo, nascimentos e óbitos, igualmente por sexo, e casamentos. Importa referir que a contagem foi, ainda, efetuada pelos párocos a partir dos livros de registos paroquiais e centralizada no Governo Civil¹⁰¹ e abrangeu Portugal Continental e também a Madeira e os Açores.

Passemos agora à leitura e comentários dos dados. No período que decorreu entre 1801 e 1849, o número de fogos em Picote manteve-se praticamente idêntico, enquanto em Miranda do Douro, sofreu uma queda acentuada. Porém, se compararmos o número de pessoas, constata-se que nas duas freguesias houve um crescimento, cujo ritmo foi muito idêntico em ambas, já que em Picote o coeficiente de variação foi de 16,2% e em Miranda se cifrou em 15,8%.

Estes valores poderão ser interpretados como um sinal da diminuição da mortalidade, o que se teria refletido no aumento do número de pessoas em cada fogo, sem que o número dos fogos tivesse crescido.

Uma evidência inquestionável é o crescimento da população após o início da Regeneração, já que em 1864, comparativamente com 1849, o número de fogos e de habitantes nestas duas freguesias apresentou um aumento significativo.

De modo a melhor conhecer a estrutura etária da população em 1801, passamos agora a uma análise por estratos etários, para o que elaborámos o quadro seguinte:

⁹⁹*Ibidem*, p. 46.

¹⁰⁰*Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849*, Edição Crítica Luís Nuno Espinha da Silveira (coord.), Instituto Nacional de Estatística, 2001, Vol. I, p. 83.

¹⁰¹ RODRIGUES, Teresa Ferreira (coordenação), *História da População Portuguesa*, p. 299.

Est. Etários	Picote				Miranda do Douro			
	H	M	HM	%	H	M	HM	%
1-7 anos	15	20	35	18,3	41	32	73	11,4
7-25 anos	35	33	68	35,6	77	102	179	27,9
25-40 anos	16	29	45	23,6	87	92	179	27,9
40-60 anos	23	11	34	17,8	50	68	118	18,4
60-80 anos	3	6	9	4,7	28	32	60	9,4
80-100 anos	0	0	0	-	12	20	32	5,0
>100 anos	0	0	0	-	0	0	0	-

Quadro 4: Estratos Etários nas freguesias de Picote e Miranda do Douro em 1801

No que concerne ao indicador demográfico relação de masculinidade, observa-se que, no cômputo global, existiam mais mulheres do que homens, nas duas freguesias. Assim, no caso de Picote o valor é 93, ao passo que em Miranda é 85; quer isto significar que, por cada 100 mulheres, em 1810, existiam, respetivamente, 93 e 85 homens. No caso de Picote, apenas no estrato de 7-25 anos é que o número de homens suplantou ligeiramente o número de mulheres, já em Miranda no estrato de 1-7 anos o número de homens era superior ao das mulheres. Esta característica pode ter como base a mortalidade infanto-juvenil masculina, em Picote, ser superior, equilibrando-se depois no estrato seguinte (7-25 anos); já, em Miranda, o número de nascimentos masculinos foi maior do que o número de nascimento femininos, mas as migrações, essencialmente masculinas, teriam infletido a proporcionalidade de pessoas neste estrato etário, a partir do qual o número de mulheres foi sempre superior, com particular referência para os últimos escalões etários (60-80 anos e 80-100 anos).

A distribuição da população por estratos etários mereceu também a nossa atenção. Uma observação muito nítida é constatação de que a população de Picote era muito jovem, já que 53,9% do total se situava até aos 25 anos. Por sua vez, em Miranda este valor era inferior com apenas 39,3%. Paradoxalmente, em Picote, apenas 4,7% tinha idade superior a 60 anos, ao passo que em Miranda esse valor se situava nos 14,4%; o que está em sintonia com a ideia de que a população de Picote era bastante jovem.

2.4 - A evolução da população: 1864-1900

O reconhecimento da estatística como mecanismo de conhecimento da sociedade dava passos significativos na Europa em meados do século XIX. Porém, para que tal

fosse eficaz, era imperioso recolher os dados segundo regras padronizadas de modo a permitir a comparação e agregação dos mesmos. Neste sentido, realizaram-se vários Congressos Internacionais de Estatística. O primeiro aconteceu em Bruxelas no ano de 1853 tendo como principal objetivo uniformizar as estatísticas oficiais, publicadas pelos governos dos diferentes países, para permitir leituras comparáveis; saiu, igualmente, uma recomendação para a criação, em cada Estado, de uma Comissão Central de Estatística.

A este Congresso, outros mais se seguiram: Paris (1855), Londres (1860), Berlim (1863), Florença (1867), Haya (1869), S. Petersburgo (1872) em que se definiram «as bases de uma estatística geral e uniforme (comum) em todas as Nações»¹⁰².

Portugal não ficou indiferente a esta dinâmica que procurou acompanhar de perto. Para o efeito, enviou como representante, às sessões de 1853 e de 1863, António José de Ávila. Seguindo as recomendações dos Congressos Internacionais de Estatística, pelo decreto de 8 de Agosto de 1857 foi criada a Comissão Central de Estatística do Reino, sob a tutela do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria. O artigo 1º, do decreto supra referido, clarifica o âmbito da sua intervenção «organizar o plano geral de estatística em todos os ramos da administração pública, superintendendo na execução do mesmo plano e centralizando a publicação dos trabalhos estatísticos»¹⁰³.

A estatística passava a estar centrada num único organismo, abarcando a informação dos vários sectores da administração pública. A Repartição de Estatística institucionalizou-se como serviço público regular.

Tendo por base a proposta do Ministro e Secretário de Estado do Reino, António de Serpa Pimentel, o decreto de 5 de Outubro de 1859 reorganiza o Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria criando, sob a dependência da Direção do Comércio e Indústria, entre outras, a Repartição de Estatística. O Ministro, no Relatório anexo ao citado decreto, fundamenta assim esta reorganização:

A criação da Repartição de Estatística é determinada pela Carta de Lei que autorizou o Governo a reformar este Ministério. Ocioso é na nossa época demonstrar as vantagens de uma Repartição encarregada de coligir e

¹⁰²*Instruções Estatísticas Que por ordem do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Principal Sousa compilou Marino Miguel Franzini, Tenente-Coronel, agregado à Brigada Real da Marinha, em 1814, Lisboa, Impressão Régia, 1815, p.3; in RAVARA, António Pinto, «A classificação socioprofissional em Portugal (1806-1930)», *Análise Social*, vol. XXIV (103-104), 1988 (4.º, 5.º), 1161 – 1184, p. 1161.*

¹⁰³ *Diário do Governo* n.º 220 de 18 de Setembro de 1857.

*centralizar os factos estatísticos, de organizar os modelos, de dar as instruções necessárias aos diversos agentes subalternos que se ocupam neste ramo de serviço, de comparar os dados primordiais, de os corrigir pela análise e pela contra prova, e finalmente de elaborar e publicar os mapas gerais da estatística cujos resultados tanto servem para a solução dos problemas económicos e administrativos, como para a demonstração de muitas verdades sociais.*¹⁰⁴

À recém-criada Repartição de Estatística competiria, segundo o § 3º do artigo 4º: (...) *A collecção dos documentos estatísticos; organização dos methodos e modelos, Regulamentos e Instrucções para os agentes dos diversos ramos de serviço, encarregados de coligir os dados estatísticos; elaboração e publicação dos mappas geraes e documentos estatísticos*¹⁰⁵.

À responsabilidade da centralização, compilação e uniformização do apuramento dos dados estatísticos, acresciam, ainda, as funções conceptuais de elaboração de Regulamentos e Instruções. Foi no seguimento desta dinâmica, de procurar conhecer o país através de levantamentos de diversas áreas específicas, que, por ordem de José Torres, se pensou realizar em 31 de Dezembro de 1860 o Recenseamento Geral da População. Todavia, a sua implementação apenas ocorreu em 1864, data do 1º *Recenseamento da População em Portugal*, organizado segundo os moldes sugeridos em vários Congressos Internacionais de Estatística; foi, também, o primeiro levantamento geral da população a demarcar-se das instâncias hierárquicas da igreja que tinham tido hegemonia nos vários apuramentos realizados até então. À sua realização concorreu, ainda, o pensamento científico dominante no séc. XIX que defendia o conhecimento da verdadeira situação de cada país (da população à agricultura, comércio e indústria) para, com base nesses dados, planear uma estratégia de desenvolvimento.

Conforme referido na nota introdutória, teve em conta as conclusões dos congressos internacionais de estatística de Bruxelas e Paris abrangendo «sexos, estados civis, idades, profissões ou condições sociais, e naturalidades; com distinção de nacionais e estrangeiros, residentes ou transeuntes, presentes ou ausentes»¹⁰⁶. Antecedeu-lhe o Decreto de 23 de Julho de 1863 que especifica a metodologia e

¹⁰⁴Relatório anexo ao Diário do Governo, nº 239 de 5 Outubro de 1859.

¹⁰⁵Diário do Governo, nº 239 de 5 Outubro de 1859, art.º 4º, § 3º.

¹⁰⁶Censo no 1º de Janeiro de 1864, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, Introdução.

procedimentos que presidirão ao levantamento: estipula a data da realização a 31 de Dezembro de 1863 que abrangerá «o reino de Portugal e ilhas adjacentes»¹⁰⁷ e será «geral, nominal e simultâneo de toda a sua população»¹⁰⁸; determina, ainda, que deverá começar e acabar no mesmo dia em todas as povoações tendo por base a população existente em 31 de Dezembro de 1863.

O apuramento, com base em listas de família, estará a cargo de governadores civis, administradores de concelho e regedores de paróquia competindo-lhes «dirigir, inspecionar e fazer executar as operações parciais do recenseamento»¹⁰⁹.

O *II Recenseamento Geral da População* realizou-se no dia 1 de Janeiro de 1878 mantendo-se a metodologia de recolha e apuramento de dados idêntica à do censo anterior. A Carta de Lei de 15 de Março de 1877, que ordena a execução deste censo, estabelece o princípio dos recenseamentos decenais¹¹⁰. Quanto aos dados recolhidos houve alguma inovação na informação sobre a instrução elementar apurando-se os que sabem ler e escrever, os que sabem ler e os que não sabem ler nem escrever.

O *III Recenseamento Geral da População* teve lugar a 1 de Dezembro de 1890. De acordo com a Carta de Lei de 15 de Março de 1877, este censo deveria realizar-se em 1888¹¹¹, porém, a Carta de Lei de 25 de Agosto de 1887, embora mantenha a periodicidade decenal adia-o para 1890, por se ter aderido ao princípio da realização de recenseamentos em anos terminados em zero, «porque só assim será possível fazer os confrontos sobre o movimento das populações»¹¹², argumenta António Eduardo Vilaça na Nota de Apresentação ao Censo de 1890. Alterou-se, igualmente, o dia do Recenseamento passando para 1 de Dezembro ao invés de 31 de Dezembro como se verificou nos recenseamentos anteriores «porque tal época coincide com a das mudanças de casa, e é por conseguinte a menos própria para grande número de famílias receberem e devolverem, preenchidos, os boletins; mas acresce que, na maior parte do país, é a ocasião de muitas pessoas se deslocarem do seu domicílio habitual para as terras da sua naturalidade. Por isso se preferiu, como na Alemanha e na Suíça, o 1º de

¹⁰⁷ *Decreto de 23 Julho de 1863*, art.º 1º.

¹⁰⁸ *Ibidem*.

¹⁰⁹ *Ibidem*, art.º 6º.

¹¹⁰ Carta de Lei de 15 de Março de 1877, Art.º 1º, § único.

¹¹¹ Carta de Lei de 15 de Março de 1877, Art.º 1º.

¹¹² *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, Vol.1. Nota de Apresentação, p. XIII.

Dezembro, que, sem ter aqueles inconvenientes, pertence a uma quadra do ano em que a população é menos flutuante»¹¹³, alega António Eduardo Vilaça.

Este III Censo marca um avanço, relativamente aos anteriores, porque, pela primeira vez, se inclui a classificação profissional. A população foi classificada segundo a condição perante o trabalho apurando-se as que exerciam uma profissão, as pessoas de família sem ocupação lucrativa e serviços empregados no serviço doméstico. A base de recolha de informação continua a ser o Boletim de Família mas, agora, com um conjunto de notas explicativas para maior rigor nas respostas.

O *IV Recenseamento Geral da População* efetuou-se no 1º de Dezembro de 1900. Baseado na Carta de Lei de 25 de Agosto de 1887, foi regulamentado pelo Decreto de 3 de Agosto de 1900. Face ao Censo anterior, não apresenta significativas diferenças tanto na metodologia da recolha de dados, como no tratamento e apresentação. Houve, no entanto, alguma inovação tendo-se apurado, pela primeira vez, informação relativa à religião; no estado civil incluiu-se a categoria de “*separado judicialmente*”.

Assim, tendo em vista conhecer a realidade demográfica da freguesia de Picote, no período dos recenseamentos estatísticos, e coincidentes com o período em estudo, passamos a apresentar o quadro nº 5.

Censos	Picote			Coef. Variação	Miranda do Douro			Coef. Variação
	H	M	HM		H	M	HM	
1864	208	200	408	-	442	476	918	-
1878	217	231	448	9,80%	509	527	1036	12,90%
1890	297	248	545	21,70%	466	528	994	-4,10%
1900	283	296	579	6,20%	445	538	983	-1,10%

Quadro 5: Número de habitantes nas freguesias de Picote e Miranda do Douro (1864-1900)

Os dados ora apresentados permitem que façamos vários considerandos sobre a freguesia de Picote, sempre em conexão com os dados referentes à freguesia da cidade de Miranda. É visível que a freguesia de Picote, em sintonia com o que se passou em Portugal continental, viu a sua população crescer de modo significativo. É de notar como em Picote, uma pequena freguesia rural do concelho de Miranda do Douro, entre 1864 e 1878, o número de habitantes aumentou 9,8%, e entre 1878 e 1890, o aumentou

¹¹³*Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, Vol.1. Nota de Apresentação, p. XV.

foi superior ascendendo aos 21,7%. Apesar da variação dos últimos dez anos (1890-1900), ser apenas de 6,2%), pode, no entanto, concluir-se que a segunda metade do século XIX se pautou por um forte crescimento. É curioso verificar o aumento do número de fogos¹¹⁴ neste mesmo período: entre 1864 e 1878 houve um acréscimo de 14,7% e entre esta data e 1890 de 26,6% ou seja aumentou o número de pessoas, individuais ou em família, que se autonomizou e constituiu um novo fogo.

Por outro lado, na freguesia de Miranda do Douro nota-se, que esta dinâmica de crescimento ocorreu apenas até 1878, já que a partir desta data, o coeficiente de variação apresentou sempre valores negativos; algo semelhante ao que sucedeu com o número dos fogos.

Uma possível explicação para este menor crescimento da população da sede do concelho, poderá estar relacionado com a dinâmica migratória; isto poderá significar que, enquanto a população de Picote se quedou pela localidade, muitos dos habitantes da sede do concelho saíram em direção a outras paragens, entre elas as periferias das cidades do Porto, de Lisboa, ou a vizinha Espanha sobretudo para a Andaluzia como é referido na resposta ao *Inquérito Parlamentar à Emigração Portuguesa* de 1885¹¹⁵, ou para o Brasil que nesta altura (último quartel do séc. XIX), embora muitas vezes viajando clandestinamente, recebia muitos portugueses.

Os dados apresentados no quadro nº 5, leva-nos ainda a algumas reflexões sobre a relação de masculinidade. Na freguesia de Picote, o número de homens foi superior ao das mulheres em dois censos (1864 e 1890) ao passo que o número de mulheres foi superior ao dos homens também em dois censos (1878 e 1900). Por sua vez, em Miranda o número de mulheres foi sempre superior ao dos homens. Esta evidência quantitativa pode querer significar que, nesta freguesia, muitos dos homens emigraram; algo que, hipoteticamente, não teria acontecido em Picote.

¹¹⁴O conceito de fogo foi definido no Censo de 1864, da seguinte forma: «o indivíduo ou indivíduos, casados ou solteiros, com ou sem filhos, com ou sem criados, habitando um mesmo recinto em íntima economia doméstica. Uma pessoa vivendo só, em lugar separado, constituía fogo» (*Censo no 1º de Janeiro de 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. XII). O número de fogos, em Picote, era os seguintes: 1864: 95; 1878: 109; 1890: 138; 1900: 141. E em Miranda do Douro eram os seguintes: 1864: 221; 1878: 253; 1890: 252; 1900: 241.

¹¹⁵ SALGADO, Maria da Conceição Cordeiro, *A Emigração Portuguesa para o Brasil, no contexto das grandes migrações europeias: o caso do distrito de Bragança*, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Lusíada do Norte (Porto), policopiada, 2018, p.155.

Tendo como objetivo conhecer melhor a estrutura da população de Picote, passamos agora à análise dos grupos funcionais e índices-resumo¹¹⁶ segundo os censos de 1864 e 1878. Para o efeito, elaborámos o quadro seguinte.

	P i c o t e							
Censo	1864				1878			
Idade	H	M	HM	%	H	M	HM	%
0-15	80	70	150	38,5	74	77	151	34,0
16-65	112	119	231	59,4	128	148	276	62,2
≥66	2	6	8	2,1	11	6	17	3,8
Soma	194	195	389	100	213	231	444	100

Quadro 6: Agrupamento da população de facto de Picote por grupos funcionais

A primeira conclusão a retirar da análise dos dados demográficos é de que, nestas duas datas, Picote apresentava uma população extremamente jovem onde os jovens (0-15 anos) atingiam a cifra de 38,5% em 1864 e 34,0% em 1878. Esta constatação é confirmada pelo reduzidíssimo número de idosos (≥66 anos) com percentagens de 2,1% e 3,8%, respetivamente. Nesta mesma sequência, a percentagem dos potencialmente ativos é muito alta, com 59,4% e 62,2%. Estes valores refletem uma sociedade com um forte crescimento da sua população.

Tal como já referimos anteriormente, com o intuito de compreender a dinâmica da população de Picote, vamos expor os dados para a sede do concelho no quadro que a seguir se apresenta.

	M i r a n d a							
Censo	1864				1878			
Idade	H	M	HM	%	H	M	HM	%
0-15	139	164	303	34,9	147	183	330	31,8
16-65	247	281	528	60,8	343	330	673	65,0
≥66	18	19	37	4,3	19	14	33	3,2
Soma	404	464	868	100	509	527	1036	100

Quadro 7: Agrupamento da população de facto de Miranda do Douro por grupos funcionais

¹¹⁶ Conceito reportado a J. Manuel Nazareth in Cosme, João, *Atas II Encontro de História de Loulé*, Câmara Municipal de Loulé, Arquivo Municipal, 2019.

A freguesia de Miranda do Douro mostra uma moldura semelhante à da freguesia de Picote; todavia a percentagem dos jovens é menor e a do grupo dos potencialmente ativos é maior do que em Picote, o que pode ser entendido como o levíssimo sinal de que haveria algumas tentativas de controlo da natalidade. Em síntese, para melhor elucidação do que dissemos, passamos a apresentar o quadro nº8, com alguns índices para as duas freguesias.

Censos	Picote		Miranda	
	1864	1878	1864	1878
Índices				
Dependência dos Jovens	64,9	54,7	57,4	49,0
Dependência dos Idosos	3,5	6,2	7,0	4,9
Dependência Total	68,4	60,9	64,4	53,9

Quadro 8: Índices-resumos das freguesias de Picote e Miranda do Douro (1864 e 1878)

Estes valores confirmam as asserções anteriormente apresentadas. Assim, por cada 100 pessoas potencialmente ativas existia um número muito significativo em ambas as freguesias nas mesmas datas. Todavia, observa-se que o número de jovens diminuiu entre os dois censos em ambas as freguesias. Também em ambas as freguesias o índice de dependência dos idosos é muitíssimo baixo, daí que os valores do índice de dependência total sejam muito parecidos ao do índice de dependência dos jovens.

3. Estrutura sócio profissional

Após nos termos debruçado sobre a população de Picote, do ponto de vista macro, passamos agora à análise sócio profissional da mesma. Para o efeito, vamos socorrer-nos de fontes distintas. Este facto, permite não só ter uma visão mais completa, como também abranger cronologias diferentes.

Assim, num primeiro tempo caracterizaremos a estrutura sócio profissional de Picote a partir da obra de Columbano Pinto Ribeiro de Castro, intitulada *Mappa do Estado Actual da Província de Tras-os-Montes*. Esta mesma obra permite tecer alguns considerandos sobre a realidade social de Trás-os-Montes, em geral, e de Picote em especial, em finais do século XVIII, data do início da cronologia do nosso trabalho. Esta obra pode ser considerada pioneira¹¹⁷ pela apresentação do panorama socioprofissional da população transmontana, ou como o autor refere as suas «ocupações e ofícios»¹¹⁸.

Num segundo momento, recorreremos aos dados dos registos paroquiais que, tal como João Cosme refere, *as fontes da Demografia Histórica oferecem, por vezes, dados importante para a História Social*¹¹⁹. Para o efeito, utilizaremos os dados dos registos de batismo e de óbito.

3.1 - Segundo o estudo de Columbano Pinto Ribeiro de Castro

Numa breve nota importa referir que Columbano foi nomeado, a 17 de Janeiro de 1793, juiz demarcante com a incumbência da descrição da província de Trás-os-Montes. Este cargo integrava-se num mundo administrativo do qual faziam parte intendentess, inspetores e superintendentes¹²⁰. Eram portadores de uma jurisdição de natureza comissarial cujo conteúdo se esgotava nos limites impostos pelas cartas de

¹¹⁷ Importa referir que, em Portugal, o primeiro estudo de identificação e classificação de profissões remonta a 1806 e ficou a dever-se ao General Gomes Freire de Andrade; posteriormente, em 1815, Marino Miguel Franzini publicou a primeira obra teórica sobre a matéria que foi revista, pelo autor, em 1820 e posteriormente em 1841. Contudo, e apesar de tais estudos, só com o censo de 1890 se inicia a prática de incluir a profissão dos indivíduos recenseados.

¹¹⁸ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de, *Mappa do Estado Actual da Província de Tras-os-Montes*, in MENDES, José Maria Amado, *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII segundo um manuscrito de 1796*, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

¹¹⁹ COSME, João, “Olivença (1640-1715). População e Sociedade”, *Revista de Estudos Extremeños*, LXII (II) p.p.753-824, p. 803.

¹²⁰ SILVA, Ana Cristina Nogueira da, *O Modelo Espacial do Estado Moderno*, Editorial Estampa, 1998, p. 355.

nomeação¹²¹. A sua missão consistia em fazer *descrições claras do local, e informações dos interesses, que dentro do local devem averiguar, para bem das demarcações, e das suas comissões*¹²².

Aliás, os dados que este autor nos fornece, tanto pela quantidade como pela diversidade, são de enorme importância para quem quer estudar a província de Trás-os-Montes naquele período, pois, como refere Joel Serrão «não se conhece outra fonte sobre Trás-os-Montes, ou até sobre qualquer outra província portuguesa, da mesma época, que se lhe possa comparar pela riqueza de informação».¹²³

Num quadro que designa por *População da Cidade de Miranda e Lugares do seu Termo*,¹²⁴ Columbano, além de referir o total de fogos e almas, distribui a população por dezoito grupos socioprofissionais: Eclesiásticos (Seculares e Regulares), pessoas literárias, sem ocupação, negociantes, cirurgiões, boticários, lavradores, jornaleiros, alfaiates, sapateiros, carpinteiros, pedreiros, fabricantes de lã, ferreiros, ferradores, pastores, criados e criadas. Em Picote, a população está distribuída por onze grupos socioprofissionais, conforme o quadro que a seguir se representa.

Fogos	Almas	H.	M.	Eclesiást.	S/Ocup.	Lavrador	Jornal.	Alfaiates	Sapat.	Carpint.	Fabric. Lãs	Pastores	Criados	Criadas
71	227	114	113	1	6	90	4	2	2	3	8	2	3	6

Quadro 9: População de Picote distribuída por grupo ocupacional (segundo Columbano P. R. de Castro)

A análise dos dados apresentados permite-nos concluir:

- i) Os diversos grupos ocupacionais não estão distribuídos por género, exceção para os *criados* e *criadas*. No entanto, em várias passagens do seu estudo o autor realça o contributo da mulher na atividade produtiva seja na agricultura *as mulheres são igualmente fortes e ajudam seus maridos na cultura das terras*¹²⁵, ou na manufatura, *Tambem tem alguns teares em que tecem homens e mulheres, das suas lãs que fião*,

¹²¹ Idem, *Ibidem*, p.355.

¹²² Idem, *Ibidem*, p.358.

¹²³ SERRÃO, Joel e outros, «População activa e população na vida religiosa em Trás-os-Montes nos finais do século XVIII», in *Análise Social*, Vol. XII (47), 1976-3º, 748-762.

¹²⁴ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de, *op. cit.*, p. 186.

¹²⁵ Idem, *Ibidem*, p. 168.

*cobertores, pardos, estambres, mandis e branquetas para gasto da sua casa e para vender*¹²⁶. Apesar destas referências, Columbano atribui ao trabalho da mulher um estatuto de «ajuda», de auxílio, não lhe associando nem lhe reconhecendo valor económico. A opção do autor por uma caracterização ocupacional sem distribuição por género dever-se-á ao facto de o chefe de família ser o elemento definidor das receitas familiares. Para António Manuel Hespanha¹²⁷ a unidade era um dos princípios constitucionais da família sob a égide do *pater* e todos os membros estavam sujeitos à sua direção.

ii) É difícil calcular o número médio de pessoas por fogo já que Columbano, à semelhança das demais fontes de informação da mesma centúria, não contabiliza os moradores mas sim as “almas” ou seja os indivíduos maiores de 7 ou 11 anos. Fica, portanto, esta franja da população por registar e a incerteza do número exato de habitantes em cada freguesia.

A Freguesia de Picote contabiliza, em 1796, 3,2 habitantes por fogo. Se alargarmos o nosso estudo às aldeias circunvizinhas encontramos valores muito próximos daquele, como se reflete no Quadro nº10.

	Cércio	Duas Igrejas	Fonte Aldeia	Picote	Sendim	Vila-Chã
Fogos	58	123	55	71	244	91
Habitantes	216	430	154	227	966	227
Habit./Fogo	3,7	3,5	2,8	3,2	4,0	2,5

Quadro 10: Coeficiente habitantes por fogo em 1796¹²⁸ (Picote e outras freguesias)

iii) Há um significativo domínio da atividade agrícola, representada pelos grupos profissionais de *agricultores e jornaleiros*. Columbano não clarifica nenhum destes conceitos. Para Mendes¹²⁹ *lavrador* era não só “o grande proprietário (...) mas também o médio, o pequeno e ainda mesmo o enfiteuta ou rendeiro”. Em Trás-os-Montes, refere

¹²⁶Idem, *Ibidem*, p. 189.

¹²⁷ HESPANHA, António Manuel, «A Família» in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, Editorial Estampa, 1998, Vol. IV, p. 249.

¹²⁸ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de, *op. cit.*, p. 186.

¹²⁹ MENDES, José Maria Amado, *Trás-os-Montes nos fins do Século XVIII* segundo um manuscrito de 1796, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, p. 130.

ainda o mesmo autor, a maioria dos lavradores seria constituída por pequenos proprietários que cultivavam as suas terras podendo, por vezes, recorrer à ajuda de familiares, jornaleiros ou criados.

Na ótica de O'Neill¹³⁰ o conceito de lavrador, para além de associado à titularidade da terra que explorava, implicava a posse de arado e de animais de tração, refere o autor citando Georges Duby: «a distinção social básica, (...) acabou por separar o campesinato em dois grupos distintos: os que tinham de trabalhar a terra com as próprias mãos e, muito acima destes, os laboratores, que eram suficientemente ricos para possuírem uma junta de vacas»¹³¹.

Relativamente ao conceito de jornaleiro, este era aplicado aos assalariados agrícolas, embora também pudesse ter um sentido mais amplo e englobar os que trabalhavam em ofícios mecânicos e os próprios criados¹³². Trabalhavam por conta de outrem, fora do agregado doméstico, e a maior percentagem do rendimento familiar vinha desse trabalho.

Na Freguesia de Picote, o grupo de *lavradores* e *jornaleiros* representa, respetivamente, 39,6% e 1,8% do total de moradores. Curiosamente, Picote evidencia um número de lavradores, 90, superior ao número de fogos, 71 (Quadro nº11). Tal singularidade, no conjunto das vinte e cinco freguesias que constituíam o Concelho de Miranda do Douro, apenas se verifica em mais duas: Freixiosa com 41 Fogos e 64 lavradores e Genísio com 50 Fogos e 64 lavradores¹³³.

A percentagem de lavradores é significativamente superior à de jornaleiros sugerindo-nos que a população que se dedicava à agricultura era, essencialmente constituída por pequenos agricultores que, com o seu agregado familiar, explorava as próprias parcelas de terreno e só, pontualmente, recorria a mão-de-obra de jornaleiros. Vergílio Taborda alude a esta particularidade sublinhando:

Além de proprietário, o cultivador é também jornaleiro. Ele só, com a família sem exclusão de mulheres e crianças revolve o seu torrão. (...) Nestas terras pobres e de longa tradição coletivista o sistema de torna-geira vigora desde tempos

¹³⁰ Brien O'Neill é um antropólogo norte-americano que entre 1976 e 1978 estudou a freguesia rural de Fontelas em Trás-os Montes.

¹³¹ O'NEILL, Brian Juan, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros, Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1984, p. 100.

¹³² MENDES, José Maria Amado, *op. cit.*, p. 131.

¹³³ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de, *op. cit.*, p. 186.

*imemoriais, representando uma forma de assistência e cooperação (...). Tudo menos recorrer-se ao braço estranho que haja de pagar-se*¹³⁴.

Esta realidade é, igualmente, extensiva ao Concelho de Miranda do Douro onde a percentagem de *lavradores* e *jornaleiros*, face à população registada, é de 16,4% e de 3,0%, respetivamente, (Quadro nº12).

iv) Relativamente ao grupo de *pastores* representa, em Picote, 0,9% face ao total da população (Quadro nº11). A criação de gado é uma atividade importante na freguesia rural transmontana; além de estreitamente ligada à agricultura como auxiliar do homem na mobilização e fertilização da terra, fornece alimento e matéria-prima aos fabricantes de lã.

O total de pastores registados em Picote, não nos permite inferir sobre o número total de cabeças de gado. É possível, como aliás Mendes defende, que a guarda do rebanho da aldeia coubesse, rotativamente, a todos os possuidores de gado¹³⁵. Aliás, a existência de um número significativo de fabricantes de lã, como adiante veremos, indicia um avultado número de cabeças de gado.

Se ao número de pastores juntarmos o de lavradores e jornaleiros teremos uma imagem do total de moradores que em Picote se ocupava no sector primário, retratada no Quadro nº 11.

Em suma, em Picote, em 1796, a percentagem de moradores ligada ao sector primário era de 42,3%; se a leitura for feita considerando o total de fogos a percentagem sobe aos 135,2%.

Fogos	Almas	Lavradores			Jornaleiros			Pastores		
		Total	% T.Fogos	% T.Almas	Total	% T.Fogos	% T.Almas	Total	% T.Fogos	% T.Almas
71	227	90	126,8%	39,6%	4	5,6%	1,8%	2	2,8%	0,9%

Quadro 11: Total de Fogos, Almas, Lavradores, Jornaleiros e Pastores em 1796 (Freguesia de Picote)¹³⁶

¹³⁴ TABORDA, Vergílio, *Alto Trás-os-Montes Estudo Geográfico*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 171.

¹³⁵ MENDES, José Maria Amado, *Trás-os-Montes nos Finais do Séc. XVIII*, Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação, 1985, p.30.

¹³⁶ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de, *op. cit.*, p. 186.

Fogos	Almas	Lavradores			Jornaleiros			Pastores		
		Total	% T.Fogos	% T.Almas	Total	% T.Fogs	% T. Almas	Total	% T.Fogs	% T.Almas
2040	7259	1194	58,5%	16,4%	218	10,7%	3,0%	90	4,4%	1,2%

Quadro 12: Total de Fogos, Almas, Lavradores, Jornaleiros e Pastores em 1796 (concelho de Miranda do Douro¹³⁷)

v) O grupo de *fabricantes de lã* surge em segundo lugar na hierarquia ocupacional com oito fabricantes o que representa uma percentagem de 3,5% face ao total de habitantes registados. É curioso verificar, fazendo o paralelismo com as freguesias circunvizinhas e que tomamos como referência, que Picote é a freguesia que apresenta a maior percentagem de moradores nesta atividade profissional (Quadro nº13). Mas, se alargarmos o estudo às vinte e cinco freguesias que, então, compunham o Concelho de Miranda do Douro, Picote continua a ser uma das freguesias com maior percentagem de fregueses nesta atividade, apenas precedida por Prado Gatão que apresenta uma percentagem de 4,7% face ao número de moradores. Sobre esta atividade Columbano, além de sublinhar que no Concelho de Miranda do Douro há muitas lãs e de boa qualidade, diz ainda que *têm alguns teares em que tecem homens e mulheres, das suas lãs que fião, cobertores, pardos, estambres, mandis e branquetas para gasto de suas casas e para vender*¹³⁸. Igualmente, Vergílio Taborda menciona que em Miranda, no séc. XVIII, havia 80 fabricantes de lã que fiavam e teciam lã preta *mais estimada por escusar tintura*¹³⁹.

Aliás, observação semelhante já tinha sido registada por Manuel Severim de Faria aquando da sua viagem a Miranda do Douro, referindo que havia ali grande abundância de carne de carneiro os quais *pella maior parte são de lam negra*¹⁴⁰. Esta lã era utilizada para diversos fins, nomeadamente para o fabrico de peças de vestuário, como realça da descrição que Vergílio Taborda nos lega do traje regional mirandês feito todo ele em lã e de fabrico caseiro: «Em Miranda o homem vestia ainda nos meados do século passado sobre o *jaleco* de grossos botões de pano, a *vestia* curta, de estreita gola, debruada vistosamente de burel, calção de alçapão e polaina, envolvendo-se até aos pés,

¹³⁷ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de, *op. cit.*, p. 186.

¹³⁸ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de, *op. cit.*, p. 186.

¹³⁹ TABORDA, Vergílio, *Alto Trás-os-Montes Estudo Geográfico*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 179.

¹⁴⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria 1604.1609-1625* Academia Portuguesa de História, 1974, p. 116.

como numa solene dalmática, na ampla e pesada *capa de honras*, com a sua espécie de capelo caprichosamente ornamentado e a *honra*, terminada por compridas franjas, caindo até meio das costas; as mulheres usavam espesso *saiote* e o *baju*, casaquinho duplamente pregueado nos ombros, terminado atrás pelo *rabecho* bordado»¹⁴¹.

Freguesias	Fogos	Almas	Fabricantes de Lã		
			Total	%T. Fogos	%T. Almas
Cércio	58	216	0		
Duas Igrejas	123	430	10	8,1%	2,3%
Fonte Aldeia	55	154	2	3,6%	1,3%
Picote	71	227	8	11,3%	3,5%
Sendim	244	966	11	4,5%	1,1%
Vila Chã	91	227	2	2,2%	0,9%

Quadro 13: Total de Fogos, Almas e Fabricantes de lã em 1796 (Picote e outras freguesias¹⁴²)

Columbano, reconhecendo a importância desta manufatura para a economia local, propõe que se erija “uma fábrica de cobertores de papa, baetões e saragoças, (...) chamando para fabricantes os tecelões que há pelos lugares do termo, servindo-se para isso do Paço do Bispo que se está arruinando sem exercício”¹⁴³.

vi) Têm também expressão, na hierarquia ocupacional, os grupos de *criados* e *criadas* com uma percentagem de 1,3% e 2,6%, respetivamente, face ao total de moradores. Estavam ligados ao desempenho de trabalhos domésticos e também ao cultivo das terras e colheitas sazonais. Para além dos serviços que prestavam, o agregado familiar que tivesse serviçais ganhava prestígio social; era um sinal de posse de grande propriedade e de elevados níveis de produção e indicação indireta do papel humanitário de uma casa abastada que acolhia, para o seu serviço, os mais carenciados¹⁴⁴.

¹⁴¹ TABORDA, Vergílio, *op. cit.*, p. 180.

¹⁴² CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de, *op. cit.*, p. 186.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 188.

¹⁴⁴ O'NEILL, Brian Juan, *op. cit.*, p. 225.

vii) As atividades produtivas não agrícolas e de carácter artesanal¹⁴⁵ de *alfaiate*, *sapateiro* e *carpinteiro* têm reduzida expressão na Freguesia de Picote, estando as três atividades praticamente ao mesmo nível, em termos de taxa de ocupação: *alfaiates* e *sapateiros* representam 0,9% e *carpinteiros* 1,3% face ao total de moradores. São atividades que estão disseminadas por todo o Concelho e com taxas de ocupação muito idênticas.

Fogos	Almas	Alfaiates			Sapateiros			Carpinteiros		
		Total	%T. Fogos	%T. Almas	Total	%T. Fogos	%T. Almas	Total	%T. Fogos	%T. Almas
71	227	2	2,8%	0,9%	2	2,8%	0,9%	3	4,2%	1,3%

Quadro 14: Total de Fogos, Almas, Alfaiates, Sapateiros e Carpinteiros em 1796 (Freguesia de Picote¹⁴⁶)

viii) As atividades de *pedreiro*, *ferreiro* e *ferrador*, não só não as encontramos representadas na freguesia de Picote, como escasseiam por todo o Concelho de Miranda do Douro particularmente os *pedreiros* e *ferradores* que apresentam uma taxa de ocupação de 0,1% e os *Ferreiros* de 0,4%, face ao número de moradores registados.

ix) O grupo dos *eclesiásticos seculares*, na hierarquia ocupacional, surge em último lugar e conta apenas com um elemento, representando 0,4% da população ativa.

Em síntese: Em 1796 a paisagem da Freguesia de Picote, está marcada pela atividade agrícola, representada pelos lavradores e jornaleiros, e que é, indubitavelmente, maioritária como meio de vida da sua população; tem uma das mais elevadas concentrações de fabricantes de lã do Concelho de Miranda do Douro, ou seja havia um número significativo de manufaturas familiares a que certamente ainda associariam à atividade agrícola; sugere-nos, também, abundância de gado ovino para fornecer matéria-prima aos fabricantes de lãs; relativamente às atividades de alfaiate, sapateiro e carpinteiro, embora apresentem taxas de ocupação modestas proporcionariam, certamente, nessa área, a autonomia necessária à freguesia.

¹⁴⁵ SERRÃO, Joel e outros, «População activa e população na vida religiosa em Trás-os-Montes nos finais do século XVIII», in *Análise Social*, Vol. XII (47), 1976-3º, 748-762, p. 751.

¹⁴⁶ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de, *op. cit.*, p. 186.

3.2 - Segundo os Livros de Registo Paroquial

3.2.1 Segundo os Livros de Registo de Batismo

Com base nos registos de batismo, procuramos traçar o quadro socioprofissional, da freguesia em estudo. Todavia, antes de apresentar os dados propriamente ditos, desejamos deixar duas breves notas:

De 1796, ano de início da nossa pesquisa, até 1860 não foi possível retirar a informação que nos interessava por estar omissa nos referidos registos. O registo dos dados sobre a profissão dos pais dos batizados terá começado a ser anotada por força do Decreto de 19 de Agosto de 1859 do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça que veio regular o «registo paroquial em harmonia com as prescrições da lei civil e eclesiástica»¹⁴⁷; a partir de 1860, embora com algumas omissões, passou a ser referida a atividade profissional do pai do batizado.

De salientar que, como utilizamos a metodologia de reconstituição de famílias, nos dados que apresentamos não há duplicação de informação, registando-se apenas uma vez cada um dos progenitores dos batizados.

Assim, passamos a apresentar os dados encontrados:

Sector de Atividade	Quantitativos
Primário	
Jornaleiro	93
Lavrador	55
Lavrador/Jornaleiro	16
Pastor	1
TOTAL	165
Secundário	
Alfaiate	2
Canteiro	1
Carpinteiro	1
Costureira	4
Ferreiro	3
Sapateiro	6

¹⁴⁷ Decreto de 19 de Agosto de 1859, Preâmbulo.

Tecelão	1
Tecedeira	3
TOTAL	21
Terciário	
Empregado de Alfândega	4
Empregado Fiscal	9
Guarda a pé	1
Professor Primário	1
TOTAL	15

Quadro 15: Estrutura socioprofissional segundo os registos de batismo (1860-1900)

Em perfeita consonância com os dados de Columbano Pinto Ribeiro de Castro, Picote apresenta-se como uma comunidade rural, com uma economia fortemente ligada ao sector agro-pecuário, com particular relevância para a agricultura. Verificamos pelos elementos recolhidos nos registos de batismo, apresentados no quadro nº 15, que, comparativamente com os resultados referidos pelo autor do *Mapa do Estado Actual da Província de Trás-os-Montes*, a representatividade entre algumas profissões sofreu algumas alterações.

O número de jornaleiros é, agora, superior ao número de lavradores. O regime de tributação que recaía sobre o agricultor era muito penalizador. Assim o refere, entre outros, Luís António Medeiros Velho, Juiz de Fora de Chaves entre 1781 e 1786¹⁴⁸; considera a agricultura como o motor da economia e fator determinante no desenvolvimento do país. Mostrando influência do pensamento fisiocrático, salienta que sem agricultura não há comércio, nem indústria. É com base neste pensamento doutrinal que vai descrever Trás-os-Montes num estudo que intitula de *Memória Económico-Política*. Para além de referir o pouco apreço social dispensado ao lavrador afirmando que *hum mercador, hum meirinho, e hum ourives, e outro qualquer artista têm melhor trato e acolhimento público*¹⁴⁹, salienta a baixa produção agrícola nomeadamente a vinícola na região transmontana devido aos vários impostos que recaíam sobre ela: pagavam sisa e décima pelo facto de serem proprietários das vinhas; pagavam o real de

¹⁴⁸ SOUSA, Fernando de, «Uma Descrição de Trás-os-Montes em finais do Século XVIII», in *População e Sociedade* nº 4, IEPF, Porto, 1998, pp. 413-449, (Memória Económico política de Luís A. Medeiros Velho, 1799) p. 414.

¹⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p. 433.

água proporcionalmente ao vinho que se vendia e ainda o subsídio literário sobre toda a colheita independentemente de eventuais perdas ou danos¹⁵⁰.

O poder político, reconhecendo o peso da tributação que recaía sobre os produtos agrícolas, no primeiro quartel do séc. XIX, procurou aliviar alguns dos encargos. Estes fatores poderão ter contribuído para o aumento do número de jornaleiros na freguesia, face aos lavradores.

O elemento que distinguia o lavrador do jornaleiro era a área de terreno que possuía e a sua localização: *a posse da terra continua a ser, aos olhos dos aldeãos, o critério fundamental desta diferenciação, refere O'Neill*¹⁵¹, mas também a capacidade de a trabalhar pela posse de cabeças de gado essencialmente o vacum. Embora a posse da terra e de meios para a cultivar fossem os grandes elementos diferenciadores e a base da desigualdade social havia outros indicadores de distinção entre o lavrador e o jornaleiro como o aspeto exterior da habitação, a sua dimensão e até mesmo a quantidade e qualidade do recheio.

O jornaleiro, como também já referimos, embora trabalhasse por conta de outrem e a maior percentagem do rendimento familiar viesse desse trabalho, possuía, também, o seu pedaço de terra para o seu sustento e da família; para além da diferença tanto na quantidade como na qualidade dos terrenos que possuía, os animais para ajuda no amanho das terras eram sobretudo da raça asinina mais fáceis de adquirir no mercado e menos exigentes, em termos alimentares, que o vacum.

Nos registos de batismo deparamo-nos, ainda, com uma outra situação: o mesmo indivíduo aparece ora com o estatuto de lavrador ora de jornaleiro e que identificamos, no quadro resumo, com a designação de Lavrador/Jornaleiro. Afastamos a hipótese de confusão ou desconhecimento do pároco porque, pelas funções que desempenhava, conhecia bem os seus paroquianos e a situação económica de cada um pela recolha do pagamento da prestação anual a que cada freguês estava obrigado.

Uma interpretação possível para esta dupla situação poderá ser o facto de, embora possuidor de terras com a área que lhe conferiam o estatuto de lavrador, periodicamente teria de aceitar trabalho à jorna para fazer face a algumas despesas.

¹⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p.433

¹⁵¹ O'NEILL, Brian Juan, *op. cit.*, p. 225.

Relativamente ao sector secundário verificamos que houve um aumento na diversidade de ofícios comparativamente com o período em que o trabalho de Columbano foi realizado. Para além de alfaiate, carpinteiro e sapateiro¹⁵², referidos no já citado estudo, há, agora, a menção de canteiro¹⁵³ e ferreiro. Não aparece a referência a fabricantes de lãs, que Columbano realçou, mas há informação da existência de um tecelão e de três tecedeiras. A completar o quadro foi registada a presença de quatro costureiras.

No sector terciário destacam-se os Empregados de Alfândega e os Empregados Fiscais.

Picote, como temos vindo a fazer referência, fica numa zona de fronteira; a delimitação era traçada pelo rio Douro, protegido por encostas escarpadas formando uma barreira quase intransponível entre as duas margens; todavia, tais características, não evitavam que se promovesse a passagem clandestina de pessoas e bens para um e outro lado da fronteira lesando as finanças públicas. Assim, a 7 de Dezembro de 1864, é promulgado um decreto de organização das Alfândegas com o intuito de:

*Conciliar as conveniências do comércio com os legítimos interesses da fazenda (...). Se o comércio, pela sua incontestável importância, tem direito a que o governo procure desembaraçar-lhe a ação e destruir todos os atritos inúteis que possam empecer as suas transações os interesses do estado e os do próprio comércio também reclamam as necessárias garantias de uma boa fiscalização, que ponha ao abrigo das tentativas e especulações ilícitas uma das mais importantes fontes de receita pública, qual é o rendimento das alfândegas (...)*¹⁵⁴.

As Alfândegas são divididas em marítimas e de raia subdividindo-se, cada uma delas, em 1ª e 2ª classe. Em Bragança foi criada uma alfândega de 2ª classe com uma delegação em Miranda do Douro. Não conseguimos informação sobre a data de abertura da delegação de Picote, todavia pelos registos de batismos temos conhecimento que em 20 de Agosto de 1869 nasceu uma criança do sexo feminino a quem foi dado o nome de

¹⁵² Curiosamente dos seis sapateiros agora registados, cinco são da mesma família tendo o ofício passado de pai para filhos e neto.

¹⁵³ Era espanhol, natural de Trabanca, Galiza e estabeleceu-se na freguesia com a família.

¹⁵⁴ Decreto de 7 de Dezembro de 1864, Preâmbulo.

Gazelda Ernestina filha de António Teixeira de Sousa, Empregado de Alfândega, natural de Chaves e de Catarina Sousa natural de Campo de Víboras¹⁵⁵.

Mais tarde, o Decreto de 1 de Setembro de 1881 cria e estrutura os corpos fiscais, *composto do pessoal ora existente no serviço externo das alfândegas*¹⁵⁶, a quem competia *a fiscalização das enseadas, rios, portos, ancoradouros, raia seca, e estações do caminho-de-ferro; cobrança de impostos de pescado e impostos indiretos; fiscalização do imposto do real de água e de tudo que respeita à cultura, fabrico e venda de tabaco*¹⁵⁷.

O Corpo da Guarda Fiscal é criado pelo Decreto nº 4 de 17 de Setembro de 1885, sob a tutela do Ministério da Fazenda. Considerado *um corpo especial da força pública*¹⁵⁸ tinha como missão: *Evitar, descobrir e reprimir o contrabando e descaminhos aos direitos, e as transgressões dos preceitos fiscais*¹⁵⁹; ou seja, a Guarda Fiscal, enquanto corpo militar, foi criada com o intuito de combater e reprimir a evasão fiscal. O quadro hierárquico do pessoal do serviço terrestre contava com inspetores, chefes de distrito (1ª e 2ª classe), chefes de posto (1ª, 2ª e 3ª classe), segundo cabo, guarda a cavalo e guarda a pé.

Assim, por força destas alterações legislativas, a partir de 1883 nos registos de batismo, quando o pai do nascituro pertencia àquele corpo militar, o pároco passou a denominar «Empregado Fiscal».

Refira-se que relativamente quer aos Empregados de Alfândega quer aos Empregados Fiscais os quantitativos lançados representam os que registaram o nascimento de filhos em Picote o que não significa que o número de efetivos a prestar serviço no Posto de Picote não fosse superior.

No sector terciário há ainda a salientar a referência, em 1900, a um professor primário, Francisco António Lopes Meixedo, natural de Bragança, a quem, em 18 de Dezembro do referido ano, nasceu uma filha. Não conseguimos apurar quando foi implementado, na freguesia, o ensino oficial. Todavia, sabemos que em 1897 aos 23 dias do mês de Abril, tomou posse, como professor interino do ensino elementar, João

¹⁵⁵ Livro de Registo de Batismo da Freguesia de Picote, Lv.0013, Cx.02.

¹⁵⁶ Diário do Governo nº 198, Decreto de 1 de Setembro de 1881, Art.º 2º.

¹⁵⁷ Ibidem, Art.º 1º.

¹⁵⁸ Diário do Governo nº 213, Decreto de 1 de Setembro de 1885, Art.º 1º.

¹⁵⁹ Ibidem, Art.º 2º, 1.º.

do Nascimento da Costa¹⁶⁰; mais tarde a 1 de Dezembro de 1897 tomou posse como professor elementar do sexo masculino Francisco António Lopes Meixedo¹⁶¹.

A Lei, publicada no Diário do Governo nº 70 de 31 de Março, do Ministério dos Negócios do Reino, Direção Geral da Instrução Pública, reorganiza os serviços da instrução primária dependentes do ministério do Reino. No seu articulado enuncia que o ensino primário pode ser elementar e complementar. O ensino elementar, que era à data o que se ministrava em Picote, por sua vez dividia-se em dois graus: O primeiro que era obrigatório para todas as crianças dos seis aos doze anos compreendia: leitura, escrita, operações fundamentais de aritmética e noções do sistema legal de pesos e medidas; doutrina cristã, elementos de desenho, trabalhos manuais exercícios de ginástica; nas escolas de meninas, «prendas próprias do sexo feminino»¹⁶². O segundo grau, obrigatório para admissão nos institutos de instrução secundária ou especial dependente do ministério do reino compreendia, além do referido, língua portuguesa, elementos de cronologia, de geografia e de história pátria, aritmética e geometria elementares, moral e desenho linear. A mesma Lei estabelece os vencimentos dos professores que, no caso dos professores do ensino elementar, variava entre os cento e cinquenta mil réis para os de 3ª classe e de duzentos e vinte mil réis para os de 1ª classe¹⁶³.

No quadro seguinte, apresentamos de modo sintético os dados apurados:

Sectores	Totais	%
Primário	165	82,1
Secundário	21	10,4
Terciário	15	7,5
TOTAL	201	100,0

Quadro 16: Quadro Resumo (totais e %) por setores de atividade, Registo Batismo

Picote é uma comunidade rural e as atividades ligadas à exploração da terra são, sem dúvida, as que têm maior peso representando 82,1%; o sector secundário, que inclui atividades artesanais, ocupa o segundo lugar com 10,4%; como referido Picote, desde o estudo de Columbano, não só viu aumentar a diversidade de ofícios desempenhados pelos locais: além de alfaiates, sapateiros e carpinteiros passou a ter, também, canteiros,

¹⁶⁰ AMMD, *Juramentos e posse aos professores* 1892 - 1899, JPP – 2, f. 11.

¹⁶¹ AMMD, *Juramentos e posse aos professores* 1892 - 1899, JPP – 2, f. 12.

¹⁶² *Diário do Governo* nº 70 de 31 de Março de 1897, art.º 2º.

¹⁶³ *Ibidem*, art.º 27º.

ferreiros e costureiras; embora não aparece representado o grupo dos fabricantes de lã, todavia há referência a um tecelão e a três tecedeiras.

Contudo, o que mais impacto deve ter tido na comunidade, a nível social e económico, terá sido, certamente, a entrada de indivíduos ligados ao setor terciário: os empregados de alfândega, os empregados fiscais e o professor primário.

3.2.2 Segundo os Livros de Registo de Óbito

São poucos os registos de óbito que referem a atividade profissional do defunto; no entanto, mesmo escassa, esta informação não deve ser menosprezada porque ajuda a completar o panorama socio profissional da freguesia. Tal como fizemos relativamente à informação constante nos livros de batismos organizamos, também esta, de acordo com os setores de atividade e o resultado que obtivemos consta do quadro nº 17 que se segue:

Sector Atividade	Quantitativos
Primário	
Jornaleiro	13
Lavrador	20
Jornaleira	4
Lavradora	4
Guardador de Gado	1
Total	42
Secundário	
Sapateiro	2
Total	2
Terciário	
Militar	
Soldados	3
Sargento	1
Eclesiástico	
Minorista	1
Pároco	3
Abade	1
Taberneiro	1
Criada	1
Total	11
Outra situação	
Pobre Mendicante	1
Total	1

Quadro 17: Estrutura socioprofissional segundo os registos de óbitos (1796-1900)

Os dados, supra apresentados, permitem inferir que as atividades ligadas ao sector primário, sobretudo ao quadro da produção agrícola, continuam a dominar. Há a referência a um guardador de gado, e pela expressão utilizada, depreendemos que poderia ser o gado da comunidade que na região era abundante com refere Vergílio Taborda ao sublinhar os aspetos da paisagem agrícola mirandesa: «Miranda, Sendim e Bemposta abastecem em grande parte de vinho as terras mais frias dos planaltos. À cultura alia-se a criação de gado. Mais exato seria até inverter os termos, pois aí o homem, sobretudo o mirandês, é antes de mais nada um criador de gado»¹⁶⁴.

A mulher mirandesa trabalhava no campo a par do homem como é mencionado por alguns autores. Columbano diz que «As mulheres são igualmente fortes e ajudam seus maridos na cultura das terras»¹⁶⁵, todavia, no trabalho que nos legou, não quantificou o número de mulheres que se ocupava no trabalho agrícola; igualmente, Leite de Vasconcelos refere que a mulher mirandesa «ordinariamente trabalha na lavoura ao lado dos homens desenvolvendo uma força muscular correlativa e equivalente à d'elles»¹⁶⁶. Francisco Manuel Alves, o Abade de Baçal, reforça o carácter laborioso da mulher mirandesa que têm por costume, a fim de terem as mãos livres para se entregarem a outros trabalhos, trazerem os filhos às costas, numa espécie de bernal feito com a mantilha, atando as pontas ao peito a que chamam trazer os filhos *ó Chino* ou *ó Chin-chin*¹⁶⁷.

Contudo, raramente as fontes indicam, o quantitativo de mulheres que se dedicava a esta atividade. Assim parece-nos curiosa a referência, no livro de registo de óbitos, a quatro mulheres lavradoras e a quatro mulheres jornaleiras. Relativamente às lavradoras, três eram viúvas e terão assumido, após a morte do marido, o papel de cabeça de casal; a terceira era casada sendo que os pais eram lavradores; eventualmente, transportou para o casamento essa condição.

Os registos de óbito fizeram referência a um taberneiro. Embora na casa do agricultor houvesse vinho para o consumo, era comum a existência nas aldeias de uma ou mais tabernas que além de vinho a retalho vendiam, normalmente em espaço

¹⁶⁴ TABORDA, Vergílio, *Alto Trás-os-Montes Estudo Geográfico*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p.113.

¹⁶⁵ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de, *op. cit.*, p.168.

¹⁶⁶ VASCONCELOS, Leite de, *op. cit.*, p. 56.

¹⁶⁷ ALVES, Francisco Manuel, *op. cit.*, Tomo IX, p.502.

contíguo, produtos alimentares, utensílios domésticos e material para confecção de vestuário; localmente esse espaço era designado por *soto*.

Constatamos, ainda, a existência de militares, três soldados e um sargento e ainda de eclesiásticos, um minorista, três sacerdotes e um abade. Relativamente ao exercício do sacerdócio, era ambição dos lavradores mais abastados conseguir que um filho entrasse na carreira eclesiástica resumindo-se essa vontade no ditado, citado por Vergílio Taborda¹⁶⁸:

Não há casa boa
Sem gado nem c'roa

Ser eclesiástico conferia estatuto social; assim, os justificativos que sustentam a vontade de ingressar na vida clerical, além da natureza vocacional, são, também, questões económicas e a possibilidade de ajudar a família. A Habilitação de Genere¹⁶⁹ do pároco de Picote, que respondeu ao Inquérito de 1758, é disso exemplo;

Diz António Gonçalves Calvo, filho de Bartolomeu Gonçalves e sua mulher Maria Calvo do lugar de Sendim, deste Bispado, (...) tem intima vontade de servir a Deos no estado eclesiástico; em virtude de ter alguns irmãos a que acudir por serem seus pais já mortos para cujo efeito quer mostrar em como é de puro e limpo de sangue; no dito lugar há falta de clérigos porque não há mais de dois num lugar com trezentos vizinhos¹⁷⁰.

Sendo, embora, em termos numéricos e percentuais de valor residual, queremos referir o caso do pobre mendicante pelo facto, segundo o registo de óbito, de ser da Galiza dando-nos a dimensão da mobilidade dos mendigos e a região de mendicidade.

Sobressai, ainda, pela leitura dos registos de óbito, a presença na aldeia de escritvães que registavam as últimas vontades dos fregueses; após a identificação do defunto (data do óbito, nome, estado civil, nome dos pais e/ou do cônjuge) o pároco anotava a existência, ou não, de testamento e o nome e naturalidade de quem o tinha redigido. Entre 1798 e 1804 aparece o nome de Manuel Domingues e, naquele período,

¹⁶⁸ TABORDA, Vergílio, *op. cit.* p.132.

¹⁶⁹ Inquirições de Genere eram inquéritos, impostos aos que se habilitavam ao ingresso no Seminário, sobre os ascendentes (pais, avós paternos e maternos) e pretendiam apurar se os interessados eram *limpos de sangue* ou seja se eram *cristãos velhos* e se não tinham mistura de sangue de judeus, mouros ou outros, o que seria fator inibidor da entrada.

¹⁷⁰ Tombo Diocesano Mons. José de Castro/ Arquivo da Câmara Eclesiástica; *Habilitação de Genere* (Cx. 55/Proc. 695).

dos dezassete testamentos que os registos de óbito nos dão conta, catorze foram redigidos na Nota daquele escrivão, como é mencionado no caso do óbito de Domingos João que faleceu a catorze de Março de 1802: *Domingos João viúvo que ficou de Maria João natural e morador do lugar de Picote depois de ter feito testamento na Nota de Manuel Domingues deste lugar de que deve dar conta Agostinho Branco seu terceiro (...)*¹⁷¹. O livro de testamentos deste escrivão faz parte do acervo documental do Arquivo Municipal de Miranda do Douro e mereceu um estudo aprofundado com publicação em livro¹⁷². O último testamento que redigiu, segundo as anotações no livro de defuntos, data de 1804. Entre 1809 e 1823 passou a figurar, como escrivão, Manuel Geraldês igualmente natural de Picote, como é indicado, entre outros, no registo de óbito de Manuel Meirinhos que faleceu em 18 de Julho de 1823: *Faleceu da vida presente José Meirinhos, marido de Paula Agostinho freguês deste lugar (...). Fez testamento na Nota do Escrivão Manuel Giraldes Nabarro Escrivão de testamentos deste lugar (...)*¹⁷³.

As *Ordenações Filipinas* previam a possibilidade de haver, nas aldeias, uma pessoa habilitada para fazer testamentos:

*E em cada Aldea que tiver vinte vizinhos, e estiver afastada da cidade ou villa huma légua, haja huma pessoa apta para fazer os testamentos aos moradores da Aldea, que stiverem doentes em cama. E sendo feitos, segundo forma de nossas Ordenações, ser-lhes-ha dada a fé e auctoridade, como que foram feitas per Tabellião das Notas*¹⁷⁴.

A escolha de quem iria exercer o cargo assim como o ato de nomeação revestia-se de algumas formalidades: *Os Officiaes de Camera poderão escolher a tal pessoa morador na dita Aldea, e servirá o dito ofício em sua vida, e dar-lhe-hão juramento scripto no livro da Camera, ao pé do qual deixará feito seu sinal público*¹⁷⁵.

O registo do testamento também obedecia a algumas regras: «E será obrigado ter hum quaderno bem cosido, em que screva os ditos testamentos, quando lhos mandarem fazer na Notas»¹⁷⁶. Estavam, ainda, previstas sanções em caso de erro: «E cometendo

¹⁷¹ Livro de Registo de Óbitos; Lv003-Cx001.

¹⁷² ALVES, António Bárbolo, BARROS, Anabela Leal, *O livro dos Testamentos*, Picote, 1780-1803, FRAUGA, Associação para o Desenvolvimento Integrado de Picote, 2019.

¹⁷³ Livro de Registo de Óbitos; Lv003-Cx001.

¹⁷⁴ *Ordenações Filipinas*, Livro I, Título LXXVIII, §20.

¹⁷⁵ *Ibidem*, § 20.

¹⁷⁶ *Ibidem*.

nelles qualquer erro, incorrerá nas penas, em que incorrera o Tabelião público, que o tal erro ou falsidade cometer»¹⁷⁷.

O tabelião era figura relevante no registo de testamentos; a sua assinatura dava credibilidade aos documentos que redigia mesmo perante o juiz o que muito o valorizaria socialmente sobretudo numa pequena comunidade rural, com uma economia de subsistência, e onde o índice de analfabetismo seria, certamente, elevado. Saber escrever não só elevava o estatuto social como equivalia a ter poder.

Para se ser tabelião era necessário reunir um conjunto de requisitos além de saber ler e escrever; para exercer o ofício, refere Correia Teles *não basta ter obtido mercê delle, ou d'El-Rei ou do Donatário, que o pode prover, he preciso que primeiro se examine, se encarte, juramento, signal público e Regimento*¹⁷⁸. O exame, para se verificar se sabia ler e escrever deveria ser feito na mesa do Desembargo do Paço após o que era passada a Carta. O Juramento *de bem e verdadeiramente servirem seus ofícios, guardando inteiramente seu Regimento a serviço de Deos, e d'El-Rei, e bem das Partes, deve ser dado ante o Escrivão da Chancellaria Mor do Reino, e escripto nas costas da Carta*¹⁷⁹.

Optamos por não inserir em nenhum dos quadros, quer no quadro descritivo, quer no quadro resumo, a atividade de Escrivão por não ter sido feita referência individualizada como aconteceu nas outras situações.

Seguindo idêntico procedimento, elaborámos um quadro com o resumo dos dados apurados e que ilustra, segundo os registos de óbito, o leque das atividades socioprofissionais desempenhadas pelos habitantes de Picote.

Sectores	Totais	%
Primário	42	75,0
Secundário	2	3,6
Terciário	11	19,6
Outra Sit.	1	1,8
Total	56	100,0

Quadro 18: Quadro Resumo (Totais e %) por setor de atividade, Registo de Óbitos

¹⁷⁷ *Ibidem*.

¹⁷⁸ TELLES, José Homem Correia, *Manual do Tabelião* na Impressão Régia, Lisboa, 1830, p. 5.

¹⁷⁹ *Idem, ibidem*, p. 7.

A análise do quadro resumo sugere-nos os seguintes comentários: conforme tem vindo a ser verificado, a freguesia vive, essencialmente da exploração agropecuária e as atividades ligadas a este sector de atividade são preponderante com uma representação, segundo os dados lançados nos livros de registo de óbitos, de 75%. Ganhou dimensão o sector terciário passando para a segunda posição na hierarquia das atividades socioprofissionais com 19,6%; o sector secundário, onde se incluem as atividades artesanais, representa 3,6%.

Em síntese, em meados do séc. XIX a população da Freguesia de Picote, maioritariamente, está ligada à atividade agrícola. Comparativamente com os dados apresentados por Columbano, viu aumentar o número de manufaturas artesanais; além de alfaiates, sapateiros e carpinteiros passou a ter, também, canteiros, ferreiros e costureiras. Embora não apareça representado o grupo dos fabricantes de lã, que no estudo de Columbano tinha uma grande representatividade, todavia há referência a um tecelão e a tecedeiras.

Porém, o que, certamente, teve mais impacto nesta comunidade, essencialmente rural, terá sido o aparecimento de atividades ligadas ao setor terciário nomeadamente os guardas fronteiriços (empregados de Alfândega e empregados Fiscais): além do crescimento populacional da freguesia, porque com alguns destes empregados vieram, também, as suas famílias, os locais tiveram, decerto, de se ajustar a outras culturas, a outras vivências, obrigando-os a estabelecer redes sociais e comunicacionais com estes novos habitantes. A instalação daquela força militar representava interferência e controlo dos movimentos através das fronteiras e tal facto poderia causar, na comunidade, situações de desconfiança e rejeição. Apesar desta circunstância soube estabelecer diálogo e construir relações como o atesta o facto de António Rodrigues, Empregado Fiscal, em 1 de Novembro de 1874, ter sido padrinho de batismo de Gracinda dos Santos filha de José Rodrigues e Ana Raquel Martins¹⁸⁰; igualmente, Paulino Joaquim Nascimento, Empregado Fiscal, em 14 de Dezembro de 1874, foi, padrinho de batismo de Abílio Joaquim, filho de António Joaquim Domingues e de Inês Maria¹⁸¹. Uns e outros souberam atenuar a linha de interesse que os dividia.

A abertura de uma escola do ensino oficial foi muito importante para a aldeia; permitiu aos pais providenciar instrução aos seus filhos sem os deslocar da aldeia.

¹⁸⁰*Livro de Registos de Batismo de Picote*, Lv.0018, Cx. 02.

¹⁸¹ *Ibidem*.

Sem embargo, poderemos concluir que a freguesia de Picote, que registava cerca de quinhentos e oitenta habitantes, em finais do século XIX¹⁸², apesar do seu isolamento, tinha uma estrutura social diversificada: para além se dedicar, maioritariamente, a atividades ligadas à agricultura e criação de gado, contava, com um conjunto de artífices ligados a variados ofícios; assinalamos, também, entre os habitantes a existência de militares, eclesiásticos e escrivães; verificamos, ainda, que a aldeia se animou com a instalação de um posto fronteiriço, criando postos de trabalho diretos e indiretos. Diretos, porque, segundo os registos de batismo, pelo menos um dos empregados fiscais era natural de Picote; indiretos porque, os empregados que trabalhavam naquele posto fronteiriço decerto necessitariam de requisitar os serviços dos artífices locais e adquirir aos produtores os bens de consumo diário acarretando benefícios para a economia local.

¹⁸² Pelo Censo de 2011 (INE, *Censos de 2011 Resultados definitivos Norte*, ano edição 2012) Picote tem, como população residente: H/M 301; H 146; M 155.

4. Nupcialidade

4.1 - Taxa bruta de nupcialidade

Uma TBN «é um instrumento grosseiro que isola muito rudimentarmente os efeitos da estrutura»¹⁸³; tendo como intuito conhecer melhor a nupcialidade na freguesia de Picote¹⁸⁴, elaborámos o quadro nº19.

Ano	TBN
1796	12,6‰
1801	3,8‰
1849	9,7‰
1864	3,7‰
1878	6,7‰
1890	3,4‰
1900	6,9‰

Quadro 19: Taxas brutas de nupcialidade

Os quantitativos¹⁸⁵, supra referidos, evidenciam que, em Picote, a TMNu oscilou ao longo dos tempos. Todavia, podemos caracterizá-la em três pontos: 1796 e 1849, representaram os anos com as taxas mais elevadas; já os anos de 1801, de 1864 e de 1890 apresentam taxas muito parecidas e com o valor mais baixo, por sua vez, os anos de 1878 e 1900 tiveram valores próximos e intermédios.

Ao nível comparativo, observamos que a TBNU de Picote de 1796 apresentava valores superiores aos observados nas diferentes comarcas do país, nomeadamente na de Bragança em 1802; já a de 1801 apresenta números inferiores aos registados nas

¹⁸³ NAZARETH, J. Manuel, *Demografia. A Ciência da População*, p. 191, cit. por COSME, João, «A mortalidade na freguesia de S. Clemente de Loulé (1848-1900)», in *Atas. II Encontro de História de Loulé*, Câmara Municipal de Loulé, 2019, p. 172.

¹⁸⁴ No que concerne ao número de habitantes em 1796 importa ter em conta que é uma estimativa.

¹⁸⁵ Do ponto de vista metodológico importa anotar que para diluir o efeito conjuntural, o numerador das nossas taxas são médias de casamentos. Assim, para 1796 utilizamos o valor 3,5 (1 casamento de 1796 e 6 de 1797), $7:2=3,5$; para 1801 o número 1 (0 de 1800, 1 de 1801 e 2 de 1802) resultante de $3:3=1$; para 1849 utilizamos o valor 3 (0 casamentos de 1848, 7 de 1849 e 1 de 1850), $8:3=2,7$ (3 por arredondamento); para 1864 utilizamos o valor 1,5 (1 casamento de 1863, 2 de 1864 e 1 de 1865), $4:3=1,3$ (1,5 por arredondamento); para 1878 utilizamos o valor 3 (2 casamentos de 1877, 1 de 1878 e 6 de 1879), $9:3=3$; para 1890 utilizamos o valor 3 (3 casamentos de 1889, 2 de 1890 e 3 de 1891), $8:3=2,7$ (3 por arredondamento); para 1900 utilizamos o valor 4 (5 casamentos de 1899 e 3 de 1900), $8:2=4$.

referidas comarcas em 1802. Os valores registados em Portugal nesta data¹⁸⁶ eram 6,7‰ em Miranda, raramente ultrapassando os 10‰; quer isto dizer que são intermédios aos observados nos anos de 1796 e 1801. Já para o ano de 1900, a TBNu de Picote enquadra-se nos valores detetados para os diversos distritos de Portugal, sendo idêntica à de Portugal continental (6,7‰) e inferior à do distrito de Bragança¹⁸⁷ que era de 7,9%.

4.2 - Evolução quantitativa da nupcialidade

Após a apresentação dos dados macro demográficos da freguesia de Picote começamos a abordar as diversas variáveis demográficas. Iniciamos, precisamente, pela nupcialidade que é uma variável fundamental para o estudo das populações do passado. Thomaz Robert Malthus chamou a atenção para o papel regulador da nupcialidade quando fala no controlo ou travão preventivo da dinâmica populacional, atribuindo à mortalidade o controlo positivo. Não se pode esquecer que a maior parte dos nascimentos ocorria dentro da instituição matrimonial e que, comparativamente com a natalidade e a mortalidade, esta variável era a que mais dependia da vontade humana.

Com o intuito de darmos uma visão geral dessa mesma dinâmica da nupcialidade, elaborámos o quadro nº20.

Anos	Nº Abs.	M. M. 5	Anos	Nº Abs.	M. M. 5 ¹⁸⁸
1796	1	-	1851	1	2
1797	6	-	1852	1	1
1798	3	3	1853	2	1
1799	4	3	1854	1	1
1800	0	2	1855	1	1
1801	1	2	1856	2	2
1802	2	1	1857	1	2
1803	2	1	1858	4	2
1804	1	2	1859	1	2
1805	1	2	1860	1	3

¹⁸⁶ *História da População Portuguesa*, (coord. Teresa Rodrigues), Edições Afrontamento, Porto, 2009, p. 391.

¹⁸⁷ *História da População Portuguesa*, (coord. Teresa Rodrigues), Edições Afrontamento, Porto, 2009, p. 392.

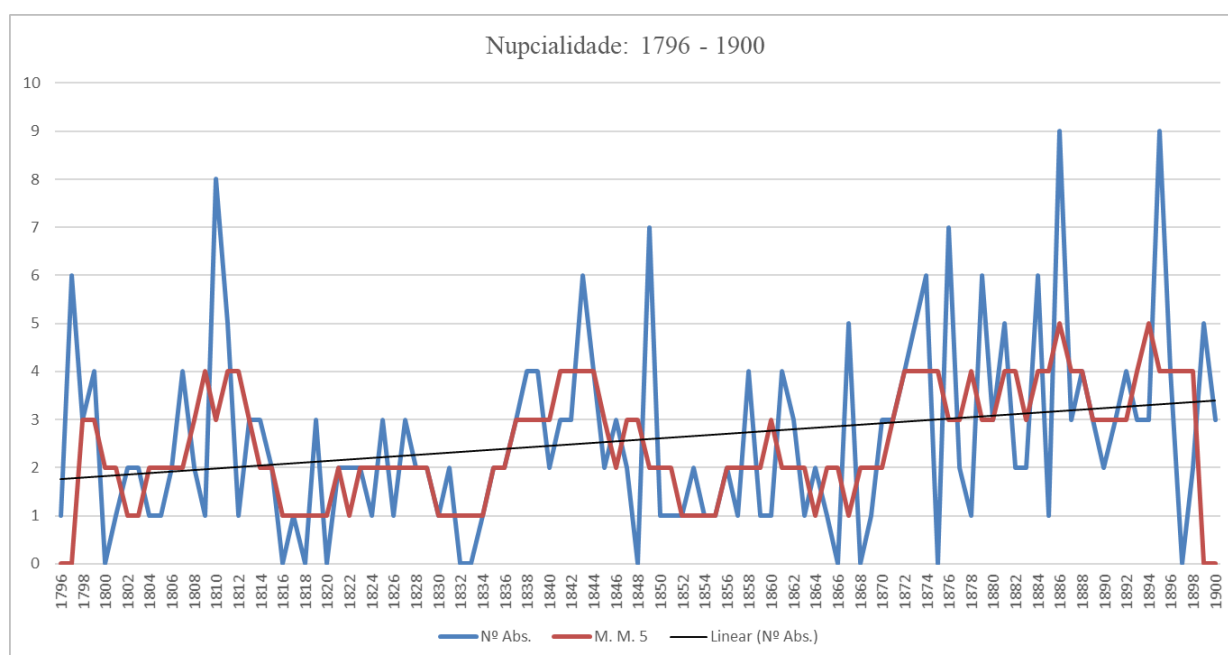
¹⁸⁸ As M. M. 5 foram elaboradas a partir dos números absolutos. Como estes valores são pequenos não procedemos à elaboração dos índices. Toda via, explicitamos que a média anual dos casamentos durante este período (1796-1900) foi de 2,58.

1806	2	2	1861	4	2
1807	4	2	1862	3	2
1808	2	3	1863	1	2
1809	1	4	1864	2	1
1810	8	3	1865	1	2
1811	5	4	1866	0	2
1812	1	4	1867	5	1
1813	3	3	1868	0	2
1814	3	2	1869	1	2
1815	2	2	1870	3	2
1816	0	1	1871	3	3
1817	1	1	1872	4	4
1818	0	1	1873	5	4
1819	3	1	1874	6	4
1820	0	1	1875	0	4
1821	2	2	1876	7	3
1822	2	1	1877	2	3
1823	2	2	1878	1	4
1824	1	2	1879	6	3
1825	3	2	1880	3	3
1826	1	2	1881	5	4
1827	3	2	1882	2	4
1828	2	2	1883	2	3
1829	2	2	1884	6	4
1830	1	1	1885	1	4
1831	2	1	1886	9	5
1832	0	1	1887	3	4
1833	0	1	1888	4	4
1834	1	1	1889	3	3
1835	2	2	1890	2	3
1836	2	2	1891	3	3
1837	3	3	1892	4	3
1838	4	3	1893	3	4
1839	4	3	1894	3	5
1840	2	3	1895	9	4
1841	3	4	1896	4	4
1842	3	4	1897	0	4
1843	6	4	1898	2	4
1844	4	4	1899	5	-
1845	2	3	1900	3	-
1846	3	2			
1847	2	3			
1848	0	3			
1849	7	2			

1850	1	2
------	---	---

Quadro 20: Evolução quantitativa da nupcialidade

Face aos dados apresentados, a primeira observação que devemos realçar é o número reduzido de casamentos que se realizou na freguesia de Picote durante todo este período. Tal como já referimos a média anual cifrou-se nos 2,58 casamentos por ano. Outra especificidade que se pode observar ao longo de todo este período é uma forte tendência de estabilidade, entrecortada por algumas exceções de determinados anos. A linha de tendência detetada para todo este período foi de +0,0157, o que confirma a observação anterior.

**Gráfico 1:** Nupcialidade; nºs absolutos e M.M.5 com linha de tendência

No que se reporta às dinâmicas conjunturais, desejamos anotar que, por um lado, em diversos anos não se realizaram casamentos e, por outro, os anos de 1886 e 1895 foram os anos em que mais uniões matrimoniais aconteceram, com nove enlases em cada um destes anos, logo seguido do ano de 1810 com 8 casamentos.

4.3 - Média anual dos casamentos por décadas

Para complementarmos a análise anterior, passamos a apresentar os casamentos agrupados por décadas:

Anos	Nº Absoluto	% do total dos casamentos	Média anual
1796-1800	14	5,2	2,8
1801-1810	24	8,9	2,4
1811-1820	18	6,7	1,8
1821-1830	19	7	1,9
1831-1840	20	7,4	2
1841-1850	31	11,4	3,1
1851-1860	15	5,5	1,5
1861-1870	20	7,4	2,0
1871-1880	37	13,7	3,7
1881-1890	37	13,7	3,7
1891-1900	36	13,3	3,6
SOMA	271	100	-

Quadro 21: Média anual de casamentos por décadas

Os dados anteriores permitem dizer que, nos últimos trinta anos do século XIX, o número de casamentos cresceu face aos períodos anteriores, seguindo-se as décadas de quarenta e últimos anos do século XVIII. Por sua vez, as décadas de 1811-1820, 1821-1831 e 1831-1840, assim como 1851-1860 e 1861-1870, as médias anuais foram inferiores à média de todo o período em análise que se cifrou, tal como já referimos, em 2,58 casamento por ano.

Quer isto significar que, durante estes 105 anos, metade dos anos registaram valores abaixo da média e que na outra metade o número dos consórcios suplantou o valor médio. Importa, todavia, anotar que o último trinténio do século XIX foi de crescimento bem visível.

4.4 - Sazonalidade ou distribuição mensal dos casamentos

Passamos agora ao estudo da distribuição mensal dos casamentos. O estudo desta variável ajuda a compreender os comportamentos das comunidades no que toca à opção matrimonial já que o casamento é uma das variáveis demográficas que está mais dependente da vontade humana.

Meses	1796-1820		1821-1845		1846-1870		1871-1900	
	Nº Abs.	V. C.	Nº Abs.	V. C.	Nº Abs.	V. C.	Nº Abs.	V. C.
Janeiro	7	144	10	205	4	97	10	106
Fevereiro	13	295	9	203	11	292	21	245
Março	1	20	2	42	0	0	5	53
Abril	7	149	3	63	2	50	3	33
Maiο	4	83	7	144	6	146	9	95
Junho	6	128	6	127	5	125	8	88
Julho	2	42	5	102	6	146	7	74
Agosto	2	42	2	42	3	73	2	21
Setembro	3	64	0	0	4	100	15	164
Outubro	2	42	4	82	3	73	12	127
Novembro	7	149	7	148	3	75	7	77
Dezembro	2	42	2	42	1	23	11	117

Quadro 22: Distribuição mensaldos casamentos

Em termos médios diários, durante todos estes blocos temporais, o mês de Fevereiro foi o que registou maior número de casamentos, tendo em conta o número de dias de cada mês. É provável que queira significar que, depois dos condicionalismos limitadores do advento e da ocupação dos tempos nas atividades agrícolas do Inverno (Dezembro e Janeiro) e quiçá da melhoria do tempo, havia disponibilidade económica e de tempo para a realização das festividades matrimoniais. Já os meses de Março e de Dezembro foram os meses em que aconteceram menos consórcios matrimoniais. A explicação para esta redução do número de casamentos, em nosso entender, tem por base fatores de índole religiosa. Em termos gerais, a Quaresma recai no mês de Março enquanto o Advento se situa, sempre, no mês de Dezembro.

Segundo as regras canónicas, estes dois períodos eram momentos de purificação/preparação para as duas principais festas do cristianismo, respetivamente, Páscoa da Ressurreição e Natal. Nesta mesma preparação incluía-se o jejum bem como a abstinência. Sendo o casamento um momento de grande festividade, onde o abuso da comida e da bebida se incluíam, é compreensível que, nestes meses, o número de casamentos fosse diminuto já que as festividades estavam condicionadas pelos referidos princípios religiosos.

Também se nota que, em regra, nos meses de Verão (Junho, Julho, Agosto e Setembro), o número de casamento era mais reduzido. A explicação para este

comportamento pode estar na necessidade de, durante este período se realizarem os trabalhos agrícolas; findos estes, então, já com o dinheiro das colheitas recebido, realizavam-se as festividades nupciais. Daí, os meses de Outubro e Novembro apresentarem uma subida no número de casamentos. O mês de Setembro do período de 1871-1900) foge à dita dinâmica, pois apresenta um número significativo de casamentos. Poderá querer significar a antecipação das festas depois das colheitas se terem realizado.

4.5 - Idade média dos nubentes ao primeiro casamento

A idade média é um indicador que permite conhecer a dinâmica nupcial de uma população. Quanto mais precocemente as pessoas (com relevância particular para as mulheres) se casavam, maior era a probabilidade das famílias terem mais filhos. Assim, tendo em conta a cronologia deste trabalho bem como as características dos registos de casamento¹⁸⁹, optámos por estudar idade média das gerações nascidas entre 1796 e 1845, através do recurso ao método de reconstituição de famílias¹⁹⁰. Já para o período que decorreu entre 1861 e 1900, utilizámos o método agregativo¹⁹¹.

Quer isto dizer, que não estudámos o período que decorre entre 1846 e 1860. Tal opção teve por fundamento uma questão metodológica. Como nestes registos não temos a idade dos nubentes, teríamos de calcular a idade média através da reconstituição de famílias; porém, como há vários noivos que casaram com 30 e mais anos, correríamos o risco de, a partir de 1865/70, não utilizarmos todos os dados para os nossos cálculos, algo que estaria incorreto. Esta ausência pode ser mitigada, já que temos dados a partir de 1861, e como as pessoas, que casaram a partir desta data, nasceram durante a cronologia atrás referidas, em nosso entender, os dados apresentados revelam uma representatividade significativa.

Passamos por isso, a apresentar a idade média ao 1º casamento para a o período de 1796-1845, dividido em dois blocos cronológicos de 25 anos (pode dizer-se de uma geração) cada um:

¹⁸⁹ Até ao ano de 1860, os registos de casamento não referem a idade que o nubente tem no momento em que se casa.

¹⁹⁰ Quer isto significar, como referimos no texto, os dados sobre a idade média ao casamento reportam-se às pessoas nascidas naqueles mesmos períodos: 1796 a 1820 e 1821 a 1845.

¹⁹¹ Neste caso, os dados reportam-se às pessoas que faleceram nestas mesmas datas (agrupados por décadas).

Data	Nº de casos		Média de Idades		Idade Média	
	H	M	H	M	H	M
1796-1820	36	42	28,69	24	29,19	24,5
1821-1845	34	42	29,62	25,67	30,12	26,17

Quadro 23: Idade média ao 1º casamento (1796-1845)

Os dados deste quadro permitem que tenhamos algumas considerações. Desde logo, é visível que os homens casavam mais tarde do que as mulheres. Em termos médios, esta diferença rondava os quatro anos. A explicação para esta ocorrência deve ter por base fatores de natureza económica, já que tratando-se de uma zona onde a agricultura era a atividade económica principal, os jovens (essencialmente os homens) eram uma força braçal importante para o núcleo familiar paterno; aliás, acontecia, por vezes, o novo casal ficar instalado na casa paterna ou materna, como nos é contado por familiares e residentes da aldeia cuja memória, por vivência ou testemunho transmitido através de gerações, o tempo ainda não apagou. A esta situação alude, também, José Vicente Serrão; ao descrever o contraste da estrutura dos agregados familiares entre o Sul e o Norte do país; salienta que, no Norte, se deteta «um grande peso da família troncal, nas suas variantes *múltipla* e *alargada*, associada a uma forte implantação da regra de residência patrilocal (instalação do novo casal na casa paterna)»¹⁹².

Nos livros de registo de batismo encontramos algumas situações que poderão confirmar esta interpretação. Assim, entre outros, podemos dar os seguintes exemplos: Maria José Domingues, casada com Manuel da Cruz Domingues, filha de Paulo Domingues, Lavrador, e de Brígida Branca, residem, todos, na Rua da Igreja¹⁹³; António Domingues, lavrador, casado com Sinforózia Miguel, filho de Manuel Casimiro Domingues lavrador, e de Maria das Neves Martins¹⁹⁴, residem todos, igualmente, na Rua da Igreja; igualmente, Manuel de Deus Pires, sapateiro, casado com Ana Geraldês, filho de José António Pires, sapateiro, e de Maria da Conceição Ferreira¹⁹⁵, eram todos moradores na Rua de Santa Cruz. Sendo facto que pais e filhos,

¹⁹² SERRÃO, José Vicente, «O Quadro Humano» in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, Vol. IV, Editorial Estampa, 1998, p. 54.

¹⁹³ *Livro de Registos de Batismo da Freguesia de Picote*, Lv0019-Cx02.

¹⁹⁴ *Ibidem*, Lv0024-Cx02.

¹⁹⁵ *Ibidem*, Lv0018-Cx02.

nos exemplos apresentados, viviam na mesma rua, resta alguma margem de incerteza se viveriam todos na mesma habitação pelo facto de, à época, ainda não ter sido atribuído o número de polícia às residências familiares; a nossa convicção está no conhecimento e testemunho local.

Importa agora comparar estes dados com os encontrados por Norberta Amorim¹⁹⁶, para a povoação transmontana de São Pedro de Poiães, para o período de 1741 a 1780, onde constatou que, a idade média dos homens foi de 28 anos e 1 mês, ao passo que a das mulheres se cifrou em 24 anos e 10 meses. Por sua vez, para a zona rural do concelho de Guimarães, para os períodos de 1780 a 1799 e de 1800 a 1819, a idade média ao 1º casamento por parte das mulheres¹⁹⁷, foi, respetivamente, de 25,3 e 24,7 anos enquanto, para os homens¹⁹⁸, foi de 24,8 e 25,4 anos. Quer isto significar que o comportamento nupcial em Picote se aproximava muito do que foi observado para São Pedro de Poiães, localidade transmontana do concelho de Peso da Régua, e bastante diferente do que se passava na zona rural do concelho de Guimarães. Os valores de Picote estão, ainda, em consonância com os que se observaram em algumas comarcas de Portugal em 1802¹⁹⁹. Por exemplo, na comarca de Miranda, nesta data a idade média das mulheres ao 1º casamento foi de 25 anos, 26 na de Castelo Branco, e nos homens foi de 31 na de Bragança, 29 na de Lamego e Moncorvo. Pode, assim, dizer-se, que se enquadrava com outras zonas do País.

Tendo em vista conhecer a idade média ao primeiro casamento para o período de 1861-1900 ou seja a segunda metade do século XIX, elaborámos o quadro que a seguir se apresenta:

¹⁹⁶ Norberta Bettencourt Amorim, «S. Pedro de Poiães e a sua população de 1561 a 1830», in *Brigantia. Revista de Cultura*, vol. III, nº 4 (Out. Dez.), 1983, Bragança, p. 545.

¹⁹⁷ Maria Norberta Simas Bettencourt Amorim, *Guimarães 1580-1819. Estudo demográfico*, INIC, Lisboa, 1987, p. 86.

¹⁹⁸ Maria Norberta Simas Bettencourt Amorim, *Guimarães 1580-1819. Estudo demográfico*, INIC, Lisboa, 1987, p. 100.

¹⁹⁹ *História da População Portuguesa*, (coord. Teresa Rodrigues), Edições Afrontamento, Porto, 2009, p. 395.

Data	Nº de Casos		Média de Idades		Idade Média	
	H	M	H	M	H	M
1861-1870	18	18	28,57	24,39	29,07	24,89
1871-1880	33	35	27,39	25,0	27,89	25,5
1881-1890	30	35	30,67	27,66	31,17	28,16
1891-1900	33	32	30,45	26,25	30,95	26,75

Quadro 24: Idade média ao 1º casamento (1861-1900)

Uma primeira observação é que a idade média ao primeiro casamento, por parte dos homens, continua a ser superior à das mulheres; quer isto significar que os homens, em termos médios, casavam mais tarde do que as mulheres. Na década de 1861-1870, como pode observar-se, a diferença foi de cerca de quatro anos e meio, e na década de 1891-1900 foi de quatro anos, à volta de três anos na década de 1881-1890 e de dois anos em 1871-1880.

4.6 - Celibato definitivo

O celibato definitivo e a idade média ao 1º casamento são dois parâmetros importantes que ajudam a compreender a evolução demográfica. Estes dois indicadores detêm grande importância na regulação da dinâmica demográfica. Por este motivo, procurámos conhecer o celibato definitivo em Picote. Para o efeito, sistematizámos o número de pessoas por género, com mais de 46 anos de idade²⁰⁰, constantes nos censos de 1864 e 1878.

²⁰⁰ É óbvio que o critério dos 46 anos é discutível para os homens. Todavia, para as mulheres costuma entender-se que, a partir dos 46 anos, caso a mulher se case, o número de filhos que pode nascer dessa união, é, do ponto de vista estatístico, pouco significativo.

	E. C.	1864 ²⁰¹		1878 ²⁰²	
		Nº abs.	%	Nº abs.	%
Homem	Solteiro	3	8,8	7	14,9
	Casado	28	82,4	31	66
	Viúvo	3	8,8	9	19,1
Mulher	Solteira	2	5,4	4	9,1
	Casada	24	64,9	26	59,1
	Viúva	11	29,7	14	31,8

Quadro 25: Percentagem dos habitantes, por estado civil, com idade ≥ 46 anos

Os dados constantes nos censos mencionados indicam que o número de mulheres solteiras, a partir dos 46 anos, aumentou na freguesia de Picote, no ano de 1878, comparativamente a 1864. Os valores que encontramos são, apesar de tudo, inferiores aos valores encontrados para a generalidade dos distritos portugueses nestas duas datas. Já no caso dos homens, a percentagem dos homens solteiros é superior à que se registou para a generalidade dos distritos portugueses²⁰³.

Tentámos ainda conhecer, através de outra técnica – situação nupcial à data do óbito – quantas pessoas faleceram com idade igual ou superior a 46 anos no estado civil de solteiros; isto é, na situação de celibatários.

	E. C.	1861-1880		1881-1900		1861-1900	
		Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%
Homem	Solteiro	0	0	6	9,8	6	5,4
	Casado	17	33,3	34	55,8	51	45,5
	Viúvo	34	66,7	21	34,4	55	49,1
Mulher	Solteira	4	11,4	9	13,8	13	13,0
	Casada	12	34,3	23	35,4	35	35,0
	Viúva	19	54,3	33	50,8	52	52,0

Quadro 26: Situação nupcial à data do óbito, por estado civil, com idade ≥ 46 anos

Os dados constantes neste quadro confirmam a tendência observada no quadro anterior (nº 25): aumento da percentagem de celibatários ao longo da segunda metade

²⁰¹ *População. Censo no 1º de Janeiro de 1864*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1868, p. 66.

²⁰² *População. Censo no 1º de Janeiro de 1878*, INE, Lisboa, 1881, p. 92.

²⁰³ *História da População Portuguesa*, (coord. Teresa Rodrigues), Edições Afrontamento, Porto, 2009, p. 394.

do séc. XIX. Esta tendência contraria a tendência verificada na maioria dos distritos do país onde a percentagem dos celibatários diminuiu. O valor observado em Picote aproximava-se dos padrões observados em 1890, nos distritos de Beja, Castelo Branco, Portalegre e Santarém²⁰⁴.

4.7 - Tipologia matrimonial

A escolha do cônjuge estava condicionada pelas características do “mercado matrimonial” observadas num determinado momento. Por isso mesmo, o conhecimento dos dados referentes à tipologia matrimonial, refletidos nos indicadores, é importante para esta mesma caracterização.

	1796-1820		1821-1845		1846-1870		1871-1900		SOMA	
	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%
Ambos Solt's	29	51,8	45	78,9	39	81,2	90	81,8	203	74,9
Solteiro/viúva	2	3,6	1	1,8	5	10,4	6	5,5	14	5,2
Viúvo/solteira	4	7,1	5	8,8	2	4,2	12	10,9	23	8,5
Ambos viúvos	2	3,6	2	3,5	0	0	2	1,8	6	2,2
Não especificado	19	33,9	4	7	2	4,2	0	0	25	9,2
SOMA	56	100	57	100	48	100	110	100	271	100

Quadro 27: Tipologia nupcial na freguesia de Picote (1796-1900)

Como o quadro ilustra, os consórcios realizaram-se preferencialmente entre dois cônjuges solteiros, isto pode significar que, à partida, estes nubentes o fizeram, tal como já vimos, em idade reprodutiva. Embora com valores muito mais baixos, de um modo geral, a segunda tipologia foi o noivo viúvo e a noiva solteira. Esta mesma opção, conjugada com o indicador idade média ao 1º casamento das mulheres, deve também ter tido consequências no âmbito da fecundidade. Por sua vez, ao longo deste período, a proporção de casamentos entre viúvos/viúvas não só foi muito reduzida como também diminuiu na 2ª metade do século.

²⁰⁴ Vide, *História da População Portuguesa*, (coord. Teresa Rodrigues), Edições Afrontamento, Porto, 2009, p. 394.

4.8 - Intervalo entre 1ª viuvez e o 2º casamento

A viuvez, sobretudo quando acontecia na idade ativa, trazia problemas e dificuldades conexas: no caso das mulheres problemas de fragilidade económica; no caso dos homens quando ficavam com filhos de tenra idade. A procura de um novo consorte surgia, essencialmente, como solução para estes problemas. Daí tornar-se interessante conhecer o intervalo que existiu entre a viuvez e as segundas núpcias.

Intervalo	Homem	Mulher
<1 ano	2	2
1 ano	5	-
2 anos	-	3
3 anos	2	1
4 anos	1	-
5 anos	-	1
6 anos	1	-
8 anos	1	-
9 anos	1	-
10 anos	1	-
14 anos	1	-
SOMA	15	7

Quadro 28: Intervalo entre a viuvez e o 2º casamento

Uma primeira nota é o número reduzido de casos em análise. Apesar desta particularidade, não podemos deixar de tecer alguns considerandos sobre os mesmos. Assim, o número de homens que se casaram pela segunda vez é muito superior (mais do dobro). Outra particularidade é a grande amplitude do intervalo observado. No caso dos homens (dois casos) variou entre menos de um ano e catorze anos (um caso); por sua vez, no caso das mulheres o intervalo oscilou entre menos de um ano (dois casos) e cinco anos (um caso); o que significa que a decisão de casar pela segunda vez, nos homens demorou muito mais tempo.

Em perfeita sintonia com que acabámos de referir, o valor modal nos homens situou-se em um ano e nas mulheres em dois anos. Por sua vez, a mediana (valor onde se atinge mais de metade) se localizou, no caso dos homens, em três anos, já que 60% (9 entre 15 casos) dos homens fizeram-no durante os três primeiros anos, enquanto nas mulheres se ficou pelos 2 anos, pois que 71,4% (5 entre 7 casos) fizeram-no durante os dois primeiros anos.

No caso da povoação transmontana de São Pedro de Poiares, Norberta Amorim²⁰⁵ observou que, para o período de 1650 a 1740, os homens observaram um intervalo médio entre a viuvez e posterior casamento de 2 anos e 5 meses e as mulheres de 3 anos e 4 meses; enquanto para o período de 1741 a 1823, o intervalo médio entre a viuvez e posterior casamento já atingiu os dois anos e 6 meses para os homens e 4 anos completos para as mulheres.

Por sua vez, para a zona rural do concelho de Guimarães, para o período de 1580 a 1819, este mesmo intervalo, foi de 2 anos e 3 meses para os homens e 3 anos e 6 meses para as mulheres²⁰⁶. Pode, assim, concluir-se que no caso de Picote, o valor médio esteve em sintonia com estas duas áreas rurais que acabámos de mencionar. A título de curiosidade, queremos mencionar que o intervalo de tempo dos que se casaram pela segunda vez, antes de completarem um ano, foi de 7 meses no caso dos homens²⁰⁷ e de 5 meses no caso das mulheres²⁰⁸.

4.9 - Origem geográfica dos nubentes

A origem geográfica dos nubentes é outro indicador que nos dá a conhecer em que medida a escolha do cônjuge se efetuava dentro dos limites da própria freguesia/localidade, ou se ia para além dela.

²⁰⁵ Norberta Bettencourt Amorim, «S. Pedro de Poiares e a sua população de 1561 a 1830», in *Brigantia. Revista de Cultura*, vol. III, nº 4 (Out.-Dez.), 1983, Bragança, p. 553.

²⁰⁶ Maria Norberta Simas Bettencourt Amorim, *Guimarães 1580-1819. Estudo demográfico*, INIC, Lisboa, 1987, pp. 137-139.

²⁰⁷ Joaquim Luís Rodrigues enviuvou em 23 de Junho de 1860 e casou-se em 7 de Fevereiro de 1861, e José Maria Calvo enviuvou em 10 de Agosto de 1878 e casou-se em 22 de Fevereiro de 1879.

²⁰⁸ Maria Aleixo Afonsa enviuvou em 14 de Setembro de 1853 e casou-se em 27 de Fevereiro de 1854, e Maria do Carmo Domingues enviuvou em 21 de Abril de 1894 e casou-se em 8 de Outubro de 1894.

	1796-1820		1821-1845		1846-1870		1871-1900		SOMA	
	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%
Ambos Picote	41	73,2	33	57,9	34	70,9	77	70	185	68,3
H-Picote/M-Fora	1	1,8	3	5,3	4	8,3	6	5,5	14	5,2
H-Fora/M-Picote	8	14,3	13	22,8	6	12,5	23	20,9	50	18,4
Ambos Fora	-	-	-	-	-	-	2	1,8	2	0,7
Não especificado	6	10,7	8	14	4	8,3	2	1,8	20	7,4
SOMA	56	100	57	100	48	100	110	100	271	100

Quadro 29: Origem geográfica dos nubentes

A opção principal e muitíssimo significativa foi a dos dois nubentes serem naturais da freguesia de Picote. A segunda opção, com alguma dimensão estatística, foi o par homem de fora a casar com uma mulher de Picote. Esta opção merece uma nota especial de análise. Esta opção pode ter dois significados: o homem vir casar à paróquia de noiva e depois do casamento irem viver para a localidade do noivo; também pode significar que o consorte passaria a viver em Picote após o casamento. Neste caso, esta opção poderia ser entendida como uma forma do homem se ligar a um hipotético património da mulher, sobretudo no caso da mesma ser viúva.

Em síntese, o índice de endogamia durante este período (1796-1900) foi de 98,4%, percentagem muito superior à observada, por exemplo, em Santiago de Compostela para o período de 1630-1860²⁰⁹. Este valor significa que a escolha da nubente quase se reduzia à freguesia, e que “o mercado matrimonial” estava, praticamente, circunscrito à localidade de Picote. Comparativamente, em Santiago de Compostela os valores rondavam a casa dos 70-75% por freguesia, e atingia o patamar dos 87,3% quando se tinha em conta a cidade, que era um grande espaço urbano, com características económicas diferentes e com grande mobilidade das pessoas.

²⁰⁹ MARTÍNEZ RODRIGUEZ, Enrique, *La población de Santiago de Compostela (1630-1860). Estructuras, coyunturas y comportamientos demográficos*, Universidad de Santiago de Compostela, 2014, pp. 434-435. Prescindimos do número de matrimónios em que ambos os contraentes eram residentes fora da freguesia bem como daqueles que desconhecíamos a sua residência.

5. Natalidade

5.1 - Taxas brutas de natalidade

«O processo mais simples que existe para medirmos o nível da natalidade consiste em dividir o total dos nascimentos num determinado período pela população média existente nesse mesmo período»²¹⁰. Assim, tendo em vista conhecer melhor a natalidade na freguesia de Picote, elaborámos o quadro nº30.

Ano	TBN
1796	28,8‰
1801	26,4‰
1849	46,4‰
1864	24,5‰
1878	38,3‰
1890	41,6‰
1900	36,4‰

Quadro 30: Taxas brutas de natalidade

Os quantitativos²¹¹ supra referidos evidenciam que, em Picote, a TBN variou ao longo dos tempos. Alcançou os valores mais altos em 1849 e 1890, e o valor mais baixo em 1864.

Ao nível comparativo, observamos que, em 1890 e 1900²¹², as TBN de Lisboa foram, respetivamente, de 27,7‰ e 27,2‰, e as do Porto de 37,1‰ e 37,1‰, já as de Portugal²¹³, nestes mesmos anos, cifraram-se em 42,4 e 43,3‰. No que se refere ao ano de 1849, a TBN em Portugal atingiu o valor de 41,3‰. Isto significa que, a TBN, em

²¹⁰ NAZARETH, J. Manuel, *Demografia. A Ciência da População*, p. 223.

²¹¹ Do ponto de vista metodológico importa anotar que para diluir o efeito conjuntural, o numerador das nossas taxas são médias de nascimentos. Assim, para 1796 utilizámos o valor 8 (10 nascimentos de 1796 e 6 de 1797, resultante de $16:2=8$); para 1801 o número 7 (8 de 1800, 6 de 1801 e 7 de 1802, resultante de $21:3=7$); para 1849 utilizamos o valor 14,3 (11 nascimentos de 1848, 19 de 1849 e 13 de 1850, resultante de $43:3=14,3$); para 1864 utilizamos o valor 10 (11 nascimentos de 1863, 9 de 1864 e 10 de 1865, resultante de $30:3=10$); para 1878 utilizamos o valor 17 (15 nascimentos de 1877, 17 de 1878 e 19 de 1879, resultante de $51:3=17$); para 1890 utilizamos o valor 22,7 (23 nascimentos de 1889, 23 de 1890 e 22 de 1891, resultante de $68:3=22,7$); para 1900 utilizamos o valor 21 (20 nascimentos de 1899 e 22 de 1900, resultante de $42:2=21$).

²¹² Para mais pormenores, vide RODRIGUES, Teresa Ferreira (coordenação), *História da População Portuguesa*, p. 357.

²¹³ Cf. RODRIGUES, Teresa Ferreira (coordenação), *História da População Portuguesa*, p. 372. Os valores desta taxa estão apresentados em permilagem.

Picote nos anos 1890 foi superior à das duas principais cidades portuguesa. Já no que concerne aos anos com valores mais baixos – 1801 e 1796 –, a TBN de Picote também foi muito inferior à observada em Portugal que se situou em 41,9‰.

5.2 - Evolução Quantitativa da Natalidade

Após a apresentação dos dados macrodemográficos da freguesia de Picote procuraremos, agora, expor os índices²¹⁴ de natalidade e as M. M. 5. O recurso a estas técnicas de estatística teve como finalidade conhecer não só a evolução quantitativa dos nascimentos registados ao longo do período em análise, mas também a linha de tendência da natalidade, e ainda identificar os momentos em que aconteceram os principais picos de natalidade.

Com o intuito de darmos uma visão geral dessa mesma dinâmica da natalidade, elaborámos o quadro nº31, que reproduzimos de seguida.

Anos	H	M	HM	Índices	M. M. 5	Anos	H	M	HM	Índices	M. M. 5
1796	3	7	10	81	-	1851	6	5	11	89	107
1797	2	4	6	48	-	1852	5	5	10	81	99
1798	1	4	5	40	65	1853	7	6	13	105	100
1799	6	5	11	89	58	1854	7	7	14	113	99
1800	6	2	8	65	60	1855	9	5	14	113	99
1801	1	5	6	48	65	1856	4	6	10	81	92
1802	3	4	7	56	58	1857	5	5	10	81	107
1803	5	3	8	65	58	1858	7	2	9	73	97
1804	4	3	7	56	56	1859	12	11	23	185	99
1805	1	7	8	65	55	1860	2	6	8	65	107
1806	4	1	5	40	56	1861	6	5	11	89	110
1807	3	3	6	48	61	1862	7	8	15	121	87
1808	6	3	9	73	53	1863	6	5	11	89	91
1809	4	6	10	81	63	1864	2	7	9	73	97
1810	2	1	3	24	66	1865	4	6	10	81	82
1811	7	4	11	89	60	1866	5	10	15	121	81
1812	3	5	8	65	63	1867	3	3	6	48	86
1813	4	1	5	40	74	1868	5	5	10	81	76
1814	6	6	12	97	70	1869	6	6	12	97	79
1815	4	6	10	81	73	1870	2	2	4	32	89

²¹⁴ O índice 100 corresponde ao valor médio de todos os nascimentos desta série que é 12,4.

1816	5	3	8	65	86	1871	11	6	17	137	92
1817	4	6	10	81	78	1872	7	5	12	97	100
1818	9	4	13	105	81	1873	6	6	12	97	127
1819	5	2	7	56	84	1874	4	13	17	137	119
1820	7	5	12	97	86	1875	13	8	21	169	124
1821	8	2	10	81	79	1876	8	4	12	97	132
1822	3	8	11	89	81	1877	6	9	15	121	135
1823	2	7	9	73	71	1878	8	9	17	137	134
1824	5	3	8	65	63	1879	7	12	19	153	143
1825	5	1	6	48	55	1880	11	9	20	161	148
1826	4	1	5	40	50	1881	8	10	18	145	147
1827	5	1	6	48	48	1882	10	8	18	145	155
1828	5	1	6	48	55	1883	9	7	16	129	156
1829	4	3	7	56	61	1884	13	11	24	194	161
1830	2	8	10	81	65	1885	15	6	21	169	166
1831	1	8	9	73	68	1886	10	11	21	169	179
1832	4	4	8	65	62	1887	7	16	21	169	177
1833	2	6	8	65	60	1888	14	10	24	194	180
1834	2	1	3	24	52	1889	12	11	23	185	182
1835	5	4	9	73	50	1890	12	11	23	185	189
1836	2	2	4	32	56	1891	11	11	22	177	177
1837	3	4	7	56	65	1892	10	15	25	202	182
1838	4	8	12	97	69	1893	10	7	17	137	182
1839	5	3	8	65	74	1894	11	15	26	210	179
1840	9	3	12	97	82	1895	15	8	23	185	174
1841	3	4	7	56	84	1896	5	15	20	161	166
1842	6	6	12	97	92	1897	10	12	22	177	156
1843	3	10	13	105	98	1898	8	4	12	97	154
1844	5	8	13	105	111	1899	5	15	20	161	-
1845	7	9	16	129	116	1900	11	11	22	177	-
1846	8	7	15	121	113						
1847	8	7	15	121	123						
1848	8	3	11	89	118						
1849	11	8	19	153	111						
1850	8	5	13	105	103						

Quadro 31: Evolução quantitativa da natalidade

Para melhor visualizarmos a dinâmica do número de nascimentos registados em Picote, procedemos à elaboração do gráfico seguinte:

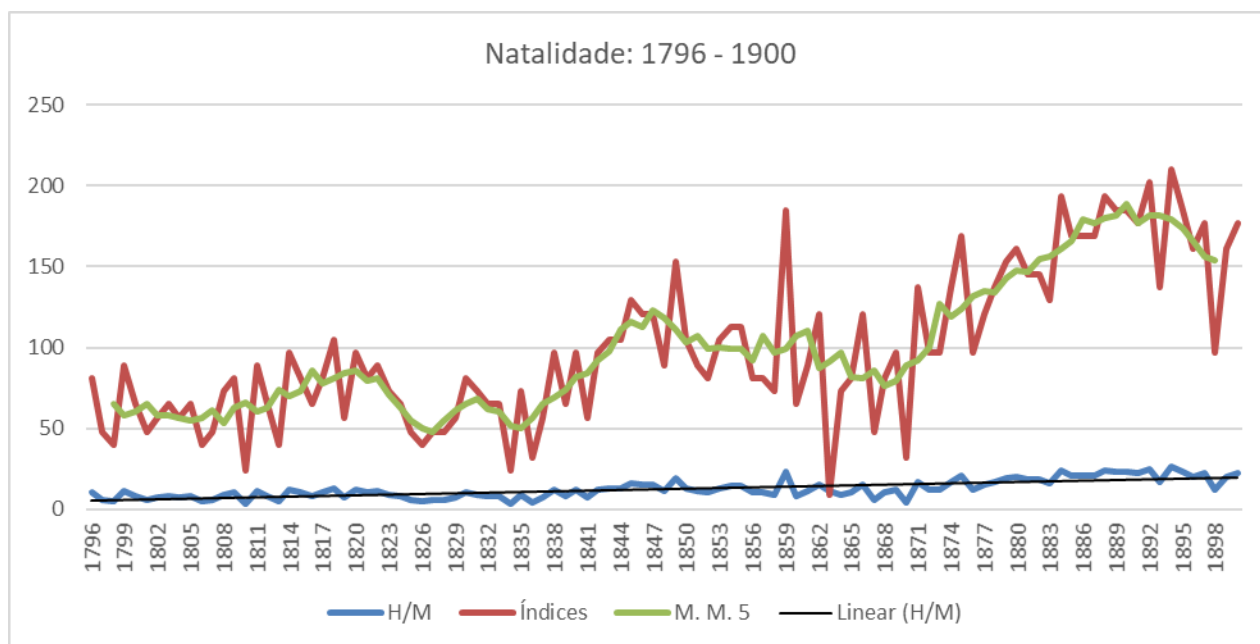


Gráfico 2: Natalidade; n^os absolutos (H/M), índice e M.M.5 com linha de tendência n^os absolutos

O movimento explicitado na linha dos números absolutos, bem como nos índices e da M.M. 5, torna visível que, durante o período em estudo, houve uma tendência de crescimento moderado, avaliada no valor de +0,14. Esta evolução está em conformidade com a localização cronológica dos quantitativos mais altos e mais baixos no que se refere ao número de nascimentos. Assim, os anos de 1894 e 1892 foram os anos em que aconteceu um maior número de registos, respetivamente com 25 e 26 batismos. Já os anos de 1810 e 1834 foram os anos em que houve menos registos, pautando-se apenas por 3 batismos em cada um destes anos.

Tendo em vista complementar a análise sobre a evolução dos nascimentos em Picote, passamos a apresentar os dados agrupados por décadas:

Anos	Nº Abs.	% do total nascimentos	Média anual
1796-1800	40	3,1	8,0
1801-1810	69	5,3	6,9
1811-1820	96	7,4	9,6
1821-1830	78	6,0	7,8
1831-1840	80	6,1	8,0
1841-1850	134	10,3	13,4
1851-1860	122	9,3	12,2
1861-1870	103	7,9	10,3
1871-1880	162	12,4	16,2
1881-1890	211	16,2	21,1
1891-1900	209	16,0	20,9
SOMA	1304	100	12,4

Quadro 32: Evolução dos nascimentos por décadas

Pensamos que este quadro é bastante elucidativo sobre a dinâmica da natalidade. Assim, pode dizer-se, grosso modo, que as décadas com média anual superior à média do bloco temporal em análise se situaram (quase) todas na segunda metade do século XIX. Na primeira metade deste século, apenas a década de 1840 teria um valor superior à média enquanto na segunda metade do século apenas na década de 1860 é que o valor foi inferior à média geral.

As décadas com a média anual mais alta foram precisamente as últimas duas décadas (1880 e 1890) do século XIX. Já as décadas, com o menor número de registos de nascimentos, foram as de 1796-1800, 1801-1810 e a de 1821-1830. As dificuldades sentidas nestes dois tempos explicam esta mesma dinâmica. A título meramente exemplificativo, lembramos o Ultimato proferido por Bonaparte em 2 de Setembro de 1801, o apoio à Inglaterra e as dificuldades na exportação do vinho do Porto. Pode acrescentar-se, ainda, as consequências inerentes à fuga da Corte portuguesa para o Brasil e as invasões francesas.

Por sua vez, a década de 1821-1830 ficou marcada pelas lutas subsequentes à Revolta liberal em 1820; registou-se, ainda, o início da revolta absolutista iniciada em 23 de Fevereiro de 1823 pelo Conde de Amarante.

. Foi um longo período de guerras e revoltas que fez sentir as suas consequências ao nível do comportamento demográfico.

5.3 - Distribuição mensal das conceções e dos nascimentos

No Regime Demográfico de tipo antigo as conceções eram influenciadas por uma multiplicidade de fatores. Assim, tendo como intuito perscrutar o que poderia ter influenciado esta dinâmica, dividimos o período em estudo em quatro grandes blocos cronológicos de cerca de 25 anos para observar não só os possíveis fatores mas sobretudo como evoluiu a sua influência ao longo deste longo período.

MESES		1796-1820		1821-1845		1846-1870		1871-1900	
Conceção	Nascimento	Nº Abs.	V. C.	Nº Abs.	V. C.	Nº Abs.	V. C.	Nº Abs.	V. C.
Abril	Janeiro	17	98	16	86	24	95	51	103
Maio	Fevereiro	12	75	15	89	23	100	47	105
Junho	Março	17	98	32	173	29	115	50	101
Julho	Abril	18	107	23	128	35	143	52	109
Agosto	Maio	14	80	20	108	19	75	35	71
Setembro	Junho	16	95	13	72	17	69	44	92
Outubro	Julho	10	57	20	108	18	71	49	99
Novembro	Agosto	22	127	20	108	28	110	48	97
Dezembro	Setembro	20	119	7	39	32	131	55	115
Janeiro	Outubro	25	145	23	124	29	115	51	103
Fevereiro	Novembro	20	119	15	84	17	69	45	94
Março	Dezembro	14	80	15	81	27	107	55	111

Quadro 33: Evolução mensal das conceções e dos nascimentos

Os valores absolutos assim como os números proporcionais, tendo em conta os meses e o número de dias de cada mês, apresentados no quadro anterior, dão-nos a conhecer ao longo dos quatro blocos temporais, as seguintes linhas de comportamento ao nível das conceções:

- Em regra, o pico máximo das conceções distribuiu-se por dois momentos. Um desses momentos foi no final do ano (Novembro e Dezembro) e no início do ano subsequente (Janeiro), e um outro momento nos meses de Junho e Julho.

- No que se reporta aos meses de Junho e Julho, à exceção do 2º bloco cronológico (1821-1845) Julho foi o mês com maior número de conceções; por sua vez, no segundo momento nos primeiros dois blocos cronológicos Janeiro foi o mês com maior número de conceções enquanto nos últimos dois blocos cronológicos (*grosso modo*, 2ª metade do século), esse maior número coube ao mês de Dezembro. Esta alteração ao nível do padrão comportamental poderá ter subjacente uma mudança ao nível do comportamento religioso; isto é, o mês de Dezembro situa-se no tempo do Advento, e segundo os cânones religiosos, este período deveria ser marcado por uma

praxis religiosa de preparação para o Natal, não devendo por isso haver relações sexuais entre os cônjuges.

- Por fim, Outubro (1º período), Setembro/Fevereiro (3º período) e Agosto (4º período) foram os meses em que houve menos conceções. Agosto, Setembro e Outubro têm algo em comum: nas comunidades rurais estes meses são marcados pela existência das tarefas agrícolas sazonais das colheitas. Quer isto significar, que a redução das conceções foi influenciada, essencialmente, pelo fator trabalho/economia. O mês de Dezembro do 2º período cronológico (1821-1845) fugiu a esta regra: teria sido o elemento religioso a condicionar a redução das conceções.

5.4 - Espaçamento dos nascimentos

O espaçamento dos nascimentos, quer no que se reporta ao tempo decorrido entre o casamento e o nascimento do primeiro filho (intervalo protogenésico) quer aos intervalos entre os nascimentos seguintes (intervalos intergenésicos), é um elemento analítico importante para melhor conhecer os comportamentos demográficos de um determinado espaço num tempo específico.

5.4.1 Intervalo protogenésico médio

Para o estudo do intervalo protogenésico seguimos a divisão em quatro períodos cronológicos que temos adotado ao longo deste trabalho. Assim, no primeiro período (1796-1820), salvo uma exceção, desconhecemos a idade com que todas as mulheres se casaram; já para os dois períodos subsequentes conseguimos calcular, num grupo significativo, a idade das mulheres ao casamento. Não estudámos o 4º bloco cronológico (1871-1900) porque, nos anos terminais do mesmo, teríamos a data de casamento, todavia o nascimento do primeiro filho aconteceria depois do ano de 1900.

Do ponto de vista metodológico, convém lembrar que, em Demografia Histórica, considera-se apenas como uma conceção pré-nupcial quando o intervalo entre o casamento e o nascimento do primeiro filho for inferior a oito meses. Este procedimento deve-se, essencialmente, para evitar catalogar como conceções pré-nupciais, os nascimentos dos “prematurados”.

Os dados encontrados para o intervalo protogenésico são os seguintes:

Intervalo (meses)	1796-1820		1821-1845					1846-1870						
	< 20 anos	Idade desc.	< 20 anos	20-24 anos	25-29 anos	≥30 anos	Idade desc.	SOMA	< 20 anos	20-24 anos	25-29 anos	≥ 30 anos	Idade desc.	SOMA
<8 meses ²¹⁵	-	8	2	10	4	1	3	20	1	6	4	-	3	14
8	-	3	-	3	-	1	1	5	-	-	-	1	-	1
9	-	1	-	-	2	1	-	3	-	-	1	1	-	2
10	-	2	1	1	-	-	-	2	1	-	2	-	2	4
11	-	-	-	1	1	-	1	3	-	-	1	-	-	1
12	-	3	-	2	-	-	-	2	-	1	1	-	-	2
13	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1
14	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
15	-	-	-	1	-	-	1	2	-	1	-	-	-	1
16	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
17	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
18	-	-	-	1	1	-	-	2	-	-	-	-	2	2
19	-	3	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
20	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
21	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	3
23	-	2	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
24	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1
25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
26	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
27	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
28	-	1	-	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1
29	-	3	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
30	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-
31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1	23	5	13	5	2	4	29	2	8	7	2	4	23

Quadro 34: Intervalo protogenésico

Realça-se o número de nascimentos antes do casamento dos pais perfazerem os oito meses o que significa um elevado número de concepções pré-nupciais. Embora o número de casos em análise seja reduzido, todavia, a idade ao casamento influenciava (dentro do possível) o intervalo protogenésico.

O quadro seguinte ilustra esta asserção:

²¹⁵ Os valores desta linha, em que o intervalo entre o casamento e o nascimento do 1º filho é inferior a 8 meses, não estão contabilizados no valor total das respetivas colunas.

	1796-1820		1821-1845		1846-1870	
	Nº casos	IPM	Nº casos	IPM	Nº casos	IPM ²¹⁶
< 20 anos	1	30	5	20,6	2	18,5
20 - 24 anos	-	-	13	14,3	8	19,1
25 - 29 anos	-	-	5	15,4	7	11,3
≥ 30 anos	-	-	2	8,5	2	8,5
Id. desc.	23	17,2	4	14,3	4	14
TOTAL	24	17,7	29	15,2	23	14,9

Quadro 35: Intervalo protogenésico médio por grupos de idade

Para o período de 1821-1845, em termos de cômputo global, o valor modal (mais representado) foram os 8 meses (5 casos), seguidos dos 9, 10, 11 e 12 meses; quer isto significar que a mediana (15 casos em 29) localizou-se no 1 ano. Por sua vez, no período de 1846-1870, o intervalo de 10 meses (com 4 casos) foi o valor mais representado, situando-se a mediana nos 14 meses (12 em 23 casos). Em síntese, tendo em conta os valores totais de cada período cronológico, pode dizer-se que o IPM em Picote reduziu-se ao longo dos tempos, passando de 17,7 meses (1796-1820) para 15,2 meses no segundo momento (1821-1845), para 14,9 meses no período de 1846 a 1870.

Numa breve análise comparativa, constatamos que em Romarigães (Alto Minho) no período de 1750 e 1818 o intervalo protogenésico médio foi de 17,5 meses, que em Selmes (Baixo Alentejo), no período de 1771-1859, foi de 18,5 meses, na freguesia da Conceição de Tavira, entre 1800 e 1849, foi de 18 meses²¹⁷. Pode concluir-se que os valores de Picote aproximaram-se dos de Romarigães nos finais do século XVIII e primeiro vinténio do XIX (cronologia próxima), e afastando-se nos períodos subsequentes, assim como das outras duas freguesias do Sul de Portugal (Selmes e Conceição).

5.4.2 Intervalos intergenésicos médios sucessivos

A análise da fecundidade é um dos aspetos mais interessantes no estudo das dinâmicas das populações. Interferem, na mesma, uma multiplicidade de fatores: económicos, sociais, culturais e demográficos.

²¹⁶ IPM = Intervalo protogenésico médio. Está calculado em meses.

²¹⁷ Os valores referidos neste parágrafo, foram obtidos em Maria da Conceição Reis, *São Pedro da Ericeira de 1622 a 1855. Estudo demográfico*, 2005, p. 60.

Com a metodologia de reconstituição de famílias conseguiu-se dar um salto qualitativo no conhecimento da fecundidade marital/nupcial. Até algum tempo atrás dizia-se que a “fecundidade natural” tinha caracterizado o *antigo regime demográfico*. Todavia, os diversos estudos realizados começaram a demonstrar que nas populações da Idade Moderna os níveis de fecundidade eram inferiores ao esperado, devendo-se tal resultados à influência de padrões socioculturais.

Para melhor compreender as dinâmicas demográficas ao nível da fecundidade, passamos a apresentar os intervalos intergenésicos médios:

1° - 2° Filhos						
	1796-1820		1821-1845		1846-1870	
	Nº casos	IIM ²¹⁸	Nº casos	IIM	Nº casos	IIM
< 20 anos	1	32	7	32,6	3	26,3
20 - 24 anos	-	-	23	24,9	9	37,1
25 - 29 anos	-	-	9	28,1	11	32,2
≥ 30 anos	-	-	3	21,3	2	32
Id. desc.	20	27,5	-	-	4	25,8
TOTAL	21	27,7	42	26,6	31	31,8
2° - 3° Filhos						
	1796-1820		1821-1845		1846-1870	
	Nº casos	IIM	Nº casos	IIM	Nº casos	IIM
< 20 anos	-	-	7	27,0	3	31,6
20 - 24 anos	-	-	19	32,6	9	31,6
25 - 29 anos	-	-	8	23,9	8	26,8
≥ 30 anos	-	-	3	36,7	1	32
Id. desc.	20	26,8	3	38,3	6	38,8
TOTAL	20	26,8	40	30,6	27	32,6
3° - 4° Filhos						
	1796-1820		1821-1845		1846-1870	
	Nº casos	IIM	Nº casos	IIM	Nº casos	IIM
< 20 anos	-	-	7	26,4	3	38
20 - 24 anos	-	-	17	30,0	9	29,1
25 - 29 anos	-	-	8	33,9	7	31,4
≥ 30 anos	-	-	1	19,0	1	32
Id. desc.	20	30	2	33,5	4	34,3
TOTAL	20	30	35	32,0	24	31,9
4° - 5° Filhos						
	1796-1820		1821-1845		1846-1870	
	Nº casos	IIM	Nº casos	IIM	Nº casos	IIM
< 20 anos	-	-	5	32,0	2	44,5
20 - 24 anos	-	-	13	30,6	8	37,8

²¹⁸ IIM = Intervalo intergenésico médio (em meses).

25 - 29 anos	-	-	3	33,0	6	30,5
≥ 30 anos	-	-	2	38,5	1	35,7
Id. desc.	16	26,6	2	26,5	3	35,7
TOTAL	16	26,6	25	31,5	20	35,3

Quadro 36: Intervalos intergenésicos (em meses)

Os dados que acabámos de apresentar levam-nos a tecer alguns considerandos:

-O número de casos analisados é pequeno pelo que as conclusões que daí resultaram devem ser «lidas com cuidado»;

-Se olharmos para o total dos casos, dos diferentes períodos cronológicos, observamos que, de uma forma geral, o tempo do intervalo intergenésico foi aumentando entre os vários filhos que iam nascendo. Por exemplo, tendo por base os casamentos que aconteceram no período de 1821-1845, o intervalo entre o 1º e o 2º filho foi de 26,6 meses, o intervalo entre o 2º e o 3º foi de 30,6 meses, o intervalo entre o 3º e o 4º filho foi de 32,0 meses e o intervalo entre o 4º e o 5º filho foi de 31,5 meses. Este valor, apesar de mais pequeno, está muito próximo do intervalo entre o 3º e o 4º filho.

-Em termos médios, o intervalo foi sempre superior a 24 meses.

5.5 - Os nascimentos ilegítimos

Michel Flinn defendia que o estudo da fecundidade, no Antigo Regime demográfico, estava facilitado porque acontecia na sua quase totalidade dentro do matrimónio, particularmente nas zonas rurais. Portanto, o nascer dentro ou fora da instituição matrimónio era um elemento de referência jurídica para tipificar a legitimidade ou ilegitimidade de alguém que acabava de nascer.

Assim, para melhor conhecer o que aconteceu em Picote, elaborámos o quadro que se segue:

Anos	Nº Abs.	Nascimentos Ilegítimos	% do total	Conceções pré-nupciais	
				Nº abs.	% do total
1796-1820	205	13	6,3	8	3,9
1821-1845	219	4	1,8	20	9,1
1846-1870	298	27	9,1	14	4,7
1871-1900	582	97	16,7	-	-
SOMA	1304	141	10,8	-	-

Quadro 37: Nascimentos Ilegítimos

Os valores encontrados são bastante elucidativos e devem ser avaliados em conjunto com as concepções pré-nupciais, sistematizadas no quadro que se segue:

	1796-1820	1821-1845	1846-1870
antes do casamento	4	-	4
> 1 mês	-	2	1
1 mês	-	1	1
2 meses	1	7	2
3 meses	1	4	3
4 meses	-	2	2
6 meses	-	2	1
7 meses	2	2	-
SOMA	8	20	14

Quadro 38: Concepções pré-nupciais

Pelo quadro que apresentamos permitimo-nos concluir que, durante o período em estudo, o número de filhos ilegítimos aumentou com especial significado entre 1871 e 1900. A exceção a este postulado situou-se no período 1821-1845. Todavia, paradoxalmente, nesse mesmo período, o número de concepções pré-nupciais aumentou significativamente.

Como do ponto de vista formal e numa perspetiva estritamente legalista, os filhos concebidos antes do matrimónio também eram considerados ilegítimos, pensamos que o valor da ilegitimidade não reduziu, mas apenas aconteceu uma alteração tipológica. No caso das concepções pré-nupciais, o casamento dos progenitores legitimava essa mesma concepção, não surgindo por isso no caso dos nascimentos após o casamento dos pais, mesmo que temporalmente muito próximo, qualquer “rótulo”.

No que concerne às concepções pré-nupciais propriamente ditas, observam-se valores muito significativos, com particular incidência, tal como já referimos, para os nascimentos antes do casamento dos progenitores. Esta ocorrência teve particular expressão (valor modal) nos períodos de 1796-1820 e 1846-1870. Por sua vez, no período de 1821-1845, o espaço cronológico que registou mais ocorrências foi dois meses; quer isto significar que nasceram sete crianças passados dois meses de os pais terem casado e quatro após três meses.

Conforme referido, a ilegitimidade em Picote teve um aumento significativo no período entre 1871 e 1900.

Depois de um longo período em que o abandono de crianças nas diferentes Casas da Roda espalhadas pelo país era anónimo, a Lei de 21 de Novembro de 1867 não só as suprime, substituindo-as por hospícios, como acaba com o anonimato dado que a admissão da criança, nesta nova instituição, passa por uma prévia seleção. Terá esta alteração legislativa contribuído para o aumento da ilegitimidade na última década do século XIX?

Igualmente, não podemos deixar de registar a coincidência temporal entre o aumento do número de nascimentos ilegítimos e a fixação, na freguesia, de um corpo da Guarda Fiscal; pese o facto de não sabermos o ano em que aconteceu, temos como referência a data de 20 Agosto de 1869 por ter nascido um filho a um elemento daquela força militar. Estamos em crer que os elementos daquela corporação terão causado algum deslumbramento na aldeia e em especial nas jovens quer pelo facto de virem de outras zonas do país, com outra forma de estar e outros comportamentos, quer ainda o de auferirem um salário, que dava autonomia económica²¹⁹, e também pela farda que envergavam que transmitia poder, autoridade e estatuto social.

O Regulamento da fiscalização externa das alfândegas no continente do reino²²⁰, art.º 162, descreve, com grande pormenor, o uniforme do corpo de guardas. Constava de «barretina, casaco de pano azul e calças de mescla, capote prussiano de pano de mescla escuro e capas de oleado para o inverno. No verão o casaco é de diagonal (serafina) e a calça de brim cru. A barretina é de tela coberta de pano preto, (...), pala de couro envernizado e chapa de metal amarelo com as letras C.F. e o algarismo correspondente ao corpo. (...) O casaco é direito, abotoado, um pouco sobreposto e com platinas do mesmo pano, e uma carreira de cinco botões pretos de unha. (...) A calça é convenientemente larga, avivada nas costuras com o mesmo pano, sendo as algibeiras abertas nos lados. Os guardas a cavalo usarão botas de montar em serviço a cavalo, e calça de pano em serviço a pé. Os guardas a pé usam no inverno polainas de couro até ao joelho, seguras com fivelas aos lados (...)»²²¹.

Do traje mirandês dá-nos conta Trindade Coelho, citado pelo Abade Baçal: «a indumentária mirandesa é toda de burel laranja (por tingir), também chamado pardo,

²¹⁹ O Decreto nº 4 do Ministério da Fazenda publicado no *Diário do Governo* nº 213 de 23 Setembro de 1885, tabela nº 3 estipula o vencimento do pessoal de serviço terrestre e marítimo do corpo da guarda-fiscal: chefes de posto de 3ª classe 180.000 réis; guardas a cavalo 147.000 réis mais 72.000 réis para forragem; guarda a pé 120.000 réis.

²²⁰ Decreto de 1 de Setembro de 1881 (Ministério da Fazenda *Diário do Governo* nº 198).

²²¹ *Diário do Governo* nº 198 de 1 de Setembro, Capítulo XX, art.º 162.

fabricado pela indústria doméstica local e consta, para o homem, de calção de alçapão, meias de lã, polainas, jaqueta de gola direita, camisa de linho (fabrico local) de grandes colarinhos, muito lavrados de ornatos bordados, carapuça prolongada em espécie de pala para trás e para diante e *capa de honras* muito ornamentada de lavores nas bandas, gola carapuça *sui generis* e rabicho que, por detrás, pende até ao meio dela, dando ao todo o aspeto de capa de asperges eclesiástica medieva (...)»²²².

A descrição de Trindade Coelho sobre o traje regional, permite-nos imaginar a beleza que teria a camisa de linho e a capa de honras, finamente ornamentada com aplicações, que o homem mirandês vestia. No entanto as atenções poderão ter sido desviadas para o uniforme da força militar da guarda-fiscal: o capote prussiano, o brilho das letras na pala de couro envernizado da barretina, o corte do casaco e das calças, as botas de montar e as polainas de couro até ao joelho seguras com fivelas, faziam a diferença.

5.5.1 Os Expostos, segundo os registos de batismo

No levantamento dos registos de batismo encontramos três situações de expostos «à porta» ou «na casa» de moradores de Picote. O reduzido número de casos, face ao período de tempo investigado, e o interesse do tema, mereceu-nos uma observação um pouco mais atenta. Sendo difícil investigar a (o) responsável ou os responsáveis pelo abandono, por ser anónimo, procuramos um outro campo de análise na expectativa de entender as causas e as motivações para a escolha de uma determinada família às mãos de quem se confiava o destino da criança.

Conforme refere Maria de Fátima Reis, citando Gouveia Pinto, importa distinguir o exposto ou enjeitado do abandonado²²³. O exposto era o recém-nascido ilegítimo, filho de pais incógnitos ou legítimo, filho de pais desconhecidos que era exposto nas rodas ou noutros lugares com o objetivo de ocultarem o nascimento e desresponsabilizarem-se do seu sustento; o abandonado era filho de pais conhecidos mas sem capacidade de assumir a sua criação por morte, doença, prisão ou pobreza²²⁴.

O batismo do primeiro exposto de que o Livro de Registo de Batismo faz referência, realizou-se: *Aos vinte e oito dias do mês de Outubro do ano de mil*

²²² ALVES, Francisco Manuel, Abade de Baçal, *op., cit.*, Tomo IX p. 503.

²²³ REIS, Maria de Fátima, *Os Expostos em Santarém a Acção Social da Misericórdia (1691-1710)*, Edições Cosmos, 2001, p. 65.

²²⁴ *Idem, Ibidem*, p.65.

oitocentos e sessenta e seis, conforme anotação do pároco. Todavia, porque corria risco de vida foi *batizado em casa há um mês (...) o qual dei o nome de José Maria, exposto, que foi encontrado na casa de José Folgado desta Freguesia em um dia do mês de Setembro findo, fizeram as vezes de seus padrinhos, Joaquim Rodrigues, jornaleiro e mulher Ana Folgada, (...)* ²²⁵.

O assento não refere se a criança era portadora de alguma mensagem explicativa do enjeitamento ou qualquer recomendação como por exemplo o nome, o que era frequente; quanto tempo aparentava ter quando foi encontrada e se foi encontrada durante o dia ou de noite.

Por recurso aos registos paroquiais, procuramos saber, quem era José Folgado para tentar encontrar alguma resposta das motivações que terão levado a que esta criança fosse abandonada «na casa» daquele freguês. Em 28 de Novembro de 1838 José Folgado solteiro de 29 anos, casa com Maria Micaela Brás, solteira de 21 anos. Desse enlace nasceram oito filhos: Ana Maria (nasce em 1841.04.26); Isabel Maria (nasce 1842.07.20); Cecília (1845.02.03); Manuel Inácio (1846.07.20); Clemente (1849.04.12); Maria (1851.03.16); Margarida de Jesus (1854.11.07) e Joaquim Eduardo (1857.10.06). Concluimos, assim, que à data do abandono de José Maria (1866), Maria Micaela Brás, mulher de José Folgado não estava em fase de amamentação, estando, portanto, impossibilitada de alimentar a criança com leite materno.

Dos registos paroquiais não conseguimos recolher informação sobre a atividade ocupacional de José Folgado para avaliar da sua capacidade económica. Convém referir que no ano de 1866 se registou uma alta de preços dos cereais e de outros bens alimentares. O abandono teria a ver com a situação económica? Seria o exposto filho de algum familiar próximo²²⁶ ou de alguém que o conhecia e que tinha a expectativa de que a criança seria convenientemente tratada no seio daquela família? A pergunta fica sem resposta já que, para além do registo de batismo não obtivemos, nos registos paroquiais, nenhuma outra informação que nos permitisse reconstituir o percurso de vida de José Maria.

Sobre o segundo caso de exposição sabemos, pelo assento de batismo, realizado *Aos vinte e um dias do mês de Maio de mil oitocentos e setenta e um*, que se tratava de

²²⁵ Livro de Registo de Batismo da Freguesia de Picote;Lv.010 Cx.01.

²²⁶ Maria, filha de José Folgado e de Maria Micaela Brás, em 1 de Fevereiro de 1876, teve um filho de pai incógnito; Maria viria a casar em 1893 com Francisco Manuel Paulo; ela com 42 anos, ele com 58; estará nesta filha Maria o segredo? Terá tido aos 15 anos um filho e para evitar a exposição pública foi acolhido pela família ficando, assim, o segredo no seio familiar?

um indivíduo de sexo masculino a quem foi dado o nome de Bernardino Maria *e que apareceu exposto em casa de Joaquim Rodrigues (...) na noite de catorze para quinze do referido mês, e ano, e que mostrava ter já quatro ou cinco dias de existência. Foram seus padrinhos Joaquim Rodrigues, Jornaleiro, e sua mulher Ana Maria Folgado desta freguesia (...)*²²⁷.

Embora, tal como na situação anterior não haja referência a qualquer bilhete que tenha sido deixado com a criança, todavia, encontramos algumas diferenças entre a primeira ocorrência relatada e a atual: nesta, é dada informação sobre o período do dia em que foi exposta (de noite) e o tempo que aparentava ter (quatro ou cinco dias). Quanto ao casal em casa de quem foi deixada, sabemos que:

Joaquim Rodrigues, jornaleiro 41 anos, em 07 de Fevereiro de 1861 casou, em segundas núpcias, com Ana Maria Folgado, solteira com 20 anos de idade; deste matrimónio nasceram seis filhos: nado/ morto (1862.12.31); Juliana Rosa (1864.02.17); Antónia da Apelação (1865.12.11); Leonor Rosa (1868.01.16); Antónia Maria (1869.11.07) e António Joaquim (1876.02.26). Sendo o cônjuge jornaleiro, este casal não teria uma condição económica muito desafogada que, por si, justifique o enjeitamento da criança na casa desta família. Todavia, ao contrário do relato anterior, Ana Maria Folgado teria possibilidade de amamentar dado ter sido mãe em 1869. Porém impõe-se a pergunta: porquê foi esta a família escolhida? Não terá sido pela posição económica do casal e decerto haveria outras mulheres na aldeia que, à data, teriam capacidade de amamentar a criança. Podemos, igualmente, colocar a hipótese de ser filho de familiar próximo ou, questionar se socialmente, a comunidade, mais do que as questões económicas, valorizaria outros predicados. Os registos paroquiais não nos deram resposta sobre nenhum outro momento da vida de Bernardino Maria.

O terceiro e última ocorrência de enjeitamento tem contornos um pouco diferente das situações anteriores. O batismo da criança realizou-se: *Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro do ano de mil oitocentos e setenta e quatro. É referente a uma menina a quem foi dado o nome de Virgínia Maria, exposta, que apareceu esta noite à porta do empregado Paulino.*

Aparentava ter pouco mais ou menos três dias de existência e no escrito que trazia pedia que se lhe pusesse *o tal nome de Virgínia. Foram seus padrinhos Paulino Joaquim do Nascimento, solteiro empregado neste posto, natural da Vila de*

²²⁷ Livro de Registo de Batismo da Freguesia de Picote;Lv.015 Cx.02

*Mogadouro e Maria de Jesus soteira, natural da Vila dos Serros, Concelho de Mogadouro, (...)*²²⁸.

Paulino Joaquim do Nascimento era solteiro e empregado fiscal no posto da guarda-fiscal de Picote, conforme refere o assento de batismo acima transcrito. A criança que foi encontrada à sua porta trazia com ela um bilhete; além do nome que lhe deveria ser dado, não é revelado o conteúdo do «escrito». Na comunidade rural de Picote em que a maioria da população vivia da exploração agrícola, ter um ordenado fixo, como era o caso dos empregados fiscais, significava um desafogo económico. Terá sido essencialmente essa a razão para a criança ter sido enjeitada junto à porta de um homem solteiro ou a criança seria o fruto de uma paixão momentânea do empregado Paulino? Tal como nas duas anteriores situações, não conseguimos recolher informação, nos livros de registos paroquiais, que permita refazer o percurso de vida da Virgínia Maria.

Terá sido, algum deles, entregue na Roda de Miranda? Algum dos casos referidos terá chegado à vida adulta? São muitas as perguntas e poucas as respostas que encontramos.

Em síntese, dada a natureza anónima do abandono é difícil encontrar explicação das razões que o motivavam e que tanto poderiam ser de ordem moral como económica ou ambas; anos de crise, com minguagem de géneros alimentares e subida de preços para famílias já de si muitas vezes em penúria de vida, poderiam ser motivo determinante para o abandono. Outras situações terão como justificação questões de ilegitimidade, condenada pela igreja que apenas reconhecia como legítimos os filhos do matrimónio canonicamente celebrado. Igualmente a sociedade, preocupada em respeitar a moral sexual desencadeava atitudes inflexíveis para com as mães solteiras e os ilegítimos²²⁹.

5.5.2 As Amas, segundo os registos de óbito

Nos *Livros de Registo de Óbitos da Freguesia de Picote* encontramos referência a óbitos de crianças expostas, oriundas da Roda de Miranda, e que foram entregues a amas de Picote.

O aumento do número de crianças abandonadas, durante o século XVIII, em locais ermos, nas rodas dos conventos, à porta das igrejas ou de particulares, leva à

²²⁸ *Livro de Registo de Batismo da Freguesia de Picote*;Lv.018 Cx.02

²²⁹ REIS, Maria de Fátima, *op. cit.*, p. 37.

publicação, em 1783, de uma Ordem Circular emanada da Intendência Geral da Polícia, que determina a abertura de Casas de Roda nos municípios onde ainda não existissem. Subjacente a esta deliberação, estavam ideais iluministas, muito em voga na época, defensores de que a riqueza das nações estava no número dos seus habitantes. A Roda passou, assim, a ser uma instituição que se encarregava da criação de meninos que ali ficavam, anonimamente, abandonados. Recebidos pela «ama rodeira», eram registados, limpos e amamentados e posteriormente enviados para amas externas que, a troco de um salário, os alimentavam. Não encontramos legislação a regulamentar e enumerar os critérios de seleção das amas externas. Sobre o assunto, Maria de Fátima Reis refere que a administração hospitalar scalabitana seguiria o preceituado para Lisboa em que «eram as amas que se apresentavam conforme a sua conveniência e interesse para exercerem essa tarefa, bastando para o efeito um certificado de boa conduta, passado pelo pároco da freguesia de residência, e um exame ao leite, feito pelo cirurgião local²³⁰. É possível que estes critérios se tenham estendido a todo o país.

Quantas mulheres terá havido em Picote que acolheram e ajudaram a criar os meninos da Roda de Miranda? E quantos terão sido os acolhidos por cada uma?

Quem eram estas mulheres que aceitavam amamentar as crianças expostas? Tê-lo-ão feito por razões, exclusivamente, económicas?

No sentido de encontrar resposta às questões colocadas, elaboramos o quadro abaixo apresentado que sintetiza a informação relativa a óbitos de crianças expostas, recolhida dos livros de registo de óbitos. Enumeramos as amas, para facilitar uma posterior leitura e análise, anotamos o respetivo nome bem como o do cônjuge, a data de nascimento e nome dos filhos (apenas daqueles em que havia proximidade com a data de óbito do exposto), o nome e data de óbito da criança exposta.

Uma análise genérica permite-nos fazer a seguinte leitura:

- i) As quinze amas alistadas tiveram à sua guarda vinte e dois expostos.
- ii) Onze (73,3%), do total das amas identificadas, foram nutrizes de uma criança; as restantes quatro (26,7%) de duas ou mais.
- iii) Todas as amas eram casadas.
- iv) O maior número de óbitos registou-se nos anos de 1817, 1819 e 1820, não coincidindo, nenhum destes anos, com anos de crise de mortalidade em Picote.

²³⁰ REIS, Maria de Fátima, *op. cit.*, p. 109.

Nº	Amas / Cônjuges	Filhos (Data Nascimento)	Expostos (Data Óbito)
1	Luísa Carreira	Nasc. 1811.10.10 Francisco António Óbito	1813.05.08 Ana Amália (8 meses)
	Manuel Geraldes	Nasc. 1814.04.10 António Óbito	
2	Ana Paula João	Nasc. 1811.06.13 Manuel António Óbito	1813.08.01 Manuel 1819.10.21 Leocádia Maria
	Francisco Martins	Nasc. 1816.06.17 José Óbito 1870.10.23	
		Nasc. 1821.04.30 António José Óbito 1822.05.03	
3	Isabel Preta	Nasc. 1813.09.30 Joaquim Óbito 1818.04.18	1815.07.20 Engrácia 1817.11.21 Carlota Gomes 1819.09.11 António Joaquim
	Manuel Rodrigues	Nasc. 1817.12.28 Luzia Francisca Óbito	
		Nasc. 1820.11.25 Joaquim Luís Óbito 1876.10.16	
4	Maria Manuela	Nasc. 1818.04.22 José da Ascensão Óbito	1817.10.14 José Marcelino 1817.11.27 Carolina 1820.08.11 Maria do Carmo
	Filipe João (Sargento)	Nasc. 1821.07.21 Manuel Henrique Óbito	
5	Maria Domingues	Nasc. 1816.05.03 Francisco Manuel Óbito 1861.08.25	1817.10.15 Manuel Paulino 1820.01.03 Maria 1822.03.27 Félix dos Santos
	Joaquim Miguel	Nasc. 1818.11.14 Manuel de Deus Óbito 1818.11.20	
		Nasc. 1821.03.21 Manuel José Óbito	
		Nasc. 1823.04.08 Maria da Conceição Óbito 1876.08.05	
6	Ana Soeira Manuel Antão	Nasc. 1817.06.27 Manuel Filipe Óbito 1894.08.01	1819.01.01 Paulo António
7	Maria Pastora	Nasc. 1816.09.17 António Pedro Óbito	1819.10.02 Carmelina Rosa
	Francisco Domingues	Nasc. 1819.04.03 Francisco Ramos Óbito	
8	Isabel Maria Peres	Nasc. 1818.12.13 Manuel Óbito 1890.02.06	1820.05.23 Francisco Ramos
	Manuel Domingues	Nasc. 1821.01.30 Maria Helena Óbito	
9	Ana Ramos	Nasc. 1818.03.17 Isabel da Apelação Óbito 1878.11.15	1820.12.23 Manuel dos Santos

	Manuel Branco	Nasc.1821.12.13 João Batista Óbito 1883.03.14	
10	Luzia Ramos	Nasc.1819.10.01 Isabel Maria Óbito 1877.11.13	1821.01.01 José
	José João	Nasc.1822.04.21 Marcelino José Óbito 1874.08.03	
11	Isabel Domingues José Carreiro	Nasc.1818.08.20 Maria José Óbito 1887.12.11	1821.01.31 Manuel
12	Teresa Domingues	Nasc.1819.10.27 Francisco Luís Óbito 1869.04.13	1821.02.02 Marcelino
	José Lourenço	Nasc.1822.03.13 Doroteia Sância Óbito	
13	Maria Domingues	Nasc.1820.10.30 Isabel Cândida Óbito 1891.01.03	1822.03.27 Félix dos Santos
	Manuel Carreiro	Nasc.1823.04.12 Catarina Óbito	
14	Josefa Martins	Nasc.1845.10.03 Paula Óbito	1847.07.18 Luís (3 meses)
	Francisco Folgado	Nasc.1848.01.28 Teresa de Jesus Óbito 1882.02.12	
15	Ana Maria Folgado Joaquim Rodrigues (Jornaleiro)	Nasc.1876.02.28 António Joaquim Óbito	1878.02.12 Maria Antónia (6 meses)

Quadro 39: Lista das Amas de Picote (segundo os livros de registos de óbito)

Todavia, uma análise mais atenta permite-nos relevar: excetuando, eventualmente, um caso, o nascimento de um filho antecede o óbito do exposto; ou seja, todas as amas tinham possibilidade de amamentar a criança que tinham à sua responsabilidade; o pároco menciona esse facto em alguns assentos de óbito de expostos como seja o de Francisco Ramos que faleceu a 23 de Maio de 1820 *que estava aleitando Isabel Maria Peres deste lugar de Picote (...)*²³¹. A exceção a que fizemos referência respeita a Maria Manuela (ama nº4) casada com Filipe João, Sargento. Maria Manuela é natural de Astorga, comunidade de Castela e Leão, província de Leão, Espanha; pressupomos que ali se terão consorciado porque não localizamos o registo do ato no livro de registos de casamento da freguesia; o 1º filho do casal nasceu em 22 de Abril de 1818, no entanto, prévia a esta data teve dois expostos à sua guarda, o José Marcelino e a Carolina, que viriam a falecer ele, a 14 de Outubro de 1817 e ela a 27 de Novembro de 1817. A Maria Manuela terá tido um filho anterior ao 1º de que há conhecimento?

²³¹ Livro de Registo de Óbitos da Freguesia de Picote, Lv. 001, Cx. 04.

Refira-se, ainda, que à data do óbito das duas crianças expostas, Maria Manuela já estava grávida. Situação semelhante repete-se com Isabel Preta (ama nº 3) em que o óbito da exposta Carlota Gomes a 21 de Novembro de 1817 antecede, em um mês apenas, o nascimento da filha Luzia Francisca registado a 28 de Dezembro de 1817.

Uma análise ao quadro acima apresentado permite-nos concluir que entre o nascimento de um filho e o óbito do exposto medeia, no mínimo um ano. Exceção para Maria Pastora²³² (ama nº 7): o filho Francisco Ramos nasce a 3 de Abril de 1819 e Carmelina Rosa, exposta, morre em 2 de Outubro de 1819. Terá o filho morrido, apesar de não encontrarmos o seu registo de óbito, motivo que a levou a disponibilizar-se para alimentar outra criança? Terão sido razões de ordem pecuniária que a obrigaram «a aleitar» a Carmelina Rosa ajudando, assim, ao seu sustento e da família?

Não encontramos elementos suficientes que nos permitam abalizar da situação económica de cada uma das nutrizes mas debruçar-nos-emos sobre os casos em que conseguimos obter alguma informação. Sabemos que Filipe João, marido de Maria Manuela (ama nº4) era sargento do regimento nº 24. A separação, por via da atividade do cônjuge, talvez trouxesse alguma debilidade económica à mulher; sendo as distâncias difíceis de transpor não seria fácil fazer chegar uma parte do salário que permitisse o sustento daquela; assim, o rendimento extra que advinha da criação de expostos seria uma ajuda importante. É também conhecida a atividade de Joaquim Ribeiro, marido de Ana Maria Folgado (ama nº 15) que era jornaleiro conforme é referido no livro de registo de batismo²³³; embora o jornaleiro, por norma, também cultivasse o seu pedaço de terra para o seu sustento e da família, todavia a principal fonte de rendimento advinha da contratação por terceiros o que poderia rarear sobretudo em maus anos agrícolas. A retribuição paga por alimentar crianças da Roda de Miranda era um acréscimo aos magros recursos.

Há, também, menção da situação económica de Maria Pastora (ama nº7) que, neste registo, aparece com a designação de Maria Cordeira (apelido da mãe) e do marido Francisco Domingues; o pároco no assento de óbito deste anota: *Francisco Domingues marido que foi de Maria Cordeira faleceu no dia três do mês de Outubro do ano de mil oitocentos e vinte e oito (...), não tem testamento nem repartição por ser*

²³² Por curiosidade, o nome do pai de Maria Pastora era Manuel Fernandes e o da mãe Catarina Cordeira; será que o nome aqui referido lhe advém da atividade que desempenhava? Noutras situações é designada por Maria Cordeira.

²³³ *Livro de Registo de Batismo da Freguesia de Picote*; Lv.015, Cx.02.

*pobre (...)*²³⁴. Idêntica referência é feita no assento de óbito de Maria Cordeira: *Maria Cordeira natural de Sendim e moradora em Picote viúva que ficou por morte de seu marido Francisco Domingues faleceu da vida presente no dia vinte e um do mês de Novembro de mil oitocentos e vinte e oito (...), não tem testamento nem repartição por ser pobre (...)*²³⁵. Notoriamente a principal razão para acolher um exposto seria de natureza económica.

O registo de óbito do marido de Maria Domingues Brás (ama nº 13), Manuel Carreiro sugere, também, a condição económica do agregado familiar: *Manuel Carreiro meu freguês marido que foi de Maria Domingues faleceu da vida presente em dia vinte do mês de Janeiro do ano de mil oitocentos e trinta e oito (...), não tem testamento nem repartição por ser pobre (...)*²³⁶.

O móbil para a aleitação das crianças expostos, nos casos relatados, indicia ser económico, todavia, não pode ser esta a conclusão geral por falta de elementos para analisar as restantes situações.

5.6 - Famílias estéreis

Durante o período em análise encontramos cinco casos de famílias que não tiveram descendência, cujos dados organizámos no quadro seguinte:

Idade Mulher	Casamento	Fim do casamento		
		Data	Causa	Cônjuge
Desconhecida	10.01.1814	25.01.1832	óbito	homem
21 anos	4.03.1836	5.06.1868	óbito	mulher
Desconhecida	2.06.1849	14.03.1884	óbito	mulher
26 anos	2.05.1870	24.10.1882	óbito	mulher
Desconhecida	25.01.1871	16.02.1883	óbito	homem

Quadro 40: Famílias estéreis

²³⁴ Livro de Registo de Óbito da Freguesia de Picote; Lv.001, Cx.04.

²³⁵ Livro de Registo de Óbito da Freguesia de Picote; Lv.001, Cx.04.

²³⁶ Livro de Registo de Óbito da Freguesia de Picote; Lv.001, Cx.04.

Todos estes casos se reportam a um primeiro casamento de ambos os cônjuges; em três deles desconhecemos a idade da mulher ao casamento e em dois a mulher casa no estrato etário dos 20-29 anos. Em todos os casos o casamento durou mais de 10 anos, terminando, segundo os cânones eclesiásticos, apenas com a morte de um dos cônjuges. Durante todo este período não encontramos nenhum registo de nascimento de um descendente destes casais.

Em síntese, pode concluir-se que o número de casamentos sem descendentes era percentualmente residual, sem significado estatístico.

6. Mortalidade

6.1 - Taxas brutas de mortalidade

Apesar de termos a noção dos cuidados que devemos ter com os dados das taxas brutas, não podemos prescindir dos valores das mesmas, já que nos ajudam a conhecer melhor a mortalidade na freguesia de Picote²³⁷, pelo que, para o efeito, elaborámos o quadro nº41.

Ano	TBM
1796	21,7%o
1801	26,4%o
1849	16,2%o
1864	29,4%o
1878	29,0%o
1890	16,5%o
1900	12,9%o

Quadro 41: Taxas brutas de mortalidade

Os quantitativos²³⁸, supra referidos, evidenciam que, em Picote, a TBM foi sempre inferior a 30 por cada mil habitantes da freguesia. Os anos de 1864 e 1878 foram os que apresentaram os valores mais altos, enquanto 1849, 1890 e 1900 pautaram-se pelos valores mais baixos.

Ao nível comparativo, observamos que as TBM de Loulé²³⁹ foram sempre superiores às de Picote. Já no que se reporta ao concelho de Castelo Branco²⁴⁰, em

²³⁷ Importa ter em conta que o número de habitantes, respeitante ao ano de 1796 é uma estimativa, e que o número de óbitos apresenta algumas discrepâncias. Por exemplo, nos registos paroquiais apenas encontramos o registo de 7 óbitos para o ano de 1849, e *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849*, Edição Crítica Luís Nuno Espinha da Silveira (coord.), Instituto Nacional de Estatística, 2001, Vol. III, p. 776, regista 16.

²³⁸ Do ponto de vista metodológico importa anotar que para diluir o efeito conjuntural, o numerador das nossas taxas são médias de óbitos. Assim, para 1796 utilizamos o valor 6 (10 óbitos de 1796 e 1 de 1797), $11:2=6$ por arredondamento; para 1801 o número 7 (6 de 1801, 11 de 1802 e 3 de 1803) resultante de $20:3=7$ por arredondamento; para 1849 utilizamos o valor 5 (7 óbitos de 1849 e 2 de 1850), $9:2=5$ por arredondamento; para 1864 utilizamos o valor 12 (15 óbitos de 1864 e 9 de 1865), $24:2=12$; para 1878 utilizamos o valor 13 (17 óbitos de 1878 e 9 de 1879), $26:2=13$; para 1890 utilizamos o valor 9 (10 óbitos de 1890 e 8 de 1891), $18:2=9$; para 1900 utilizamos o valor 7 (6 óbitos de 1899 e 7 de 1900), $13:2=7$ por arredondamento.

²³⁹ Para mais pormenores sobre as TBM de Loulé, vide COSME, João, «A mortalidade na freguesia de S. Clemente de Loulé (1848-1900)», in *Atas. II Encontro de História de Loulé*, Câmara Municipal de Loulé, 2019, p. 172.

²⁴⁰ Para mais pormenores sobre as TBM de Castelo Branco, vide PINTO, Maria Luís Rocha, *Crises de mortalidade e dinâmica populacional nos séculos XVIII e XIX na região de Castelo Branco*, vol. I,

regra, as taxas de Picote foram inferiores às observadas neste concelho nos anos de 1864, 1890 e 1900. Por sua vez, no ano de 1878, na maior parte das freguesias de Castelo Branco, as TBM foram inferiores às verificadas em Picote. Se compararmos a TBM de Picote com as várias províncias portuguesas²⁴¹ e dos diversos distritos de Portugal, respetivamente em 1801 (início do séc. XIX) e em 1900, reforçamos a ideia de que, comparativamente, a mortalidade em Picote foi mais moderada.

6.2 - Evolução quantitativa da mortalidade

Após a apresentação dos dados da nupcialidade e natalidade da freguesia de Picote procuraremos, agora, expor os índices²⁴² de mortalidade e as M. M. 5. O recurso a estas técnicas de estatística teve como finalidade conhecer não só a evolução quantitativa dos óbitos registados ao longo do período em análise, e a respetiva linha de tendência da mortalidade, mas, sobretudo, identificar os momentos em que aconteceram os principais picos de mortalidade.

Com o intuito de darmos uma visão geral dessa mesma dinâmica da mortalidade, elaborámos o quadro nº42, que reproduzimos:

Anos	H	M	HM	Índices	M. M. 5	Anos	H	M	HM	Índices	M. M. 5
1796	6	4	10	144	-	1851	2	3	5	72	81
1797	1	0	1	14	-	1852	4	3	7	101	69
1798	3	4	7	101	75	1853	4	3	7	101	75
1799	0	3	3	43	63	1854	3	0	3	43	89
1800	5	0	5	72	92	1855	2	2	4	58	72
1801	1	5	6	87	81	1856	6	4	10	144	69
1802	5	6	11	159	90	1857	1	0	1	14	75
1803	1	2	3	43	124	1858	1	5	6	87	86
1804	3	3	6	87	124	1859	3	2	5	72	84
1805	10	7	17	245	107	1860	5	3	8	115	98
1806	4	2	6	87	104	1861	7	2	9	130	89
1807	1	4	5	72	124	1862	5	1	6	87	118
1808	1	1	2	29	87	1863	1	2	3	43	121
1809	4	9	13	188	92	1864	5	10	15	216	115

Dissertação de Doutoramento em Demografia apresentada à FCSH da UNL, Lisboa, 1993, p. 431, policopiada.

²⁴¹ Para mais pormenores sobre as TBM das diversas províncias bem como dos distritos, vide RODRIGUES, Teresa Ferreira (coordenação), *História da População Portuguesa*, pp.380-381.

²⁴² O índice 100 corresponde ao valor médio de todos os óbitos desta série que é 6,93.

1810	2	2	4	58	92	1865	4	5	9	130	107
1811	4	4	8	115	107	1866	4	3	7	101	124
1812	4	1	5	72	87	1867	1	2	3	43	110
1813	4	3	7	101	89	1868	7	2	9	130	98
1814	2	4	6	87	72	1869	5	5	10	144	95
1815	2	3	5	72	72	1870	3	2	5	72	101
1816	0	2	2	29	72	1871	2	4	6	87	92
1817	2	3	5	72	75	1872	2	3	5	72	78
1818	4	3	7	101	81	1873	3	3	6	87	90
1819	4	3	7	101	89	1874	3	2	5	72	92
1820	5	2	7	101	92	1875	2	7	9	130	101
1821	3	2	5	72	92	1876	1	6	7	101	133
1822	6	0	6	87	92	1877	2	6	8	115	144
1823	3	4	7	101	104	1878	7	10	17	245	147
1824	3	4	7	101	104	1879	1	8	9	130	147
1825	4	7	11	159	95	1880	2	8	10	144	159
1826	2	3	5	72	98	1881	4	3	7	101	136
1827	1	2	3	43	89	1882	5	7	12	173	130
1828	3	5	8	115	60	1883	7	2	9	130	115
1829	3	1	4	58	69	1884	2	5	7	101	104
1830	0	1	1	14	95	1885	4	1	5	72	81
1831	1	7	8	115	118	1886	0	3	3	43	69
1832	6	6	12	173	144	1887	1	3	4	58	63
1833	7	9	16	230	150	1888	2	3	5	72	78
1834	8	5	13	188	141	1889	2	3	5	72	92
1835	1	2	3	43	112	1890	6	4	10	144	101
1836	3	2	5	72	81	1891	1	7	8	115	153
1837	0	2	2	29	49	1892	3	4	7	101	159
1838	4	1	5	72	61	1893	11	12	23	332	153
1839	1	1	2	29	52	1894	3	4	7	101	150
1840	5	2	7	101	64	1895	6	2	8	115	162
1841	0	2	2	29	67	1896	2	5	7	101	150
1842	2	4	6	87	101	1897	3	8	11	159	147
1843	3	3	6	87	90	1898	7	12	19	274	144
1844	6	8	14	202	110	1899	4	2	6	87	-
1845	1	2	3	43	104	1900	4	3	7	101	-
1846	3	6	9	130	95						
1847	3	1	4	58	75						
1848	0	3	3	43	72						
1849	5	2	7	101	61						
1850	1	1	2	29	69						

Quadro 42: Evolução dos óbitos em Picote (1796-1900)

Os dados apresentados revelam que, durante este período, a sobremortalidade fez parte do quotidiano da freguesia de Picote. Se olharmos para os valores dos índices, constatamos a periodicidade destes momentos. Se nos ativermos aos anos com valores superiores ao índice 115 (um pouco acima da média deste período em estudo) identificamos os seguintes momentos: 1796, 1802, 1805, 1809, 1811, 1825, 1828, 1831-1834, 1844, 1846, 1856, 1860-1861, 1864-1865, 1868-1869, 1877-1880, 1882-1883, 1890-1891, 1893, 1897-1898.

O pico máximo registou-se em 1893, com um total de 23 óbitos, seguindo-se o ano de 1898 com 19. Por sua vez, nos anos de 1797, 1830 e 1857 aconteceu o menor registo de óbitos, observando-se apenas a existência de um óbito em cada um destes anos. Outra especificidade que se observa é existência de vários períodos de mortalidade plurianual. Em alguns casos, períodos de dois anos sequenciais (1860-1861, 1864-1865, 1868-1869, 1882-1883 1890-1891, e 1897-1898) e em dois momentos a sobremortalidade aconteceu durante um período de quatro anos sequenciais (1831-1834 e 1877-1880).

No que concerne à distribuição dos óbitos por género, constata-se que, durante este período, morreram 341 homens e 387 mulheres, o que significa que a relação de feminilidade foi de 113, ou seja, por cada 100 óbitos masculinos, morreram 113 mulheres.

Com a finalidade de melhor observar a evolução da mortalidade apresentamos o gráfico nº 3.

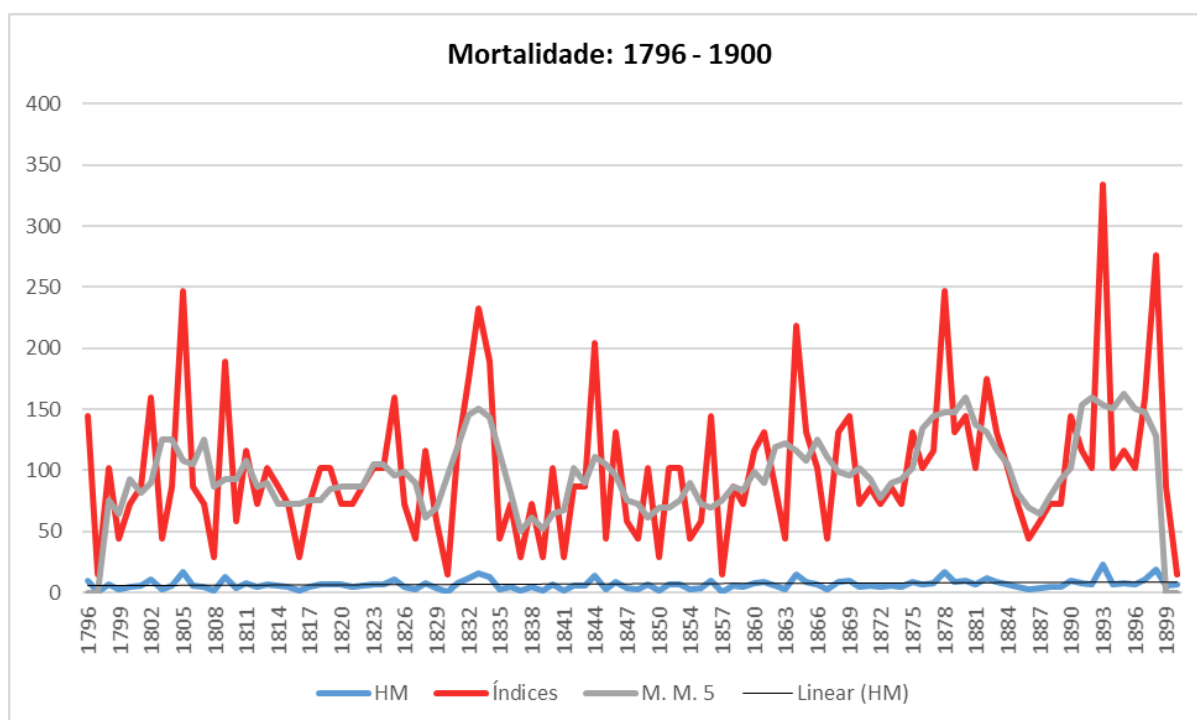


Gráfico 3: Mortalidade: n°s absolutos (H/M), índice e M.M.5 com a linha de tendência

6.3 - Média anual dos óbitos por décadas

Para complementarmos a análise anterior, passamos a apresentar os óbitos agrupados por décadas:

Anos	Nº absoluto	% do total óbitos	Média anual
1796-1800 ²⁴³	26	3,6	5.2
1801-1810	73	10	7.3
1811-1820	59	8,1	5.9
1821-1830	57	7,8	5.7
1831-1840	73	10	7.3
1841-1850	56	7,7	5.6
1851-1860	56	7,7	5.6
1861-1870	76	10,5	7.6
1871-1880	82	11,3	8.2
1881-1890	67	9,2	6.7
1891-1900	103	14,1	10.3
Soma	728	100	-

Quadro 43: Agrupamento dos óbitos por décadas

Os resultados, supra referidos, apresentam a década de 90 como a que teve maior média anual, logo seguida das décadas de 70 e 60, por outro lado o quinquénio de 1796-1800, bem como as décadas de 40 e 50, foram os períodos cronológicos com as médias anuais mais baixas. Tal significa que as três décadas com maior número de óbitos se situaram na segunda metade do século XIX; para este aumento das médias deve ter contribuído os momentos de sobre mortalidade nos períodos já assinalados (1890-1891, 1893, 1897-1898; 1877-1880 e 1860-1861, 1864-1865, 1868-1869, respetivamente). Importa, no entanto, referir que nos períodos de 1798 a 1800 e de 1804 a 1806 não encontramos registo de óbitos de crianças; ora, sendo a mortalidade particularmente gravosa nos primeiros anos de vida “ceifando cerca de um quarto dos nascidos antes de completarem um ano e apenas metade das crianças completava os sete anos de idade”²⁴⁴, colocamos a hipótese haver um subregisto em finais do século XVIII e princípio do século XIX, pelo que os respetivos quantitativos devem ser olhados com algum cuidado.

²⁴³ Obviamente que neste período não estamos perante um década, mas um quinquénio. Esta opção teve por objetivo agrupar em décadas os anos de Novecentos.

²⁴⁴MOREIRA, Maria João Guardado, «O Século XVIII» in RODRIGUES, Teresa Ferreira (coordenação), *História da População Portuguesa Das Longas Permanências à Conquista da Modernidade*, Edições Afrontamento, 2008, p. 267.

Apesar de tudo, o valor da linha de tendência é de 0,027, o que significa que a mortalidade apresentou uma dinâmica de crescimento muito moderado, quase de estagnação.

6.4 - Sazonalidade ou distribuição mensal dos óbitos

Com a finalidade de conhecer as características da mortalidade, quer a “normal” quer a que aconteceu em momentos de sobremortalidade, recorreremos à técnica do agrupamento dos óbitos por meses. Para se perceber como é que a mortalidade evoluiu ao longo deste tempo longo (1796-1900), agrupámos os dados em quatro etapas; três blocos de 25 anos – quarto de século – e o restante período que comporta um período de 30 anos.

Meses	1796-1820		1821-1845		1846-1870		1871-1900	
	Nº Abs.	V. C.	Nº Abs.	V. C.	Nº Abs.	V. C.	Nº Abs.	V. C.
Janeiro	20	150	22	162	15	113	18	84
Fevereiro	11	91	10	81	12	99	20	103
Março	15	113	12	88	17	128	18	84
Abril	10	78	10	76	8	62	16	77
Mai	12	90	13	95	9	67	19	89
Junho	7	54	5	38	5	39	15	73
Julho	9	67	9	66	12	90	12	56
Agosto	8	60	6	44	14	105	20	94
Setembro	18	140	20	152	15	116	25	121
Outubro	20	150	25	183	20	150	42	196
Novembro	16	124	11	83	22	171	20	97
Dezembro	11	83	18	132	8	60	27	126

Quadro 44: A sazonalidade dos óbitos

O quadro anterior permite atentar nalgumas especificidades que se observaram ao longo deste tempo. Assim, na primeira etapa é visível como os meses com maior ocorrência de óbitos, em termos de média diária, foram os meses de Janeiro, assim como Setembro e Outubro, sendo notório o aumento que aconteceu em Outubro em relação ao mês anterior (Setembro). Por sua vez, Junho, Julho e Agosto foram os meses com menores índices. As características observadas no período de 1821-1845, são muito semelhantes às do período anterior. A única especificidade foi o acentuar do número de óbitos no mês de Dezembro.

O terceiro período do nosso estudo (1846-1870) apresenta algumas diferenças em relação às duas fases anteriores: Março suplantou Janeiro em número de óbitos e

Novembro caracterizou-se por ser o mês com maior número de ocorrências, dando sequência a um crescendo que vinha de Setembro. Também no que toca aos meses com menos registos, Maio apresentou valores inferiores aos meses de Julho e Agosto, contrariamente ao que acontecera nas duas etapas anteriores. Na fase final (1871-1900), os comportamentos voltaram a aproximar-se das duas primeiras fases. Setembro e Outubro, seguidos de Dezembro, voltaram a ser os meses que registaram o maior número de óbitos do segundo semestre; Junho e Julho pautaram-se pelos valores mínimos e apenas Fevereiro fugiu aos padrões anteriores, caracterizando-se por ser o mês com maior número de registos do primeiro semestre, quando nas três fases anteriores Janeiro ocupou sempre essa posição.

Após a apresentação destes dados, importa tecer alguns considerandos de natureza geral. A Primavera (Março, Abril e Maio) e o Verão (Junho, Julho e Agosto) foram, de uma maneira geral, as estações²⁴⁵ do ano com menor número de óbitos, enquanto o Outono (Setembro, Outubro e Novembro) e o Inverno (Dezembro, Janeiro e Fevereiro) concentrou o maior número de mortes. Estes dados levam-nos a inferir que as causas de uma parte significativa dos óbitos, durante os períodos em que não se observaram momentos de “mortalidade excepcional”, foram as patologias do aparelho respiratório (gripes e pneumonias) que se teriam repercutido essencialmente nos mais idosos.

O clima que se faz sentir nesta região do país «é áspero e desabrido, de inverno, por causa dos grandes frios, neves e gelos», como relata Columbano P. Ribeiro de Castro²⁴⁶, contribuiria, certamente, para a existência destes índices de mortalidade. Segundo este mesmo autor, no Inverno eram habituais «as catarraes e pleurizes causadas pelos contínuos frios, ventos e nevoeiros»²⁴⁷. Ao frio juntava-se, nesta altura do ano, a escassez de alimentos a que dificilmente resistiam as camadas mais frágeis da população: as crianças e idosos. Já o Verão caracterizava-se por «excessivos calores e falta de agoas, sujeita a trovoadas muito prejudiciais»²⁴⁸, enquanto as moléstias, mais frequentes, eram «algumas febres intermitentes, terçãs simples ou dobres,

²⁴⁵ É óbvio que as estações do ano não coincidem em pleno com estes meses, todavia este agrupamento facilita um enquadramento climático-temporal dos óbitos.

²⁴⁶ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de, *Mapa do Estado Actual da Província de Trás-os-Montes*, 1796 in MENDES, José Maria Amado, *Trás-os-Montes nos fins do Século XVIII* segundo um manuscrito de 1796 Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, p. 167.

²⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p.168.

²⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p.167.

principalmente nas pessoas do campo, o que procede das agoas que bebem, estando suados, e dos orvalhos que recebem, tanto de dia como de noite, que sendo bastante frescos lhe embaraçam a transpiração. Porem, cedem facilmente aos remédios purgantes e a casca peruviana, da qual há abundância, vinda de Castella em bom preço»²⁴⁹.

Eram, ainda, frequentes em qualquer época do ano «os carbúnculos, principalmente em gente rústica, causados de carnes inficionadas de cabras e ovelhas que comem (...)»²⁵⁰.

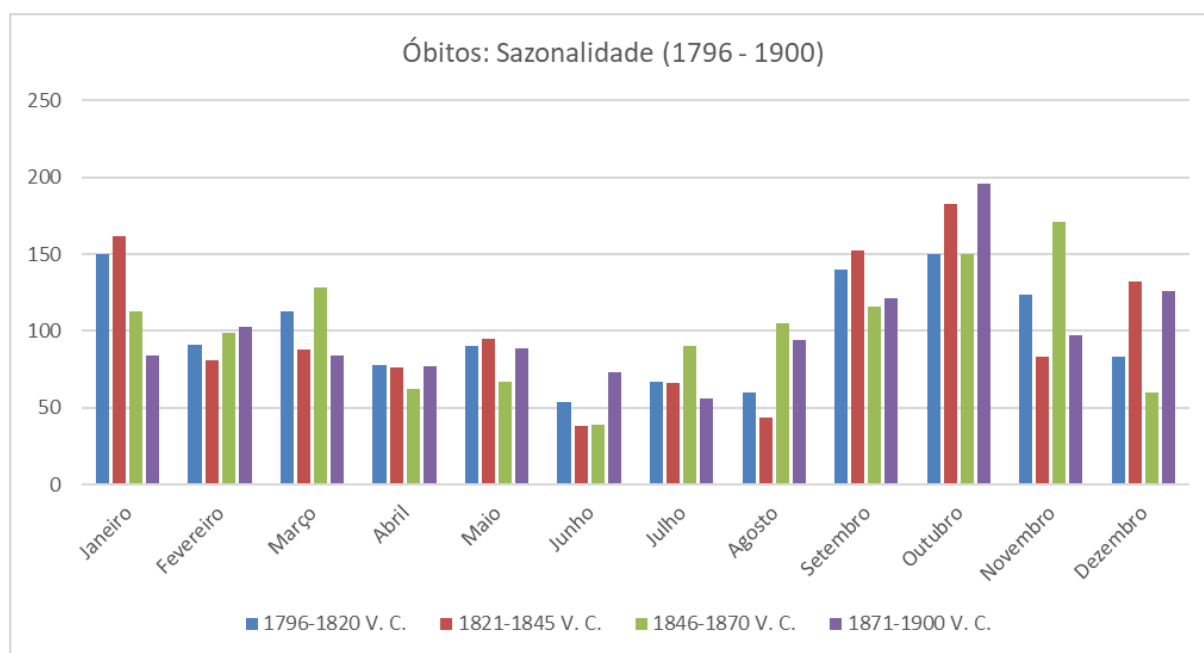


Gráfico 4: Sazonalidade dos Óbitos

O gráfico que se apresenta permite fazer uma leitura imediata dos dados referidos: o final da primavera e início de verão com menor índice de mortalidade; o outono e inverno em que se atinge o pico de ocorrências.

6.5 - Observações sobre os períodos de mortalidade excepcional

A mortalidade, considerada como tendo um papel determinante na regulação das populações, tem vindo a merecer a atenção dos estudiosos da História da População que pretendem perceber em que medida as alterações desta variável condicionaram, ou até inverteram, formas e ritmos do crescimento populacional. Por vezes, o conceito de crise

²⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p.168.

²⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p.168.

demográfica tende a identificar-se com o de crise de mortalidade, esquecendo que uma crise populacional também se pode ficar a dever a modificações bruscas nos níveis de natalidade ou a correntes migratórias.

Passamos agora a olhar de forma mais detalhada para os momentos de sobre mortalidade. Tendo como finalidade uma melhor compreensão dos mesmos recorreremos à comparação com o que aconteceu em outras zonas do País.

6.5.1 Anos de 1796, 1802

O ano de 1796, data de início do nosso estudo, o número de óbitos aumentou, sem que tenha dobrado o valor da média anual dos óbitos do período em análise. Este aumento do número de óbitos não foi exclusivo de Picote, mas aconteceu em diversas outras localidades de Portugal. A este propósito Maria João Guardado Moreira, escreveu que «a partir de 1796, o número de freguesias a registarem níveis de sobre mortalidade começa a aumentar de tal modo que os últimos três anos do século são anos de crise acentuada»²⁵¹. Neste mesmo ano também se observou uma crise de sobre mortalidade na zona rural de Guimarães²⁵². No concelho de Castelo Branco observou-se, igualmente, a ocorrência de uma crise de pequena intensidade, onde o número de óbitos se concentrou no mês de Janeiro, diminuindo nos meses seguintes e voltando «a subir significativamente em Agosto, mantendo-se elevada até Novembro»²⁵³. A distribuição mensal dos óbitos em Picote foi parecida a Castelo Branco, com óbitos em Fevereiro, recomeçando em Setembro até Novembro. É de crer que o frio e o preço dos cereais tenham contribuído fortemente para este aumento.

Segundo Henrique David, em Braga, «os preços dos cereais continuaram altos, em 1796 o Inverno foi muito rigoroso e em Novembro desse ano se juntaram (...) os corregedores (...) para conferirem sobre a subsistência dos viveres (...). Tudo eram já assombros de guerra e a carestia subia de ponto»²⁵⁴.

²⁵¹ *Vida e Morte no concelho de Idanha-a-Nova. Estudo de Demografia Histórica – Século XVIII*, Livros Horizonte, Lisboa, 1994, p. 151.

²⁵² AMORIM, Maria Norberta Simas Bettencourt, *Guimarães. 1580-1819. Estudo demográfico*, INIC, Lisboa, 1987, p. 311.

²⁵³ PINTO, Maria Luís Rocha, *Crises de mortalidade e dinâmica populacional ...*, vol. I, Lisboa, 1993, p. 343.

²⁵⁴ DAVID, Henrique Manuel Pebre Rodrigues, *As crises de mortalidade no concelho de Braga (1700-1880)*, vol. I, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, 1992, p. 209, policopiada.

A população de Trás-os-Montes, em finais do séc. XVIII e princípios do séc. XIX, vivia em grande pobreza e penúria alimentar. O corregedor José António de Sá²⁵⁵ retrata a vida de carência do agricultor transmontano nos princípios da década de 80 de Setecentos, da seguinte forma:

A gente do campo é muito impolida e ignorante (...) são pobres, nem colhem muito pão para si, não obstante trabalharem todo o anno. N'algumas aldeas não trazem çapatos, nem bottas, uzam d'huma pelle a que chamão abarcas. Isto muito principalmente junto a raya de Castella (...). De noite não se allumião com azeite; e quando necessitão de luz uzão de paos secos. Para as mulheres fazerem de noite serão, fazem huma finta para o azeite, e se juntão, n'huma caza em que trabalhão, a que dão o nome de fiadeiro^{256, 257}

Da falta de pão entre a gente transmontana também fala José Jacinto de Sousa²⁵⁸: *No princípio do anno de 1790, achando-me nesse Paiz do Douro entrei ao pôr do sol em caza de huns lavradores (...) em cuja casa não tinha aparecido até aquella ora pão, nem outra couza, que podessem comer, (...)* ²⁵⁹.

Ao virar do século a situação de carência continuava:

*Há poucos annos, isto é em 97, e 98 forão bem frequentes taes exemplos no Alto Douro: algumas famílias honradas passarão muitos dias sem pam, outras o tinhão tão negro e de saibo, que lhe causava vômitos quando o comião*²⁶⁰.

No que se reporta ao ano de 1802, o número de óbitos suplantou em uma unidade o valor de 1796, atingindo o índice o quantitativo de 159. A este propósito, Teresa Rodrigues escreveu que as doenças contagiosas alastravam atacando, em 1802, o Alentejo. Acrescenta, ainda, esta autora que «em Lisboa o período de sobre mortalidade

²⁵⁵ *Memória Académica em que se dá a descrição da Província de Tras os Montes e se propõem os Methodos para a sua Reforma*, in SOUSA, Fernando, «Uma Descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá», *População e Sociedade*, nº 3, 1997, pp. 359 a 399.

²⁵⁶ *Idem, Ibidem*, p. 376.

²⁵⁷ Os fiadouros e fogueiras tinham lugar à noite nas aldeias mirandesas «Os rapazes levavam flautas ou realejos e acordeões ou até a gaita-de-foles, cantavam-se rimances (...); contavam-se lendas (...); contavam-se loas de cegos sobre crimes e sucessos românticos (...) e por fim de serão terminava-se com bailes desgarrados (...) até às onze da noite, in MOURINHO, António Maria, *Cancioneiro Tradicional e Danças Populares Mirandesas*, Vol. I, Escola Tip. Bragança, 1984, p. XXV. D. Frei João da Cruz Salgado de Castilho, Bispo de Miranda entre 1750-1756, «proíbe os *fiadouros* públicos que se fazem de noite, assim nas ruas como nas casas por serem ajuntamentos de homens e mulheres» in ALVES, Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, *op. cit.* Tomo II, p.164.

²⁵⁸ SOUSA, José Jacinto de, *Discurso sobre o Paiz do Douro*, in OLIVEIRA, Aurélio de, «Discurso sobre o Paiz do Douro» de José Jacinto de Sousa, *DOURO – Estudos e Documentos*, Vol. III (6), 1998 (2º), pp.199-231.

²⁵⁹ OLIVEIRA, Aurélio de, *op. cit.*, p. 216.

²⁶⁰ *Idem, Ibidem*, p. 216.

estende-se de Agosto de 1801 a Fevereiro de 1803, com uma quebra na Primavera de 1802»²⁶¹. O comportamento em Picote foi um pouco distinto, concentrando-se os óbitos essencialmente no primeiro e quarto trimestres do ano de 1802. Pode dizer-se que, tal como em Castelo Branco, em 1802, o nível de mortalidade também não foi muito acentuado.

6.5.2 Anos de 1805, 1809 e 1811

O número de óbitos registados em 1805 é deveras significativo, quase triplicou em relação ao valor médio de todo o tempo do nosso estudo. Com o intuito de melhor compreender a(s) causa(s) deste momento, referimos Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, (1865-1947) que relata um surto de peste e fome que em 1804 se fez sentir em Bragança²⁶². Este autor socorreu-se de um documento, com data de 24 de Dezembro de 1804, em que se procurava fazer o «encabeçamento da contribuição certa e anual que a fábrica das sedas desta cidade (de Bragança) há-de pagar nos quatros anos futuros sucessivos»²⁶³; nele, os representantes daquela unidade fabril, referem a falta de prosperidade da fábrica e identificam as causas:

*O mais poderoso motivo que presentemente abate e destroe a fábrica é a mesma natureza que com o flagelo da peste e da fome tem assolado esta cidade fazendo desertar e morrer muita gente de cujo numero parte são fabricantes que também se mudam para outras cidades do reino não podendo aqui sofrer tantos males*²⁶⁴.

Há ainda uma outra menção a esta epidemia, mencionada pelo mesmo autor e retirada do *Livro de Registos* da Câmara de Bragança que cita esta mesma crise de mortalidade:

*Os regimentos de cavalaria nº 12 e infantaria nº 24, pertencentes à guarnição de Bragança, representaram a el-rei pedindo a conservação do juiz de fora João Nogueira da Silva, mais um triénio, alegando que entrara intrépido em Bragança, a 26 de Agosto de 1804, quando os naturais da cidade fugiam aterrados do contágio que nela grassava, o qual meteu inumeráveis indivíduos na sepultura*²⁶⁵.

²⁶¹ RODRIGUES, Teresa, *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista*, Cosmos, Lisboa, 1995, p. 216.

²⁶² ALVES, Francisco Manuel, Abade de Baçal, *op. cit.*, Tomo I, p. 286.

²⁶³ ALVES, Francisco Manuel, *op. cit.*, Tomo I, p. 286.

²⁶⁴ ALVES, Francisco Manuel, *op. cit.*, Tomo III, p. 253.

²⁶⁵ ALVES, Francisco Manuel, *op. cit.*, Tomo I, p. 286.

Picote, apesar de ser uma freguesia rural marcada pelo isolamento e com um povoamento menos concentrado, em períodos de crises epidémicas, sofre a influência da realidade regional e nacional.

Não encontramos referências à estirpe epidemiológica que, naquele período, atingiu a freguesia, contudo, Maria Hermínia Vieira Barbosa²⁶⁶ dá conta que no biénio 1804-1805 o concelho de Moncorvo foi abalado por uma crise geral de mortalidade, com analogia à que se fez sentir no país vizinho, causada pelo paludismo, febre tifoide e amarela, provocada por graves perturbações climatéricas e escassez de géneros alimentares.

Tendo por objetivo medir a magnitude desta crise, utilizámos o critério de Dupaquier²⁶⁷, tendo deparado com um índice de 8,4, o que revela que aconteceu uma crise de magnitude 4; quer isto significar que em 1805, Picote passou por uma grande crise de mortalidade. Igualmente, em Palaçoulo, freguesia do Concelho de Miranda do Douro, Fábria Maria Raposo²⁶⁸ dá conta que os óbitos no biénio de 1804-1805 quadruplicaram. Face a estes dados e tendo em consideração as referências de autores que estudaram a mortalidade de outras localidades, pensamos que esta crise foi mais intensa em Picote, e eventualmente noutras freguesias do concelho e zonas fronteiriças espanholas, do que noutras regiões do nosso país. Parece pertinente, a este propósito, transcrever algumas observações produzidas por Maria Luís Rocha Pinto²⁶⁹:

O trabalho de Teresa Rodrigues e Piedade Santos aborda de forma pormenorizada as medidas tomadas em 1804 e 1805 e aponta já para o facto de as epidemias não terem provocado um aumento significativo dos óbitos.

Em Castelo Branco (...) a resposta da Comarca de Castelo Branco ao Inquérito da Junta da Inspeção e de Providências contra a peste, de 1805, comprova que ela, na realidade, não sofreu na pele as enormes mortalidades que assolaram os vizinhos espanhóis.

²⁶⁶ BARBOSA, Maria Hermínia Vieira, «Crises de Mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX», *Núcleo de Estudos de População e Sociedade*, Instituto de Ciências Sociais Universidade do Minho, 2001, pp.5-45, p. 30.

²⁶⁷ Para mais pormenores sobre esta proposta estatística vide BORGES, Maria Emília, *Crises de mortalidade no Alentejo interior. Cuba (1586-1799)*, Edições Colibri, Lisboa, 1996, p. 37.

²⁶⁸ RAPOSO, Fábria Maria, *Estudo Demográfico de uma Paróquia do Planalto Mirandês, Palaçoulo (1656-1910)* NEPS, Universidade do Minho, Guimarães, 2000, p. 177.

²⁶⁹ PINTO, Maria Luís Rocha, *Crises de mortalidade e dinâmica populacional ...*, vol. I, Lisboa, 1993, pp. 351-352.

Por sua vez, a mortalidade observada no ano de 1809, em Picote, apesar de significativa, não atingiu a dimensão registada em outros pontos do país. Vários autores atribuem como causa essencial para o crescimento da mortalidade neste ano às invasões francesas. A este propósito, Henrique David escreveu:

*Para além dos mortos provocados pelas tropas francesas, algumas outras foram cometidas pelas populações amotinadas, principalmente como reflexo da atitude tomada pelos chefes militares*²⁷⁰.

Idêntica observação se aplica a Castelo Branco, onde «no Verão de 1809, Beresford tem o seu quartel-general aboletado»²⁷¹.

Pode inferir-se, então, que a menor mortalidade observada em Picote teria ficado a dever-se à localidade não ter sofrido um ataque direto por parte das tropas francesas, mas apenas ter sofrido carências alimentares.

O ano de 1811 também ficou marcado por alguns surtos de sobre mortalidade em diversas regiões do país atribuídos, essencialmente, a carências alimentares, a avaliar pela resolução legislativa estabelecida na Portaria de Outubro de 1811 que isenta de imposto o grão vindo de Espanha: «O Príncipe Regente (...) há por bem isentar de todo e qualquer imposto nas Raias do Reino, e Alfândegas dos Portos Secos, todo o grão que entrar de Espanha (...)»²⁷²; nova Portaria, no mesmo mês, alarga o mesmo privilégio a todos os bens alimentares: «O Príncipe Regente (...) Há por bem isentar de todo e qualquer imposto nas Raias do Reino, e Alfândegas dos Portos Secos, todos os comestíveis que nele entrarem, vindos de Espanha (...)»²⁷³. Os dados encontrados para Picote levam-nos a dizer que, comparativamente a outras regiões de Portugal, os quantitativos de óbitos não foram muito significativos. Na obra do Abade de Baçal²⁷⁴ encontramos referência a uma ordem régia de 31 de Outubro de 1811 em que foram dados ao Corregedor de Miranda 6.000\$000 réis que devia emprega-los na compra de pão²⁷⁵, a fim de os distribuir aos lavradores que deixavam por sementar muitas terras. Além da subida dos preços «a natureza e a invasão dos franceses contribuiriam

²⁷⁰ DAVID, Henrique Manuel Pebre Rodrigues, *As crises de mortalidade no concelho de Braga (1700-1880)*, vol. I, p. 215.

²⁷¹ PINTO, Maria Luís Rocha, *Crises de mortalidade e dinâmica populacional ...*, p. 358.

²⁷² Portaria de 26 de Outubro de 1811.

²⁷³ Portaria de 31 de Outubro de 1811.

²⁷⁴ ALVES Francisco Manuel, *op. cit.* Tomo I, p. 287.

²⁷⁵ Pese o facto de não termos conseguido ler o original desta ordem régia, todavia, é nossa convicção que, neste contexto, «pão» significará o cereal, a semente.

igualmente para esta aflitiva situação»²⁷⁶. Picote, além de a população se dedicar essencialmente à agricultura, o que sempre possibilita obter um mínimo de alimentos, tem fronteira com Espanha o que facilitaria o abastecimento de mantimentos, pois ali, a avaliar pela legislação citada, não havia carências alimentares.

6.5.3 Anos de 1825, 1828 e 1832-1834

O número de óbitos no ano de 1825 foi idêntico ao observado 1802, assim como o número de óbitos de 1828 foi idêntico ao registado em 1811.

O triénio 1832-1834 ficou marcado por ser um dos períodos onde a mortalidade não só atingiu valores significativos mas também porque durante este período os valores estiveram acima da média geral durante três anos consecutivos. Este crescendo da mortalidade começou no ano de 1831, embora com um quantitativo pouco expressivo, subindo significativamente a partir do último trimestre de 1832, atingindo o pico em 1833, com uma pequena quebra em 1834.

Assim, durante este triénio Picote observou uma crise com um índice de 6,456, o que significa que foi uma “crise a cavalo” com magnitude 3, isto é uma crise forte., que atingiu, essencialmente, crianças. Para além da guerra civil, uma onda epidémica de cólera fustiga o País de norte a sul e, é provável que esta tenha também contribuído para o aumento do número de óbitos na comunidade de Picote. Assim se entende pelo Aviso de 28 de Abril de 1832 do Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça ao Cardeal Patriarca participando-lhe que «é da vontade de sua Majestade que sua Eminência mande fazer preces em todo o Patriarcado por causa da *Cholera-morbo* e que os Párcos e Pregadores preguem aos Povos sobre este objeto»²⁷⁷.

6.5.4 Anos de 1844 e 1856

O ano de 1844 ficou marcado pelo aumento significativo do número de óbitos, a que se seguiu uma diminuição e um moderado aumento no ano de 1846. Sabe-se que no ano de 1844 e 1845, «os principais produtos agrícolas conheceram um grande abaixamento de preços»²⁷⁸. Igualmente, Maria Luís Rocha Pinto refere que «cumpre (...) mencionar que no ano de 1844 surge uma informação nos registos paroquiais da

²⁷⁶ ALVES Francisco Manuel, *op. cit.* Tomo I, p. 287.

²⁷⁷ Aviso de 28 Abril de 1832 nº 6 – B.

²⁷⁸ DAVID, Henrique Manuel Pebre Rodrigues, *As crises de mortalidade no concelho de Braga (1700-1880)*, Dissertação para Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1992, p. 222.

freguesia de Alcains (...). De Maio a Agosto, todos os óbitos são de menores e na maioria, à margem surge a indicação de “bexigas”»²⁷⁹. É provável que a varíola também tenha sido a causa desta mortalidade, embora a distribuição mensal seja distinta. Outubro foi o mês em que se registaram quase metade dos óbitos deste ano.

Neste ano de 1844, Picote observou uma crise com um índice de 9,5, o que significa que foi uma crise com magnitude 4, isto é uma grande crise.

O aumento do número de óbitos não foi expressivo em 1846.

No ano de 1856, a freguesia viu, de novo, aumentar o número de ocorrências. Nos anos de 1855 e 1856 o País passa por uma grave crise de mantimentos devido à escassez de cereais; «o inverno de 1855 para 1856 foi notável pelas copiosas chuvas e pelas tristíssimas e escassas colheitas que se seguiram, principalmente de cereais, devido a que as chuvas não deixaram fazer as sementeiras»²⁸⁰. Acrescenta, ainda, o Abade de Baçal:

*A fome pairava (...) sobre Portugal e o povo (...) conspirava tumultuariamente contra tudo, vendo nas coisas mais disparatadas a causa da sua miséria. As medidas da fazenda do ministro António Maria de Fontes Pereira de Melo – as máquinas para a destilação de vinho, por esse tempo largamente generalizadas no distrito de Bragança, nas quais o povo dizia que queimavam cereais, e a falta de trocos de dinheiro miúdo, (...) ocasionado pela introdução de libras esterlinas, que ninguém queria receber sem o desconto de 200 réis – eram, no entender do povo, outros tantos motivos da geral miséria*²⁸¹.

Esta instabilidade provocou motins populares em vários locais do País: em Lisboa nos dias 8 e 10 Agosto de 1856, o que levou à publicação de um Decreto (Ministério do Reino – Diário do Governo nº 189), em que se coloca a Guarda Municipal de Lisboa à disposição do Comandante interino e do Exército e da 1ª Divisão Militar, Conde da Ponte de Santa Maria.

Na mesma data é publicada uma Portaria que providencia contra os motins ocorridos na capital a pretexto da carestia dos géneros: «dado ter havido em diversos pontos da Cidade de Lisboa (...) manifestações tumultuosas por grupos de povo, a pretexto da carestia dos géneros alimentícios, chegando a cometer excessos e atos de violência em alguma das ruas da capital (...) há por bem ordenar ao Governador Civil

²⁷⁹ PINTO, Maria Luísa Rocha, *Crises de mortalidade e dinâmica populacional ...*, p. 378.

²⁸⁰ ALVES Francisco Manuel, *op. cit.* Tomo I, p. 287

²⁸¹ *Idem, ibidem.*

de Lisboa (...) para o descobrimento dos autores dos mencionados tumultos (...), entregá-los, (...) às Autoridades do Poder Judicial (...)»²⁸².

Ao tumulto de Lisboa, seguiu-se o de Bragança tendo, aqui, ficado conhecido por Barulheira do Peneiro, assim chamada porque o povo, amotinando-se, entrou na cidade e destruiu e queimou uns aparelhos de preparação de farinhas para a sua conversão em pão, que a Câmara tinha montado no intuito de tirar aos açambarcadores os lucros exorbitantes que estavam percebendo²⁸³.

As principais razões deste retomar da agitação popular, refere David Justino,²⁸⁴ «Prendem-se com os elevados preços por que os cereais e a carne eram transacionados. Os salários reais que durante a década de 40 haviam subido, começavam a mostrar-se insuficientes perante a rápida e firme subida de preços quer do milho quer de outros bens alimentares de primeira necessidade»²⁸⁵. A situação deveria ser tão preocupante que o Governo, a pedido da Câmara Municipal de Bragança, autorizou aquela instituição camarária a «contrair um empréstimo até à quantia de 5.000\$000 réis com juros de 6 por cento, a fim de ser exclusivamente empregada na compra de cereais, com que ela possa habilitar-se, durante a crise de subsistências, para abastecer de géneros que faltarem os mercados do Concelho, prestando aos lavradores as sementes que lhes forem necessárias para as próximas lavouras de suas terras»²⁸⁶.

Em Miranda do Douro sofre-se, igualmente, as consequências da carência e do aumento de preço dos bens alimentares. Assim o ilustra a Sessão de 17 de Agosto de 1856 da Câmara Municipal daquela cidade que determina:

Vistas as circunstâncias de estarem todos os géneros alimentares que costumam vir vender dos povos circunvizinhos muito caros, e haver alguns indivíduos que costumam atracar os mesmos, se publique por edital que de hoje em diante ninguém poderá comprar géneros nesta Cidade sem eles estarem expostos na praça da mesma sob pena de pagar a multa de quatro mil réis, tanto a pessoa que os comprar como a que os vender sem ser em praça pública (...)»²⁸⁷.

A escassez de cereais foi, também, tema de debate nas sessões camarárias tendo sido decidido, na reunião de 26 de Outubro de 1865, a «venda do pão dos maninhos» da

²⁸² *Diário do Governo* n.º 188 de 11 Agosto de 1856.

²⁸³ ALVES Francisco Manuel, *op. cit.* Tomo I, p. 287.

²⁸⁴ JUSTINO, David, *A formação do Espaço Económico Nacional Portugal 1810-1830*, Vol. II, Vega, 1986.

²⁸⁵ JUSTINO, David, *op. cit.* p. 77.

²⁸⁶ *Diário do Governo*, n.º 230 de 25 de Setembro de 1856.

²⁸⁷ AMMD Livro n.º 23, f. 85.

Câmara, às padeiras da cidade sob alguns requisitos: Cada padeira poderia levar, ao preço de setecentos e vinte réis cada alqueire, «por prazo de trinta dias, findos os quais entregará ao Tesoureiro desta Câmara o valor do pão que são trinta alqueires e fazem a soma de 21. 600 réis»²⁸⁸; prevê a possibilidade da venda a particulares pelo mesmo preço desde que seja «a pronto pagamento e à razão de dez alqueires cada trinta dias»²⁸⁹.

O Livro de Atas das Sessões da Câmara apresenta, nas últimas páginas, o resumo dos «preços médios em cada um dos meses» para os anos de 1855, 1856, 1857, 1858 e 1859²⁹⁰. Embora sejam valores de referência porque o mercado, de acordo com as circunstâncias, tem tendência a auto regular-se, permite perceber a inflação dos preços dos cereais, em cada ano. No início de 1856 o custo do trigo era de 485 réis, o serôdio a 510, centeio 435 e cevada a 290; no final do ano os valores do trigo ascendem a 720 réis, serôdio a 800, centeio a 755 e a cevada a 480. Em 1857 os preços continuam em alta na região atingindo o valor máximo em Junho sendo o do trigo de 1. 060 réis, serôdio 1. 060, centeio 1. 005 e cevada 280 réis²⁹¹.

Os anos de 1855-1856 foram, ainda, marcados por uma epidemia de cólera que atingiu todo o País. Todavia, os dados dos registos de óbitos de Picote, não permitem dizer que esta localidade tenha sido atingida por esta calamidade, já que o responsável pela paróquia não anotou a existência de qualquer óbito em Picote motivado por esta causa. O caso registado pelo pároco desta freguesia, em 18 de Agosto de 1856, reporta-se a um natural de Picote, mas residente em Lisboa:

Por uma carta do Reverendo Alexandre Meirinhos deste Povo, residente em Lisboa, com data de 31 de Julho de mil oitocentos e cinquenta e seis comunica o seguinte: Por uma participação que do Comandante de Lanceiros da Rainha nº 2 havia recebido a triste notícia que da vida presente era falecido José Maria Preto do lugar de Picote soldado do Regimento nº 2 de Lanceiros da 6ª Companhia nº 56 estacionado no Castelo de Belém afetado de cólera morbus em 15 de Julho da referida era (...)»²⁹².

²⁸⁸ *Ibidem*, f. 96

²⁸⁹ *Ibidem*, f.96.

²⁹⁰ *Ibidem*, f. 281.

²⁹¹ Neste resumo de preços não se alude à medida de referência que sabemos ser o alqueire porque é o que sempre consta nas diversas atas da Câmara.

²⁹² *Livro de Registo de Óbitos da Freguesia de Picote* PMDR Lv1-Cx4, 1795 a 1859.

O número de óbitos em 1856 é idêntico ao que houve nos anos de 1796, 1869, 1880 e 1890. À preocupação com esta epidemia juntavam-se preces ao Divino na tentativa de evitar a propagação. Em 1855, o Bispo de Bragança e Miranda de então, D. José Manuel de Lemos, emite uma circular para que os párocos fizessem preces públicas *ad evitandum contagium*; autoriza-os, ainda, a benzerem qualquer porção de terreno julgado competente para estabelecer cemitérios, e declara que devem levar o Viático aos enfermos em relicários, evitando o toque de sinos para não aterrar a gente²⁹³.

6.5.5 Anos de 1864, 1868-1869

O número de ocorrências registado em 1864 atingiu, quase proporcionalmente, crianças e adultos (53,3% adultos e 46,7% crianças). O pároco, nos registos de óbito, não faz menção à causa de morte. Henrique David refere que Braga, nos anos de 1864 – 1865, além de se ter verificado uma subida de preço dos bens alimentares é noticiado, nos jornais locais, um surto de *cholera morbus* e as localidades que tinham sido afetadas com destaque para Porto, Freixo de Espada à Cinta, Elvas e propagando-se a Espanha²⁹⁴. Dada a proximidade geográfica de alguns destes locais, como Porto e sobretudo Freixo de Espada à Cinta, com a freguesia em análise, é possível que tenha sido esta epidemia que provocou o aumento do número de óbitos na comunidade de Picote.

Além da escassez de alimentos, a falta de higiene e salubridade dá um contributo para a propagação de epidemias e aumento da mortalidade. O Governador Civil de Bragança num relatório de 1866²⁹⁵ descreve a situação higiénico-sanitária do meio rural, da seguinte maneira:

Nas povoações rurais... as ruas, os currais e os pátios são estrumeiras, alternadas com charcos de líquido em putrefação; em muitas casa, nunca varridas nem lavadas, vivem conjuntamente, e por pouco não são comensais, o homem o boi, o jumento, a galinha, o cão e o porco. O vento, as chuvas, os frios e os grandes calores são, por vezes mais insuportáveis dentro d'estas

²⁹³ ALVES Francisco Manuel, *op. cit.*, Tomo II, p. 215.

²⁹⁴ DAVID, Henrique Manuel Pebre Rodrigues, *As Crises de Mortalidade no Concelho de Braga (1700-1880)*, Tese de Doutoramento, Porto, 1992, p. 237.

²⁹⁵ *Relatório do Governo Civil de Bragança 1866* in SALGADO, Maria da Conceição Cordeiro, *A Emigração Portuguesa para o Brasil, no contexto das grandes migrações europeias: o caso do distrito de Bragança*, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Lusíada do Norte, 2018, p.125.

habitações humanas, do que nos antros onde se acolhem os animais bravios... O aldeão não veste roupa limpa senão de longe a longe; ele mesmo não lava mãos e rosto mais do que uma vez em cada ano por ocasião da festa paroquial; o corpo nunca foi lavado a não ser pela chuva embebida nos imundos andrajos, ou pelo nauseabundo suor, criando-se sobre a pele uma espécie de cortiça áspera e nojenta. Na pureza dos alimentos e sua escolha não põem o menor cuidado: carnes deterioradas, vinho decomposto, frutas verdes ou repassadas do sol; tudo lhes é bom.

Mas, não era apenas no meio rural que se vivia em estado de insalubridade; na cidade, a situação não era muito diferente segundo a descrição que Artur Martins Morgado²⁹⁶ traça da cidade de Bragança:

Nas ruelas transversais e nos estreitos becos que cruzam os imundos bairros da cidade, a luz mal aparece, como que envergonhada de mostrar tanta imundice. O ar que se respira não se renova; enriquece-se à custa de princípios orgânicos que o inquinam. O pavimento das ruas é uma superfície cheia de asperezas, coberta de monturos, onde se acumula toda a espécie de imundície, excelente viveiro para milhões e milhões de bactérias que ali encontram um bom meio de cultura. Nos becos da cidade, principalmente, onde não há oxigénio para queimar a substância orgânica e luz para destruir esses micro-organismos, são os monturos, perigosos de infeção. Só por exceção, em muito poucas das principais ruas da cidade, é que se não veem as animais domésticos passear livremente pela via pública²⁹⁷.

Fome e condições sanitárias são, pois, os elementos que fazem parte da equação para o aumento da mortalidade. Ao olharmos para a periodicidade desta crise, verificamos que parte dos óbitos aconteceu no primeiro trimestre, repartindo-se os restantes pelo Verão e Outono. Esta distribuição poderá significar que ocorreu uma crise de tipo misto provocada por insuficiência de mantimentos e um surto epidémico.

Nos anos de 1868-1869, o número de óbitos subiu, mas para patamares relativamente moderados.

²⁹⁶ MORGADO, Artur Martins, *Subsídios para o Estudo da Higiene e Demografia da Cidade de Bragança*, dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto, Porto, 1908.

²⁹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 34.

6.5.6 Anos de 1878 e 1882

Neste período verifica-se nova escalada de óbitos com maior incidência em menores. Num total de 36 ocorrências, 21 são crianças menores de 7 anos. Os registos de óbito, não nos deram informação sobre as reais causas de morte; todavia, neste período surgiram no País vários surtos de varíola. Há registos desta epidemia em Braga²⁹⁸, Castelo Branco²⁹⁹ e Santarém³⁰⁰.

O índice da mortalidade de 1878 foi de 5,6, o que significa que houve uma crise de magnitude 3, isto é uma crise forte.

6.5.7 Anos de 1893 e 1898

Do período em estudo, o ano de 1893 é que o que apresenta o maior número de óbitos atingindo particularmente a população adulta (69,6% adultos e 30,4% crianças) com maior incidência entre os meses de Março e Junho. O índice da mortalidade de 1893 foi de 8,2, o que significa que houve uma crise de magnitude 4, isto é uma grande crise.

É um período marcado por crises do sector agrícola penalizado pela instabilidade de preços e baixa remuneração de alguns produtos como o azeite, a lã o centeio e o trigo³⁰¹ e por alguns surtos epidémicos. No Porto há registo de sarampo e tifo, entre a população mais jovem, e de tuberculose, gripes e pneumonias entre a população adulta³⁰². Em Campanhã há registos de varíola entre 1893 e 1900³⁰³.

Embora não tenhamos conseguido reunir informação concreta relativamente à freguesia de Picote, todavia o Jornal o *Mirandez* de 10 de Maio de 1894, numa coluna com o título *Romaria da Luz*³⁰⁴ dá-nos notícia de um surto de cólera morbus:

Teve lugar no dia 29 de Abril último a romaria que anualmente se costuma fazer à Senhora da Luz, nas proximidades da povoação de Constantim. (...) É uma festa mista onde concorre muita gente do vizinho reino, facto que não se deu este ano por ser

²⁹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 241

²⁹⁹ BARBOSA, Maria Hermínia Vieira, *op. cit.* p. 34.

³⁰⁰ Idem, *Ibidem*.

³⁰¹ JUSTINO, David, *op. cit.* p. 91.

³⁰² BARBOSA, Maria Hermínia Vieira, *op. cit.* p. 35.

³⁰³ Idem, *Ibidem*, p.35.

³⁰⁴ No último domingo de abril, celebra-se em Constantim, Miranda do Douro, no preciso local que marca a divisão dos dois países, a festa em honra de Nossa Senhora da Luz, de cariz religioso à qual se associa a vertente comercial, com a realização de uma feira internacional com vendedores oriundos de Espanha e de Portugal, cada qual no território do respetivo país e à qual acorrem convivas dos dois lados da fronteira.

proibido do lado de Espanha a concentração de povo no local, devido a alarmantes notícias de cólera morbus (...) ³⁰⁵.

O mesmo jornal noticia, também, uma peregrinação a 22 de Abril de 1894 à Capela de Nossa Senhora do Naso³⁰⁶, cuja festa se realiza anualmente em Setembro, pedindo a intervenção divina devido à escassez de cereais causada por condições meteorológicas pouco favoráveis; é um relato muito interessante que merece a pena reproduzir porque, além da referência à falta de cereais com repercussões nos índices de mortalidade retrata, ainda, a vivência e a representação do religioso nas comunidades de ambos os lados da fronteira:

E ali foram todos em peregrinação no dia 22 do mês findo, à humilde capela onde a Senhora é também adorada e festejada anualmente, a 8 de Setembro (...) pedir-lhe com o rosto inundado de pranto a chuva de que tanto careciam. Quis a Virgem mostrar (...) que não era indiferente aos rogos (...) e por um dos seus muitos milagres fez com que logo de manhã o céu começasse a toldar-se de nuvens (...). Assistiram os reverendos párocos das freguesias de Caçarelhos, S. Martinho, Cicouro, Póvoa, Ifanes, Malhadas, S. Pedro (...). De Espanha vieram também muitos padres (...). Foi pregador o reverendo Padre Manuel António Carneirão que (...) implorou (...) à Virgem Santíssima lhes desse chuva, lhes desse pão que faltava a tantos filhos ³⁰⁷.

Na edição de 25 de Julho de 1894 do citado Jornal, na rubrica de «Saúde Pública» encontramos uma notícia relativa a Palaçoulo³⁰⁸ que relata a existência de diversas epidemias: «Na Povoação de Palaçoulo deste Concelho grassa todos os anos com intensidade uma epidemia medonha. Quando não aparece o typho, não falta o garrotinho³⁰⁹, e se este se demora lá está substituído pela diarreia que vem sempre acompanhada de febre mucosa ou tifoide»³¹⁰; ora, dada a proximidade entre as várias freguesias não seria difícil a propagação a outros locais.

Nesse ano, a região, foi fértil em epidemias: o nº18 do Jornal *O Mirandez*, numa coluna de notícias genéricas que intitula *Carteira do Mirandez*, dá conta de casos de

³⁰⁵ Jornal *O Mirandez*, Ano I, nº 3, Miranda do Douro, 10 de Maio de 1894, p. 2; este jornal sob, a direção de António Maria Feio Pimentel, publicou-se, em Miranda do Douro, nos dias 10 e 25 de cada mês entre 1894 e 1897.

³⁰⁶ O Santuário da Senhora do Naso situa-se na freguesia da Póvoa, concelho de Miranda do Douro, celebrando-se a sua festa em Setembro com devotos de ambos os lados da fronteira.

³⁰⁷ Jornal *O Mirandez*, Ano I, nº3, Miranda do Douro, 10 de Maio de 1894, p. 2.

³⁰⁸ Freguesia do Concelho de Miranda do Douro.

³⁰⁹ Difteria; é causada pela bactéria *Corynebacterium diphtheri* e atinge, essencialmente as vias respiratórias.

³¹⁰ Jornal *O Mirandez*, Anno I, nº 8, Miranda do Douro, 25 de Julho de 1894, p. 2.

doença provocados pelo vírus *influenza*: «Atacados de *influenza*, têm estado bastante doentes, os nossos prezados e queridos amigos Augusto César Dias de Lima, Félix Francisco Ferreira Raposo, António Augusto de Lima e Almeida, António Adriano Dias de Lima e José Pedro da Silva Vitória. (...) Acham-se doentes, atacados de *influenza*, os nossos bons amigos, António Augusto de Miranda Raposo e António Joaquim de Oliveira Vila Real»³¹¹. O tema é notícia em coluna de jornal porque atingiu indivíduos que na região, gozariam de estatuto social e económico, todavia, não é feita referência ao grau de penetração desta epidemia na população em geral.

Enquanto em 1893 a mortalidade atingiu maioritariamente adultos, em 1897 atingiu, quase na mesma proporção adultos e crianças (54,5% adultos e 45,5% crianças), em 1898 as vítimas foram essencialmente crianças (63,2% crianças e 36,8% adultos). Artur Martins Morgado, na dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto, em 1908, faz um retrato muito esclarecedor das principais doenças que, em 1901, «mais contribuíram para as elevadas percentagens obituárias da cidade»³¹² de Bragança e que seriam, certamente, similares em todo distrito; por ordem decrescente surgem as doenças do aparelho respiratório, diarreias e enterites, debilidade congénita a par com meningite cérebro – espinhal, tuberculose pulmonar, outras tuberculoses, angina diftérica, febre tifoide, anemia, gripe, por último, e na mesma proporção coqueluche, sarampo e escarlatina ³¹³.

Lamenta o autor o aumento progressivo do número de casos de morte por tuberculose e que, embora não tenha atingido as proporções de outras cidades do reino, «encontra no contágio que facilmente se estabelece em indivíduos das classes pobres, na alimentação insuficiente e de má qualidade, na habitação insalubre sem ar e luz em que o pobre definha, os seus principais elementos de propagação»³¹⁴. Destaca a elevada mortalidade entre as crianças causada por debilidade congénita diarreias e enterites e encontra como principal causa a miséria em que os progenitores vivem: «Mal alimentados, sem cuidados de mãe que convenientemente as tratem, essas crianças, se adoecem, estão quase todas condenadas a morrer, pois que a miséria dos pais não lhes permite um tratamento conveniente, nem um regímen dietético apropriado»³¹⁵.

³¹¹ *Ibidem*, nº 18, 25 de Dezembro de 1894, p.1.

³¹² MORGADO, Artur Martins, *op. cit.* p. 81.

³¹³ *Idem, Ibidem*, p. 82.

³¹⁴ *Idem, Ibidem*, p. 83.

³¹⁵ *Idem, Ibidem*, p. 85.

6.6 - Esperança média de vida à nascença/Idade média à morte

O cálculo da esperança média de vida no nascimento é uma técnica estatística que permite conhecer a duração média da população de Picote. Assim, face ao período cronológico em análise e tendo em conta as características do método de reconstituição de famílias, conseguimos identificar a idade com que um número significativo de pessoas nascidas nos períodos de 1796-1810 e 1811-1820 faleceram, o que permitiu elaborar o quadro que se segue:

	Média de Idades			Idade Média		
	Masc.	Fem.	MF	Masc.	Fem.	MF
1796-1810	49,81	49,96	49,87	50,31	50,46	50,37
1811-1820	55,34	55,08	55,23	55,84	55,58	55,73
1796-1820	53,15	52,57	52,88	53,65	53,38	53,38

Quadro 45: Esperança média de vida à nascença

Os dados observados permitem dizer que a idade média na passagem do século XVIII para o XIX rondava os 50 anos, sendo a idade média das mulheres ligeiramente superior. Estes valores são importantes indicadores de que a mortalidade infantil e juvenil seria muito moderada.

Por sua vez, para o período subsequente, dado o termo final deste estudo se situar em 1900, não seria possível continuar o método de reconstituição de famílias. Porém, como a partir de 1860, os registos paroquiais começam a colocar a idade dos defuntos recorremos ao método agregativo e calculámos a média de idades dos óbitos distribuídos por género.

	Média de Idades			Idade Média		
	Masc.	Fem.	MF	Masc.	Fem.	MF
1861-1870	35,86	33,15	34,64	36,36	33,65	35,14
1871-1880	29,92	33,02	32,07	30,42	33,52	32,57
1881-1890	41,58	39,56	40,55	42,08	40,06	43,05
1891-1900	45,97	38,32	41,59	46,47	38,82	42,09

Quadro 46: Idade Média à Morte

O Quadro nº46 espelha a idade média à morte, na freguesia de Picote. O cálculo da idade média é uma “técnica estatística que permite conhecer a idade com que uma

população faleceu num ou vários anos”³¹⁶. É um conceito diferente de esperança de vida à nascença considerando-se esta como a duração provável que cada indivíduo pode esperar viver³¹⁷.

Na década de 1861 a 1870, os homens que morreram neste decénio tiveram, em termos médios, uma vida mais longa do que as mulheres. Por sua vez, o decénio ficou marcado pela baixa dessa mesma idade média à morte. Nas duas décadas finais do século XIX, em termos médios, as pessoas viveram mais tempo, sendo de notar a diferença entre os homens e as mulheres. Estes dados permitem dizer que na localidade de Picote a mortalidade fazia sentir de forma menos intensa. Pode-se colocar como hipótese explicativa para tal comportamento as condições ambientais, onde o clima é frio, mas são³¹⁸.

Constatamos, igualmente, que a idade à morte, em Picote, é superior à encontrada por João Cosme³¹⁹, para Loulé. Além de, no meio rural, as diferenças sociais serem menos acentuadas uma outra componente poderá contribuir para uma maior longevidade da população que é, como referido, o clima de que beneficia Trás-os-Montes, que Columbano Pinto Ribeiro de Castro caracteriza como sendo: *Saudável e quase nunca há epidemias e, (...) os ares são puros*³²⁰; estas condições propiciavam uma boa resistência física como refere o mesmo autor *os homens são corpulentos e robustos (...) e as mulheres são igualmente fortes*³²¹.

Importa, ainda, destacar o facto de, no último decénio do século XIX, o tempo de vida da população de Picote ter aumentado significativamente seguindo a tendência nacional.

6.7 - A Mortalidade por grupos de idade

A distribuição da mortalidade por grupos de idade ajuda a compreender melhor as estruturas da mortalidade. Por isso, elaborámos um quadro com o número de óbitos por estratos etários:

³¹⁶ COSME, João, *Atas II Encontro de História de Loulé*, Câmara Municipal de Loulé, Arquivo Municipal, 2019, pp. 169-186, p. 176.

³¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 176 (nota de rodapé).

³¹⁸ A este propósito veja-se REHER, David-Sven, *Família, Población y Sociedad en la Cuenca, 1700-1970*, Siglo XXI Editores, Madrid, 1988, p. 94.

³¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 176.

³²⁰ CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de, *op. cit.*, p. 167.

³²¹ Idem, *Ibidem*, p. 168.

	1861-1870			1871-1880			1881-1890			1891-1900		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
0-6 dias	1	-	1	-	1	1	2	-	2	-	-	-
7 dias - 1 mês	1	-	1	1	3	4	1	-	1	-	-	-
≥ 1 mês	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
≥ 2 meses	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
≥ 3 meses	-	1	1	-	1	1	-	1	1	-	-	-
≥ 4 meses	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
≥ 5 meses	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	1
≥ 6 meses	-	-	-	-	4	4	2	-	2	-	-	-
≥ 7 meses	-	1	1	-	1	1	-	-	-	-	1	1
≥ 8 meses	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
≥ 9 meses	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
≥ 10 meses	-	-	-	-	2	2	-	1	1	-	-	-
≥ 11 meses	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-
< 1 ano	4	2	6	3	13	16	5	5	10	0	2	2
1-4 anos	4	6	10	5	9	14	4	2	6	7	8	15
5-9 anos	2	6	8	3	2	5	1	2	3	2	6	8
10-19 anos	5	2	7	1	0	1	1	1	2	2	6	8
20-29 anos	2	2	4	1	4	5	0	2	2	3	1	4
30-39 anos	2	3	5	1	3	4	3	5	8	3	5	8
40-49 anos	8	1	9	2	3	5	1	1	2	3	2	5
50-59 anos	6	4	10	4	4	8	5	2	7	2	7	9
60-69 anos	4	1	5	3	11	8	4	11	15	8	11	19
70-79 anos	4	3	7	1	6	7	8	3	11	8	11	19
≥ 80 anos	1	4	5	1	2	3	1	0	1	6	0	6
SOMA	42	34	76	25	57	82	33	34	67	44	59	103

Quadro 47: Distribuição dos óbitos por escalões etários (1861-1900)

Os elementos constantes no quadro permitem uma diversidade de observações. Analisando os decénios de 1861 a 1870, 1871 a 1880 e 1881 a 1890 verifica-se que a percentagem de mulheres que morre entre os 60 e os 80 e mais anos é superior à dos homens com especial destaque para o decénio de 1871 a 1880 em que a das mulheres é de 33,3% e para eles se queda nos 20%.

Entre 1891 e 1900, nas mesmas faixas etárias, verificamos uma inversão da tendência: os homens têm uma vida mais longa na proporção de 50% para eles e de 37,3% para as mulheres.

Atentando, nos quatro períodos cronológicos, às faixas etárias dos 20 aos 39 anos, por ser nestas que se concentra o período mais fértil da mulher, conclui-se que o número de óbitos destas, à exceção da década de 1891 a 1900 é muito superior: entre 1861 a 1870 a percentagem é de 9,5% para os homens e de 14,7% para as mulheres; de

1871 a 1880 fixa-se nos 8,0% para os homens e nas mulheres sobe aos 12,3%; na década de 1881 a 1890 a percentagem de óbitos das mulheres ascende aos 20,6% enquanto nos homens se fica pelos 9,1%; o período de 1891 a 1900 contraria a estatística sendo a percentagem de óbitos dos homens de 13,6% e das mulheres de 10,2%. As complicações durante a gravidez e parto terão contribuído para estes resultados.

Analisando, agora, em pormenor os dados do decénio de 1891 a 1900, verificamos que, no total dos óbitos de homens, 25% tinha entre os 0 e os 19 anos; nas mulheres, na mesma faixa etária, a percentagem sobe para 37,3%. Nesta década e no grupo dos homens, 50%, morreu com idade igual ou superior a 60 anos e, destes, 27,3% tinha idade igual ou superior a 80 anos; quanto às mulheres 37,3% tinha idade igual ou superior a 60 anos à data da morte. Assim, a longevidade dos homens, neste período, foi superior dado não se ter registado, nas mulheres, óbitos no grupo etária dos 80 ou mais anos.

7. Mobilidade

O estudo da variável microdemográfica da mobilidade interna apresenta várias dificuldades: por um lado, salvo raras exceções, não temos registos³²² dessa mesma mobilidade, a que acresce o facto de muitas vezes esse movimento se realizar entre localidades muito próximas - distâncias bastante curtas – não havendo, por isso, necessidade de haver alteração de residência por parte das pessoas.

Neste capítulo, propomo-nos analisar a mobilidade geográfica, tendo por base os registos paroquiais de casamento, (referentes ao 1º casamento – apenas casamento entre solteiros) onde encontramos registada a naturalidade e residência dos cônjuges. Estes registos permitem, assim, detetar alguns movimentos migratórios, verificar a origem do crescimento da freguesia de Picote e perceber a permeabilidade à entrada, por via do casamento, de indivíduos não naturais desta comunidade rural.

Importa, porém, referir que nem sempre o registo de casamento do nubente, com naturalidade diferente daquela em que o ato se realizou significa migração pois pode ter ido apenas consorciar-se à paróquia da noiva³²³ ou do noivo, como também constatamos. Terá sido o caso, entre outros, de José Geraldês, natural de Prado Gatão, que casou em 18 de Setembro de 1806 com Maria Antão, natural de Picote³²⁴; deles, não encontramos registo de nascimento de filhos nem de óbito de qualquer um dos elementos do casal; ou, ainda, o de Manuel Esteves, natural de Picote, que em 6 de Novembro de 1836 desposou Margarida Fernandes, natural de Fonte Aldeia³²⁵ e dos quais, também, não encontramos qualquer outro registo não sendo, pois, possível acompanhar a trajetória de vida em comum. Igualmente, nem sempre a coincidência de local de registo de nascimento e óbito, significa imobilidade³²⁶.

Picote está numa zona de fronteira e a sua localização, certamente, determinou a vivência dos seus habitantes. Definida por condições geográficas, a fronteira, longe de

³²² Contrariamente aos registos de nascimento, casamento e óbito não temos nenhum livro com esses movimentos, já que havia liberdade de circulação. Todavia, tal como referimos supra, para outras zonas do País existem passaportes internos.

³²³ AMORIM, Maria Norberta: *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*, Braga, 1991, citado por COSME, João: “Oliveira (1640-1715). População e Sociedade”, *Revista de Estudos Extremeños*, LXII (II) pp. 753-824, p.811.

³²⁴ *Livro de Registo de Casamento da Freguesia de Picote*, Lv.001, Cx.03.

³²⁵ *Livro de Registo de Casamento da Freguesia de Picote*, Lv.001, Cx.03.

³²⁶ COSME, João: “Oliveira (1640-1715). População e Sociedade”, *Revista de Estudos Extremeños*, LXII (II) pp. 753-824, p.811.

ser uma demarcação, é uma zona onde se fazem sentir as influências e as reações mútuas das populações que aí entram em contacto, tal como refere Virgílio Taborda³²⁷.

O Reino de Castela/Espanha ficava mais próximo que os grandes centros urbanos do País. O plano de construção da rede viária que ligaria Miranda a Moncorvo e a Vimioso apenas foi delineado em 1865 de que dá conta a ata da Sessão da Câmara Municipal de Miranda do Douro de 6 de Abril de 1865. Através de um ofício circular emanado do Governo Civil de Bragança aquele município é informado de que estão projetadas *uma estrada de primeira ordem que deve dirigir-se desta Cidade a Moncorvo e que depois de construída oferece fácil trânsito para a foz do Sabor ponto para onde é transportada a maior parte dos produtos agrícolas deste Concelho e bem assim se acha indicada a estrada de segunda classe que deve dirigir-se desta Cidade ao Vimioso e dali à Cidade de Bragança, que depois de construída oferecerá aos povos dos Concelhos de Miranda e Vimioso fácil comunicação com a capital do distrito*³²⁸. Portanto a comunicação com a capital do Distrito só passou a ser possível em finais do século XIX.

O Reino de Espanha além de mais perto era atrativo porquanto oferecia trabalho e proporcionava oportunidade de trocas comerciais, sobretudo em feiras e romarias. Encontramos referência a esta atividade no registo de óbito de João Preto falecido a 26 de Março de 1804 e que *morreu afogado no porto do Bandalhão do Rio Douro deste lugar de Picote (...) vindo da feira de Fariza*³²⁹ *do Reino de Espanha vindo em sua companhia José António Preto e seu primo Manuel Carreiro e muitas mais pessoas todas deste lugar de Picote*³³⁰. Aliás, o comércio transfronteiriço que supria as carências comerciais locais, praticava-se desde tempos remotos tendo obrigado à regulamentação dos produtos a transacionar, às quantidades que podiam ser transportadas e a estabelecer os dias em que podiam ser comercializadas. A carta de 3 de Março de 1508 em que é dado o privilégio a Miranda do Douro de trazer ferro de Castela para utilizar na lavoura, é exemplo do referido:

D. Manuel, etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber (...) que por aquela terra e comarca ser muito minguada de ferro o qual não podiam haver de

³²⁷ TABORDA, Virgílio, *Alto Trás-os-Montes*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p.17

³²⁸ AMMD Livro nº 25 1861 a 1865, ff. 216 a 218.

³²⁹ Município raiano da província de Zamora, comunidade autónoma de Castela e Leão.

³³⁰ *Livro de Registo de Óbitos da Freguesia de Picote*, Lv.001, Cx.04.

*nossos reinos sem muita despesa nos pediam que houvéssimos por bem eles trazerem dos reinos de Castela para suas lavranças somente (...)*³³¹.

Por outro lado, por carta de 2 de Janeiro de 1515 é possibilitado aos que vêm de Castela vender a Miranda, levarem até mil reais e algumas solas feitas para o seu calçado:

D. Manuel, etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por parte dos moradores de Saiaguoa e d'Aliste dos reinos de Castela vizinhos com Miranda do Douro destes nossos reinos nos foi apresentado um nosso alvará por nós assinado e escrito em papel de que seu trelado tal hé:

*Nós El Rei fazemos saber (...) que os moradores das ditas terras para suas necessidades trazem a vender a dita villa mantimentos e outras cousas de que levavam algum dinheiro que nele fazem ou solas para seu reparo de calçado e que o alcaide tanto que lhe acha algum dinheiro ou solas lhe toma todo por perdido (...) damos lugar e licença aos moradores das ditas terras que a dita vila de Miranda vierem vender (...) possam levar em dinheiro até mil reais e mais algumas solas em solas feitas e talhadas em solas que pareça que são para seu reparo e não lombo inteiro (...)*³³².

Além destas deslocações pontuais verificavam-se, ainda, movimentos migratórios sazonais de Portugal para Espanha, sobretudo durante a época da ceifa cujos relatos chegaram aos nossos dias por testemunho oral que atravessou gerações. Esses fluxos proporcionavam ligações nem sempre legitimadas como será o caso de Maria Joaquina que em 8 de Janeiro de 1859 deu à luz uma menina. No livro de registos de batismo pode ler-se a seguinte anotação:

*Catarina Rosa filha natural de Maria Joaquina (...) foi por mim infra assinado batizada solenemente na pia batismal da Igreja matriz de S. João Batista deste lugar com todas as cerimónias que prescreve o Ritual de Paulo 5^a (...). E logo neste mesmo ato, compareceu na minha presença e das testemunhas José Alves que diz ser casado, natural da Paróquia das Choças, Bispado de S. Tiago, Reino de Espanha, que reconhecia por sua filha a dita batizanda. E para constar fiz este termo que assino com as testemunhas e com o dito pai*³³³.

³³¹ ALVES, Francisco Manuel, Abade de Baçal, *op. cit.* Tomo IV, p. 114.

³³² *Idem, Ibidem*, p. 117.

³³³ *Livro de Registo de Batismo da Freguesia de Picote* Lv.003, Cx.01.

Leite de Vasconcelos dá conta das movimentações da população mais jovem da zona fronteiriça de Miranda, ao País vizinho, nem sempre tendo como único móbil questões monetárias mas também a paixão pela aventura e o gosto pelo desconhecido:

*Os homens novos, válidos, emigram habitualmente para a Andaluzia, ficando as mulheres com os encargos da lavoura. É tradicional na terra mirandesa o uso dessa emigração. No começo do outono saem os moços, às vezes, em bandos. Alguns possuem bastantes meios nas suas casas, mas são levados pelo génio aventureiro, e seduzidos pelas cousas maravilhosas que se dizem da Andaluzia. Muitos têm lá enriquecido, outros têm casado com formosas andaluzas, porém ordinariamente voltam num período curto (...)*³³⁴.

Do Reino vizinho também vinham, alguns casais, ou pessoas isoladas, estabelecer-se em Picote essencialmente para o exercício de atividades específicas por carência local, ou preferência do empregador. É o que constatamos num registo de batismo de 28 de Setembro de 1880:

*Aos vinte e oito dias de mês de Setembro do ano de mil oitocentos e oitenta nesta Igreja Paroquial de S. João Batista, freguesia de Picote, Concelho de Miranda, Diocese de Bragança, batizei solenemente um indivíduo do sexo masculino a quem dei o nome de Modesto José e que nasceu nesta freguesia às sete horas da tarde do dia quatro do dito mês e ano; filho natural de Francisco Fernandez Garcia, Canteiro, natural de Trabanca³³⁵, Província de Pontevedra, Galiza e de Manuela Regojo, natural de Fermoselle³³⁶, Reino de Espanha, Bispado de Zamora, solteiros residentes nesta freguesia na Rua da Costanilha (...)*³³⁷.

As movimentações para um e outro lado da fronteira eram, assim, uma constante e desenvolveram, certamente, no seio da comunidade dinâmicas próprias, alargaram horizontes, o universo das relações sociais e o modo de interpretar o mundo e a vida.

7.1 - A Mobilidade segundo os registos de casamento

Tendo em vista perceber a mobilidade com destino a Picote, recorreremos aos registos de casamento. Através desta fonte ficamos a conhecer origem/naturalidade dos nubentes: homens e mulheres. Estamos conscientes de que a naturalidade registada

³³⁴ VASCONCELOS, J. Leite de, *op. cit.*, p. 56.

³³⁵ Trabanca, Província de Salamanca, Região de Castela e Leão, Espanha.

³³⁶ Fermoselle, Província de Zamora, Região de Castela e Leão, Espanha.

³³⁷ *Livro de Registos de Batismo da Freguesia de Picote*, Lv.024, Cx. 02.

nesta fonte nem sempre significa que houve migração para a freguesia de Picote já que um dos nubentes pode apenas lá ter ido casar e depois o casal fixar residência noutra freguesia, como referido.

Apesar deste problema metodológico, julgamos que a vantagem da sistematização destes dados é muito superior aos inconvenientes; por isso, construímos o quadro seguinte, onde agrupámos os nubentes por concelho e por períodos cronológicos, obtendo os seguintes resultados:

Origem dos Nubentes	1796-1820		1821-1845		1846-1870		1871-1900	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Concelho Miranda	7	1	9	3	4	4	18	5
Concelho Mogadouro	1	0	1	0	1	0	3	1
Concelho Vimioso	0	0	3	0	0	0	2	1
Concelho Vinhais	0	0	0	0	0	0	1	0
Província Zamora (Espanha)	0	0	0	0	1	0	0	0
TOTAL	8	1	13	3	6	4	24	7

Quadro 48: Identificação da origem dos nubentes (H/M) por concelho e período cronológico

Numa primeira leitura global, verifica-se um comportamento matrimonial pouco aberto; o número de contraentes (Homens e Mulheres) externos à comunidade é de sessenta e seis para todo o período em estudo - cento e cinco anos. A fraca representatividade exogâmica, nesta região do país, foi mencionada por Jorge Dias quando refere a existência de uma tendência endogâmica nas aldeias do nordeste transmontano: «Em Rio de Onor, como em várias outras aldeias, a exogamia é rara, e os rapazes impedem o acesso aos moços de fora. Se os apanham, obrigam-nos a pagar a patente, isto é uma conta calada de vinho»³³⁸, relata o autor.

De facto, faz ainda parte da memória coletiva da freguesia a obrigatoriedade de o noivo, que vinha contrair matrimónio a Picote, pagar o vinho a todos os jovens da aldeia e se o não fizesse era lançado vestido para o tanque coletivo da aldeia. Picote segue, assim, os padrões de outras aldeias da região.

Tentando uma análise pelos períodos considerados, regista-se um ligeiro aumento, na abertura à entrada de novos elementos, no períodos de 1821-1845

³³⁸ DIAS, Jorge, *Rio de Onor Comunitarismo Agro Pastoril*, Editorial Presença, Lisboa, 1981, p. 45.

decrecendo entre 1846-1870. No último período, 1871-1900, há um rejuvenescimento da freguesia com a entrada, de trinta e um novos membros para a comunidade.

Estreitando um pouco mais o exame dos dados, o quadro nº 49 destaca, para a globalidade do período em estudo, a origem dos nubentes, em números absolutos e percentagem.

Origem dos Nubentes	H	%	M	%
Concelho Miranda	38	74,5	13	86,7
Concelho Mogadouro	6	11,8	1	6,7
Concelho Vimioso	5	9,8	1	6,7
Concelho Vinhais	1	2,0	0	0,0
Província Zamora (Espanha)	1	2,0	0	0,0
TOTAL	51	100,0	15	100,0

Quadro 49: Origem dos nubentes (H/M): números absolutos e percentagem

Conclui-se que de um total de sessenta e seis registos de nubentes que não pertenciam à freguesia, cinquenta e um são referentes a homens e quinze a mulheres, ou seja o número de homens nubentes vindos de outras paragens é significativamente superior ao das mulheres. Traduzindo, em termos percentuais, diremos que 77,3% são homens e 22,7% mulheres. Relativamente aos homens, a maior percentagem é oriundo do concelho de Miranda do Douro (74,5 %) seguindo-se Mogadouro e Vimioso respetivamente com 11,8% e 9,8%; com valores residuais aparece-nos o Concelho de Vinhais, o mais afastado de Miranda do Douro com 2,0 % e Zamora igualmente com 2,0%. Analisando o grupo das mulheres a maior percentagem é oriunda do concelho de Miranda (86,7%); 6,7% são procedentes do concelho limítrofe de Mogadouro e igual percentagem (6,7%) é proveniente do concelho de Vimioso. Conclui-se facilmente que o raio migratório das mulheres é muito menor; isto é, deslocam-se apenas de localidades mais próximas.

Assim, verifica-se que os nubentes que vieram casar a Picote eram, predominantemente, provenientes de localidades do concelho; quer isto significar um raio migratório de curtíssima distância conforme se pode observar pelo quadro seguinte:

Origem dos Nubentes	N ^o s Absolutos	%
Concelho Miranda	51	77,3
Concelho Mogadouro	7	10,6
Concelho Vimioso	6	9,1
Concelho Vinhais	1	1,5
Província Zamora (Espanha)	1	1,5

Quadro 50: Origem dos nubentes: N^os absolutos e percentagem

A opção com maior destaque é a de os nubentes serem do Concelho de Miranda do Douro, Concelho de pertença da freguesia de Picote, com uma percentagem de 77,3%. Além do fator proximidade, a mesma identidade cultural com os mesmos valores, as mesmas crenças, tradições, normas morais, regras de conduta e até o mesmo modo de falar, o mirandês³³⁹, que o isolamento desta parte do território preservou, contribuíram, certamente, para este resultado. Convém lembrar que o picotês vivia, essencialmente, de uma economia de subsistência assente na exploração agrícola e na pastorícia.

A posse de parcelas de terra, mesmo de mini ou de micro dimensão, além de representar o sustento da família, era também o elemento diferenciador que conferia, como refere Brien O' Neill «posições elevadas a algumas casas e posições inferiores a outras»³⁴⁰. Ora, o casamento exogâmico não permitia aumentar a área a cultivar, assim, «o matrimónio é sistematicamente subordinado à força predominante do património»³⁴¹. Esta preocupação está expressa numa canção popular que o mesmo autor transcreve em que uma mãe procura direcionar as escolhas do futuro consorte da filha, com base na ocupação³⁴²:

Ó Joaquina, ó Joaquininha,
Trás daquele outeiro,
Andas em namoro, andas em namoro,
Lá com um carpinteiro.

Carpinteiro não, carpinteiro não
Que nos tranca a porta,
Antes soldadinho, antes soldadinho,
Que marcha na tropa.

³³⁹ A Lei n^o 7/99 de 29 de Janeiro de 1999 decreta o reconhecimento oficial dos direitos linguísticos da comunidade mirandesa.

³⁴⁰ O'NEILL, Brian Juan, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1984, p. 91.

³⁴¹ Idem, *Ibidem*, p.289.

³⁴² Idem, *Ibidem*, p.249.

(...)

Pedreirinho não, pedreirinho não,
 Causa muita guerra,
 Antes lavrador, antes lavrador,
 Que nos lavra a terra.

Dada a extensão do poema não o transcrevemos na íntegra; percebe-se, no entanto, que a mãe vai rejeitando, sucessivamente, propostas de nubentes com as mais variadas ocupações a favor da escolha de um lavrador *que nos lavra a terra* frisando, assim a importância, para a família, de quem tivesse aptidão para o trabalho agrícola. Não nos alongando demasiado na análise do poema, destacamos, todavia, o emprego do pronome *nos* que poderá indiciar que os nubentes, mesmo após o casamento ficavam a morar junto de um dos progenitores e a ajudar no amanho das terras³⁴³.

Interessante é, também, o quadro que a seguir se apresenta, onde se identificam as freguesias de origem dos contraentes de cada um dos Concelhos. Salienta-se que o alinhamento das freguesias, reproduzidas no quadro, está de acordo com a atual divisão administrativa.

Distrito	Concelho	Freguesia	1796 - 1820		1821 - 1845		1846 - 1870		1871- 1900		TOTAL
			H	M	H	M	H	M	H	M	
Bragança	Miranda	Silva e Águas Vivas	2						1		3
		Sendim Atenor	1		1	2	1	1	10	2	18
		Constantim e Cicouro								1	1
		Ifanes e Paradela			1		1	1			3
		Duas Igrejas					1	1	3		5
		Prado Gatão (1)	2		3						5
		Póvoa					1				1
		S. Martinho de Angueira	1	1	1						3
		Vila Chã da Braciosa			2			1	3	2	8
		Fonte Aldeia (2)				1			1		2
		Freixiosa (3)	1		1						2
	Mogadouro	Brunhosinho							1		1
		Granja (4)			1						1
		Travanca							2		2
		Urrós	1		1		1				3
		Vilarinho dos Galegos								1	1
	Vimioso	S. Joanico (5)			1						1
		Vale Frades							1	1	2
		Vilar Seco			1						1
		Vimioso							1		1
	Vinhais							1		1	

³⁴³ *Ibidem*, p.250.

Outros Locais	Zamora (Espanha)			1			1
---------------	------------------	--	--	---	--	--	---

Quadro 51: Origem dos nubentes com indicação do Distrito, Concelho e Freguesia

No quadro atrás apresentado, para respeitar o inscrito nos respetivos registos paroquiais, aparecem individualizadas freguesias que hoje são anexas de outra como é o caso de Prado Gatão (1), anexa da freguesia de Palaçoulo; Fonte de Aldeia (2) e Freixiosa (3) ambas anexas da freguesia de Vila Chã da Braciosa; Granja (4) anexa da freguesia de Saldanha e S. Joanico (5) anexa à Freguesia de Vale de Frades

Como se verifica é das freguesias de Sendim e Vila Chã da Braciosa, que confinam com Picote, que vêm mais noivos. A proximidade, que permitiria continuar e agricultar as terras, terá sido determinante. Realça-se, ainda, o pequeno número de enlaces com os vizinhos de Espanha com os quais, como já referimos havia vários contactos.

7.2 - A Mobilidade segundo os registos de óbito

Procuramos, igualmente, analisar a mobilidade com base nos registos de óbito, ou seja, verificamos, de entre os nubentes com origem noutros concelhos, os que faleceram em Picote. Os resultados apurados estão sintetizados no quadro seguinte que distribuímos por sexo e agrupamos em quatro períodos cronológicos, seguindo o critério anteriormente estabelecido. A sua leitura permite-nos concluir que os residentes, na freguesia, à data do óbito, maioritariamente, pertencem ao concelho de Miranda do Douro; verifica-se, igualmente, que relativamente ao óbito, os efetivos são originários dos três concelhos geograficamente mais próximos de Picote.

Origem dos Residentes	1796 - 1820		1821 - 1845		1846 - 1870		1871- 1900	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Concelho Miranda		1	3	1	7	1	4	4
Concelho Mogadouro					1	2		
Concelho Vimioso			1					
Zamora (Espanha)					1	1		
TOTAL		1	4	1	9	4	4	4

Quadro 52: Origem dos residentes (H/M) com óbito em Picote por concelho e períodos cronológicos

O quadro seguinte sintetiza a informação comprovando que os nubentes homens, que fixam residência em Picote, maioritariamente são originários do concelho de pertença daquela freguesia; as mulheres, como igualmente tínhamos verificado pelos registos de casamento, não só migraram menos como é menos diversificada a origem, confirmando-se a ideia da distância mais curta entre localidades (naturalidade e óbito).

Origem dos Residentes	H	%	M	%
Concelho Miranda	14	70,0	7	100,0
Concelho Mogadouro	3	15,0	0	0,0
Concelho Vimioso	2	10,0	0	0,0
Província Zamora (Espanha)	1	5,0	0	0,0
TOTAL	20	100,0	7	100,0

Quadro 53: Local de origem dos residentes (H/M) com óbito em Picote

Interessante é, também, o quadro seguinte onde se identificam as freguesias de origem dos residentes de cada um dos Concelhos e com óbito registado em Picote. Salienta-se que o alinhamento das freguesias, reproduzidas no quadro tal como já referido, segue a atual divisão administrativa. A nossa opção, como já aludimos, tem por base respeitar o inscrito nos respetivos registos de óbito em que aparecem individualizadas freguesias que atualmente são anexas de outra como é o caso de Prado Gatão (1), anexa da freguesia de Palaçoulo; Fonte de Aldeia (2) anexa da freguesia de Vila Chã da Braciosa; Granja (3) anexa da freguesia de Saldanha, S. Joanico (4) anexa à Freguesia de Vale de Frades e Mora (5) anexa da freguesia de Uva.

Como se verifica é da freguesia de Sendim, que confina com Picote, o maior número dos que nesta fixaram residência e nela morreram. Regista-se, também, o facto de o nubente, oriundo da província de Zamora, ter continuado o seu percurso de vida na aldeia que o acolheu.

Distrito	Concelho	Freguesia	1796 - 1820		1821 - 1845		1846 - 1870		1871- 1900		TOTAL
			H	M	H	M	H	M	H	M	
Bragança	Miranda	Silva e Águas Vivas					1				1
		Sendim e Atenor			1		1			3	5
		Ifanes e Paradelas					1		1		2
		Prado Gatão (1)			2		1		1		4
		Póvoa							1		1
		S. Martinho de Angueira				1	2				3
		Vila Chã da Braciosa		1			1	1			3
		Fonte Aldeia (2)							1	1	2
	Mogadouro	Granja (3)					1				1
		Urrós							2		2
	Vimioso	S. Joanico (4)			1						1
		Mora (5)					1				1
	Outros Locais		Zamora (Espanha)							1	

Quadro 54: Local de origem dos residentes (Distrito, Concelho e Freguesia) com óbito em Picote

Em síntese, procuramos saber a origem dos homens e mulheres que se deslocaram para se consorciarem em Picote; concluímos, pela leitura dos dados, que a mobilidade era, predominantemente do mesmo concelho da freguesia de acolhimento; a proximidade era, pois, facilitadora do estreitamento das relações interpessoais. Pese esta conclusão, também verificamos que há padrões de mobilidade diferenciados entre homens e mulheres quer quanto ao número de deslocados quer quanto à distância percorrida tendo sido os homens que se deslocaram em maior número e que percorreram maiores distâncias. A perspectiva não se alterou quando a análise foi feita por recurso aos dados relativos à mortalidade, antes se confirmou: são as mulheres as que menos se deslocam e que percorrem distâncias mais curtas.

CONCLUSÃO

Traçámos como principal objetivo, para o trabalho que ora apresentamos, o conhecimento do comportamento demográfico da freguesia de Picote entre o período de 1796 e 1900. À relevância dos dados quantitativos, de cada uma das variáveis demográficas, procurámos associar, sempre que possível, o nome e pedaços de vida das mulheres e dos homens que viveram naquele tempo pois são eles os atores fundamentais deste argumento e a quem queremos homenagear.

A população da freguesia teve uma quebra acentuada na segunda metade do século XVIII facto que deverá estar associado à ocorrência, naquele período, de conflitos bélicos integrados na Guerra dos Sete Anos.

No princípio do século XIX a freguesia evidencia uma recuperação populacional e na segunda metade do século, à semelhança do que se passa em Portugal continental, sobressai um crescimento notório. Em 1864, comparativamente com 1849, regista aumento no número de fogos e de habitantes; no período de 1864 a 1878, o acréscimo, no número de habitantes, é de 9,8%, e entre 1878 e 1890 ascende para 21,7%.

Constatamos, igualmente, que Picote apresenta uma população extremamente jovem onde os jovens (0-15 anos) atingem a cifra de 38,5% em 1864 e de 34,0% em 1878. Nota-se um reduzido número de idosos (≥ 66 anos) com percentagens de 2,1% e 3,8%, respetivamente. Nesta mesma sequência, a percentagem dos potencialmente ativos é muito alta, com 59,4% em 1864 e 62,2% em 1878. Estes valores refletem uma sociedade com um forte crescimento da sua população.

Após a análise do ponto de vista macro da população de Picote, procuramos conhecer a realidade social da freguesia. O estudo do juiz demarcante Columbano Pinto Ribeiro de Castro, datado de 1796, revela um significativo domínio da atividade agrícola, representada pelos grupos profissionais de agricultores e jornaleiros; tem uma das mais elevadas concentrações de fabricantes de lã do Concelho de Miranda do Douro; as atividades de alfaiate, sapateiro e carpinteiro, apresentem taxas de ocupação modestas.

Para complementar o conhecimento do quadro socioprofissional da freguesia socorremo-nos dos registos de batismo o que apenas foi possível a partir de 1860, embora com algumas omissões, porque só após esta data passou a ser referida a atividade profissional do pai do batizado. As atividades ligadas à exploração da terra continuam a ser as que têm maior peso representando 82,1%; o sector secundário, que

inclui atividades artesanais, ocupa o segundo lugar com 10,4%; verificou-se, também, após o estudo de Columbano, um aumento da diversidade de ofícios desempenhados pelos locais: além de alfaiates, sapateiros e carpinteiros passou a ter, também, canteiros, ferreiros e costureiras; embora não aparece representado o grupo dos fabricantes de lã, todavia há referência a um tecelão e a três tecedeiras. Neste período regista-se, ainda, a presença na aldeia de um conjunto de indivíduos ligados ao setor terciário: empregados de alfândega, empregados fiscais e professor primário.

Por sua vez, a análise dos livros de registos de óbito, embora nesta matéria contenham pouca informação, ajudou a completar o panorama socio profissional da freguesia: as atividades ligadas ao sector primário, sobretudo ao quadro da produção agrícola, continuam a dominar. Ganhou dimensão o sector terciário passando para a segunda posição na hierarquia das atividades socioprofissionais com inclusão de militares e eclesiásticos; em último lugar aparece o sector secundário onde estão incluídas as atividades artesanais.

Iniciamos a abordagem das diversas variáveis demográficas pela análise da nupcialidade e os dados recolhidos, para os períodos de 1796-1820 e 1821-1845, revelaram que os homens casavam mais tarde do que as mulheres. Em termos médios, a diferença rondava os quatro anos aproximando-se do que foi observado noutras localidades transmontanas. No período de 1861-1900, a idade média ao casamento por parte dos homens continua a ser superior à das mulheres; observamos que, na década de 1861-1870, a diferença foi de cerca de quatro anos e meio; na década de 1891-1900 de quatro anos; na década de 1881-1890 o afastamento foi à volta de três anos e de dois anos em 1871-1880. Relativamente à tipologia matrimonial, período de 1796 a 1900, a maioria dos casamentos realizou-se entre nubentes solteiros aparecendo em segundo lugar, na escala e com valores muito baixos, o noivo viúvo com noiva solteira. Por outro lado, ao longo deste período, a proporção de casamentos entre viúvos/viúvas não só foi reduzida como diminuiu na 2ª metade do século. Na escolha do nubente a opção principal e muitíssimo significativa recaiu em naturais da freguesia de Picote, situando-se o índice de endogamia, durante o período em análise (1796-1900), em 98,4%.

A taxa bruta de natalidade, em Picote, foi variando ao longo do período em análise apresentando, em alguns períodos, valores mais altos do que os registados nas duas principais cidades portuguesas. Ao dividirmos o espaço de tempo estudado em décadas pode dizer-se, que as que apresentam média anual superior se situam (quase)

todas na segunda metade do século XIX. Na primeira metade deste século, apenas a década de 1840 teria um valor superior à média enquanto na segunda metade do século apenas na década de 1860 é que o valor foi inferior à média geral.

As décadas com a média anual mais alta foram as últimas duas (1880 e 1890) do século XIX. Já os períodos de 1801-1810 e de 1821-1830 foram os que apresentaram o menor número de registos de nascimentos.

Ao nível das concepções verificamos que o pico máximo se distribuiu por dois momentos: um no final do ano em Novembro e Dezembro e início do ano subsequente (Janeiro) sendo este último o que registou o número mais elevado; o registo de concepções elevadas em Novembro e Dezembro são uma alteração ao nível do padrão comportamental que poderá ter subjacente uma mudança do comportamento religioso; isto é, o mês de Dezembro situa-se no tempo do Advento, e segundo os cânones religiosos, este período deveria ser marcado por uma praxis religiosa de preparação para o Natal; a Igreja, durante os momentos preparatórios das principais festividades religiosas, pedia aos casais abstinência dos prazeres corporais. O outro momento registou-se nos meses de Junho e Julho determinado pelos trabalhos agrícolas sazonais que decorriam, essencialmente, nos meses de Agosto, Setembro e Outubro.

A análise ao intervalo protogenésico revelou um expressivo número de nascimentos antes do casamento dos pais perfazerem os oito meses; quer isto significar um elevado número de concepções pré-nupciais. Considerando os valores totais de cada período cronológico (1796-1820; 1821-1845; 1846-1870) pode dizer-se que o IPM em Picote foi reduzindo ao longo dos tempos, passando de 17,7 meses (1796-1820) para 15,2 meses no segundo momento (1821-1845), para 14,9 meses no período de 1846 a 1870, aproximando-se dos valores encontrados em Romarigães no Alto Minho. Quanto ao tempo do intervalo intergenésico dos diferentes períodos cronológicos (1796-1820; 1821-1845; 1846-1870) foi aumentando entre os vários filhos. Tomando como exemplo os casamentos que aconteceram no período de 1821-1845, o intervalo entre o 1º e o 2º filho foi de 26,6 meses, entre o 2º e o 3º de 30,6 meses, entre o 3º e o 4º filho de 33,5 meses e o intervalo entre o 4º e o 5º filho ascende a 31,5 meses; em termos médios, o intervalo foi sempre superior a dois anos.

A fecundidade ilegítima, que analisamos a par das concepções pré-nupciais, teve uma acentuada subida no período compreendido entre 1871-1900. Procuramos equacionar algumas situações que poderão ter contribuído para estes valores. Neste

tema analisamos, ainda, o caso de três expostos, abandonados à porta de residentes de Picote, bem como o de quinze amas que amamentaram crianças da Roda de Miranda. Apurámos os quantitativos de famílias estéreis concluindo-se que o número de casamentos sem descendentes era percentualmente residual, sem qualquer significado estatístico.

No capítulo da mortalidade procuramos conhecer a evolução quantitativa dos óbitos, a linha de tendência da mortalidade, e identificar os momentos em que aconteceram os principais picos de mortalidade. Os resultados mostram que durante o período em análise (1796-1900) a sobre mortalidade fez parte do quotidiano da freguesia de Picote registando-se, na segunda metade do século XIX, as três décadas com maior número de óbitos;

Os resultados relativos à sazonalidade dos óbitos revelam que os meses de Março, Abril, Maio, Junho, Julho e Agosto foram, de uma maneira geral, os que registaram menor número de óbitos; Setembro, Outubro, Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro foram os meses onde se concentrou o maior número de mortes, concluindo-se que o clima, particularmente agreste nesta zona do país, tem especial influência nesta dicotomia.

Motivados por crises epidémicas, carências de mantimentos, fome, subida de preços de bens alimentares sobretudo dos cereais, detetamos vários períodos de sobre mortalidade na freguesia de Picote: anos de 1796, 1802: a crise detetada nestes anos afetou Picote e várias regiões do país; anos de 1805, 1809 e 1811 com especial realce para 1805 em que o número de óbitos quase triplicou em relação ao valor médio de todo o tempo do nosso estudo; anos de 1825, 1828 e 1832-1834 sendo que neste triénio a freguesia observou uma crise de magnitude 3, isto é uma crise forte. Para além da guerra civil, uma onda epidémica de cólera fustiga o País de norte a sul e, é provável que esta tenha também contribuído para o aumento do número de óbitos na comunidade de Picote. Anos de 1844 e 1856: no ano de 1844, observou-se uma crise com um índice de 9,5, o que significa que foi uma crise com magnitude 4, isto é uma grande crise. No ano de 1856, a freguesia viu, de novo, aumentar o número de ocorrências. Neste ano, Picote e o País passam por uma grave crise de mantimentos devido à escassez de cereais. Anos de 1864, 1868-1869: O número de óbitos registados em 1864 atingiu, quase proporcionalmente crianças e adultos (53,3% adultos e 46,7% crianças); além de se ter verificado uma subida de preço dos bens alimentares há notícia de um surto

de *cholera morbus*. Anos de 1878 e 1882: Neste período verifica-se nova escalada de óbitos com maior incidência em menores. Num total de 36 ocorrências, 21 são crianças menores de 7 anos. Os registos de óbito, não nos deram informação sobre as causas de morte; todavia, neste período surgiram no País vários surtos de varíola. Anos de 1893 e 1898. Do período em estudo, o ano de 1893 é que o que apresenta o maior número de óbitos atingindo particularmente a população adulta (69,6% adultos e 30,4% crianças). O índice da mortalidade de 1893 foi de 8,2, o que significa que houve uma crise de magnitude 4, isto é uma grande crise. É um período marcado por crises do sector agrícola penalizado pela instabilidade de preços e por alguns surtos epidémicos. Enquanto em 1893 a mortalidade atingiu maioritariamente adultos, em 1898 as vítimas foram essencialmente crianças (63,2% crianças e 36,8% adultos).

Utilizando o método de reconstituição de famílias, conseguimos identificar a idade com que um número significativo de pessoas nascidas nos períodos de 1796-1810 e 1811-1820 faleceram constatando-se que a idade média à nascença, na passagem do século XVIII para o XIX, rondava os 50 anos.

A partir de 1860, dado que nos registos paroquiais é anotada a idade do defunto, recorreremos ao método agregativo e calculámos a média de idades dos óbitos distribuídos por género concluindo-se que os homens que morreram na década de 1861 a 1870 tiveram, em termos médios, uma vida mais longa do que as mulheres (Idade Média H 36,36; M 33,65). Nas duas décadas finais do século XIX, em termos médios, as pessoas viveram mais tempo, sendo de notar a diferença entre os homens e as mulheres: na década de 1881-1890 a idade média ao óbito do Homem 42,08, da Mulher 40,06; na década de 1891-1900 a do Homem 46,47, da Mulher 38,82.

Por recurso aos registos de casamento e óbito procuramos perceber as correntes migratórias de e para Picote. Pretendíamos justificações sobre o crescimento da freguesia e perceber a permeabilidade à entrada, por via do casamento, de indivíduos não naturais desta comunidade rural. Verificamos um comportamento matrimonial pouco aberto em que o número de homens nubentes vindos de outras paragens é significativamente superior ao das mulheres (77,3% são homens e 22,7% mulheres). A proveniência (do nubente homem ou mulher) é, maioritariamente, de freguesias do Concelho de Miranda do Douro. A análise da mobilidade com base nos registos de óbito, ou seja, dos nubentes com origem noutros concelhos, e que faleceram em Picote,

confirma os dados: maioritariamente, pertencem ao concelho de Miranda do Douro, concluindo-se que, na freguesia, há uma fraca representatividade exogâmica.

Para melhor se poder visualizar a dinâmica conjunta das variáveis nupcialidade, natalidade e mortalidade elaborámos o Quadro nº 55, ilustrado pelo gráfico nº5:

Anos	Casam.	Bapt/Nasc	Óbitos	S.F. ³⁴⁴	Anos	Casam.	Bap/Nasc	Óbitos	S.F.
1796	1	10	10	0	1851	1	11	5	6
1797	6	6	1	5	1852	1	10	7	3
1798	3	5	7	-2	1853	2	13	7	6
1799	4	11	3	8	1854	1	14	3	11
1800	0	8	5	3	1855	1	14	4	10
1801	1	6	6	0	1856	2	10	10	0
1802	2	7	11	-4	1857	1	10	1	9
1803	2	8	3	5	1858	4	9	6	3
1804	1	7	6	1	1859	1	23	5	18
1805	1	8	17	-9	1860	1	8	8	0
1806	2	5	6	-1	1861	4	11	9	2
1807	4	6	5	1	1862	3	15	6	9
1808	2	9	2	7	1863	1	11	3	8
1809	1	10	13	-3	1864	2	9	15	-6
1810	8	3	4	-1	1865	1	10	9	1
1811	5	11	8	3	1866	0	15	7	8
1812	1	8	5	3	1867	5	6	3	3
1813	3	5	7	-2	1868	0	10	9	1
1814	3	12	6	6	1869	1	12	10	2
1815	2	10	5	5	1870	3	4	5	-1
1816	0	8	2	6	1871	3	17	6	11
1817	1	10	5	5	1872	4	12	5	7
1818	0	13	7	6	1873	5	12	6	6
1819	3	7	7	0	1874	6	17	5	12
1820	0	12	7	5	1875	0	21	9	12
1821	2	10	5	5	1876	7	12	7	5
1822	2	11	6	5	1877	2	15	8	7
1823	2	9	7	2	1878	1	17	17	0
1824	1	8	7	1	1879	6	19	9	10
1825	3	6	11	-5	1880	3	20	10	10
1826	1	5	5	0	1881	5	18	7	11
1827	3	6	3	3	1882	2	18	12	6
1828	2	6	8	-2	1883	2	16	9	5
1829	2	7	4	3	1884	6	24	7	17

³⁴⁴ Saldo Fisiológico= Diferença entre o número de nascimento e o número de óbitos.

1830	1	10	1	9	1885	1	21	5	16
1831	2	9	8	1	1886	9	21	3	18
1832	0	8	12	-4	1887	3	21	4	17
1833	0	8	16	-8	1888	4	24	5	19
1834	1	3	13	-10	1889	3	23	5	18
1835	2	9	3	6	1890	2	23	10	13
1836	2	4	5	-1	1891	3	22	8	14
1837	3	7	2	5	1892	4	25	7	18
1838	4	12	5	7	1893	3	17	23	-6
1839	4	8	2	6	1894	3	26	7	19
1840	2	12	7	5	1895	9	23	8	15
1841	3	7	2	5	1896	4	20	7	13
1842	3	12	6	6	1897	0	22	11	11
1843	6	13	6	7	1898	2	12	19	-7
1844	4	13	14	-1	1899	5	20	6	14
1845	2	16	3	13	1900	3	22	7	15
1846	3	15	9	6					
1847	2	15	4	11					
1848	0	11	3	8					
1849	7	19	7	12					
1850	1	13	2	11					

Quadro 55: Evolução dos casamentos, nascimentos e óbitos (1796-1900)

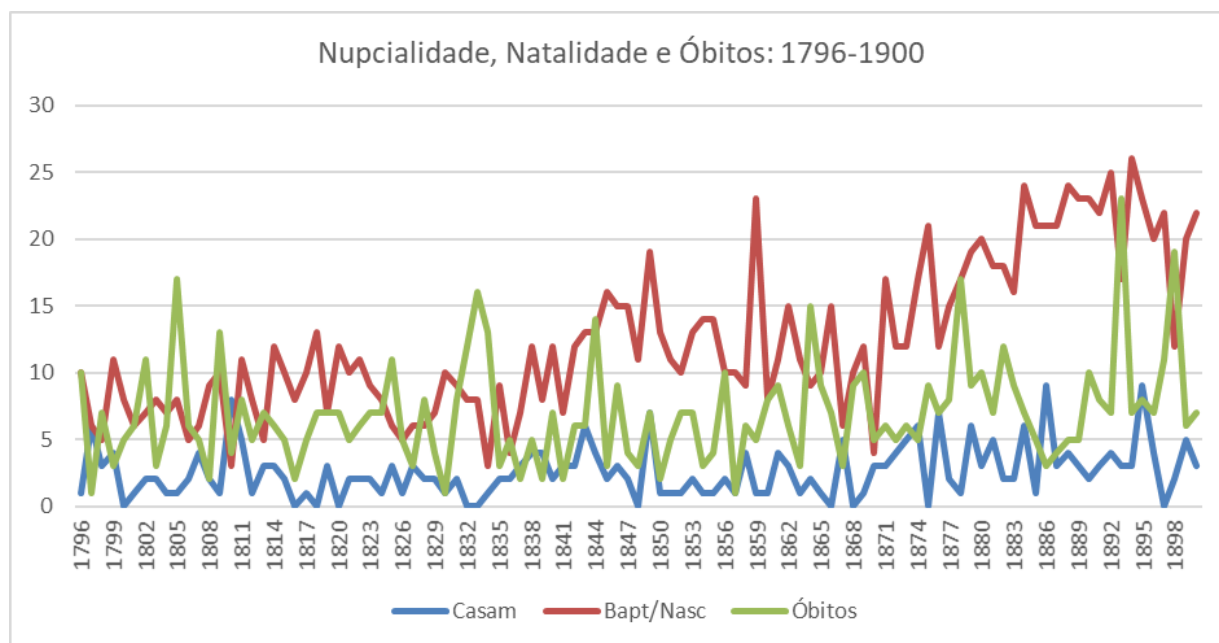


Gráfico 5: Nupcialidade, Natalidade e Mortalidade; n.ºs absolutos

O quadro e gráfico anteriores resumem os movimentos demográficos da freguesia durante o período investigado, onde encontramos alguns anos com saldo fisiológico negativo. O biénio de 1805-1806 foi um desses momentos, no qual se pode observar uma conexão entre a mortalidade e as outras duas variáveis (nupcialidade e natalidade). O ano de 1805 ficou marcado por um aumento significativo do número de óbitos, simultaneamente o número de casamentos reduziu-se e o número de nascimentos também baixou. Nos anos posteriores a dinâmica demográfica alterou-se, com o aumento do número de casamentos e de nascimentos e quebra dos óbitos. Idêntica dinâmica aconteceu no triénio de 1832-1834, onde durante este período de tempo o número de óbitos suplantou o dos nascimentos e o número de casamentos foi quase inexistente. A recuperação com a inversão da dinâmica demográfica aconteceu nos anos seguintes.

Por sua vez, nos anos de 1864, 1893 e 1898, o número de óbitos suplantou o dos nascimentos, mas em todos estes anos o número de casamentos não sofreu uma quebra tão significativa. Esta particularidade poderá ser interpretada da seguinte forma: nos anos com saldos fisiológicos por blocos plurianuais ocorreu uma crise demográfica já no caso de saldos fisiológicos negativos circunscritos a um simples ano apenas aconteceu uma crise de mortalidade.

Anos	Bapt/Nasc.	Casam.	Rel. Bapt/ Casam.	Bapt/Nasc.	Óbitos	S. F.
1796-1800	40	14	2,857	40	26	14
1801-1810	69	24	2,875	69	73	-4
1811-1820	96	18	5,333	96	59	37
1821-1830	78	19	4,105	78	57	21
1831-1840	80	20	4	80	73	7
1841-1850	134	31	4,323	134	56	78
1851-1860	122	15	8,133	122	56	66
1861-1870	103	20	5,15	103	76	27
1871-1880	162	37	4,378	162	82	80
1881-1890	211	37	5,703	211	67	144
1891-1900	209	36	5,806	209	97	112
SOMA	1304	271	4,812	1304	722	582

Quadro 56: Saldo fisiológico por décadas

Contudo a análise do saldo fisiológico por décadas (Quadro 56) permite concluir que à exceção da década de 1801-1810, em todos os outros períodos houve como que

uma autorregulação com um maior número de nascimentos nos anos subsequentes. As últimas décadas do século XIX apresentam um aumento expressivo tanto do número de nascimentos como de casamentos resultando num saldo fisiológico positivo. Em suma, a Freguesia de Picote foi crescendo de forma moderada até ao terceiro quartel do século XIX apresentando um considerável aumento no último quartel deste século.

Chegamos ao final deste percurso na expectativa de termos atingido os objetivos a que nos propusemos. Além do sentimento de enriquecimento pessoal, sustentado num trabalho de pesquisa e no exercício constante de construção de pensamento, sentimos a responsabilidade de trazer à luz do dia uma parte do passado de uma aldeia que assistiu ao desenrolar da vida de várias gerações da nossa família. Esperamos, com este trabalho de investigação, dignificar a freguesia de Picote e a sua gente.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Memórias Paroquiais, vol. 23, nº 154, pp. 999 a 1020 (Miranda do Douro).

Memórias Paroquiais, vol. 29, nº 172, pp. 1237 a 1240 (Picote).

Arquivo Distrital de Bragança

Freguesia de Picote

Registos de Batismo

PMDR 11/01/Lv001-Cx01 (1753 a 1830)

PMDR 11/01/Lv002-Cx01 (1830 a 1851)

PMDR 11/01/Lv003-Cx01 (1851 a 1859)

PMDR 11/01/Lv004-Cx01 a Lv010-Cx01 (1860 a 1866)

PMDR 11/01/Lv011-Cx02 a Lv036-Cx02 (1867 a 1911)

Registos de Casamento

PMDR 11/02/Lv001-Cx03 (1796 a 1859)

PMDR 11/02/Lv002-Cx03 a Lv030-Cx03 (1860 a 1900)

Registos de Óbito

PMDR 11/03/Lv001-Cx04 (1795-1859)

PMDR 11/03/Lv002-Cx04 (1860)

PMDR 11/03/Lv003-Cx04 a Lv021-Cx04 (1861 a 1879)

PMDR 11/03/Lv0022-Cx04 (1880 a 1889)

PMDR 11/03/Lv0023-Cx04 a Lv033-Cx04 (1890 a 1900)

Arquivo Municipal de Miranda do Douro

Atas das Sessões da Câmara Municipal de Miranda do Douro

Livro nº 22, 01 de Julho 1850 a 1854, pp. 138 a 140

Livro nº 23, 1854 a 1859

Ata de 17 de Agosto de 1856, pp. 82 a 85

Ata de 26 de Outubro de 1856, pp. 95 a 96

pp. 281 a 289

Livro nº 25, 1861 a 1865

Ata de 2 de Janeiro de 1864, pp. 160 a 161

Ata de 30 de Setembro de 1864, pp. 201 a 202

Ata de 6 de Abril de 1865, pp. 216 a 218

Livro nº 31, 24 de Agosto de 1889 a 23 Agosto de 1893

Ata de 13 de Janeiro de 1892, pp. 92 a 94

Ata de 9 de Março de 1892, pp. 96 a 100

Livro nº 32, 30 de Agosto de 1893 a 17 de Julho 1896

Ata de 2 de Maio de 1894, pp. 41 a 44

Livro nº 33, 1 de Julho de 1896 a 5 de Dezembro de 1900

Ata de 27 de Outubro de 1897, pp. 49 a 52

Juramento e Posse aos Professores 1892 – 1899; JPP – 2; pp. 11 e 12

Tombo Diocesano Mons. José de Castro/ Arquivo da Câmara Eclesiástica

Habilitação de Género – Cx. 55/ Proc. 695 (António Gonçalves Calvo)

Impressas

Bluteau, Raphael, Padre, *Vocabulário Portuguez e Latino*, Lisboa Ocidental, na Oficina de Pascoal da Sylva, 1721.

CARDOSO, Luís, *Dicionário Geográfico*, Officina Silviana, Lisboa, 1747.

CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de, *Mappa do Estado Actual da Província de Trás-os-Montes*, in Mendes, José Maria Amado, *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII segundo um manuscrito de 1796*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Parte I e II, 1762.

Constituições Synodaes do Bispado de Miranda, Lisboa, em Casa de Francisco Correa, impressor do Cardeal Iffante, 1565.

LIMA, Luiz Caetano, *Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos da Europa*, Lisboa Ocidental, 1734.

Ordenações Filipinas, Livro I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa.

Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 a 1849, 3 volumes, Edição crítica, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 2001; coordenação Luís Nuno Espinha da Silveira.

PINTO, António Joaquim de Gouveia, *Tratado Regular e Prático de Testamentos e Sucessões*, Lisboa, Typografia de José Baptista Morando, 1844.

TELLES, José Homem Correia, *Manual do Tabelião*, Lisboa, na Impressão Régia, 1830.

VITERBO, Joaquim dos Santos Rosa de, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram*, Tomo I, Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1798.

Censos:

Estatística de Portugal População *Censo no 1º de Janeiro de 1864*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1868.

Estatística de Portugal População *Censo no 1º de Janeiro de 1878*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1881.

Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890, Volume I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1896.

Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900, Imprensa Nacional, Lisboa, 1905.

Legislação:

Legislação Régia (1603-1910)

Periódicos:

O Mirandez: Miranda do Douro: António Maria Feio Pimentel, 1894-1897

Bibliografia

ALVES, António Bárbolo, BARROS, Anabela Leal, *O livro dos Testamentos*, Picote, 1780-1803, FRAUGA, Associação para o Desenvolvimento Integrado de Picote, 2019.

ALVES, Francisco Manuel, Abade de Baçal, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus, Museu do Abade de Baçal, Junho 2000.

ALVES, Jorge Fernandes, *Uma Comunidade Rural do Vale do Ave. S. Tiago de Bougado: 1650-1849*, Dissertação de Mestrado apresentada à FLUP, Porto, 1986, policopiada.

AMORIM, Inês, «A reconstrução de um espaço histórico: o concelho de Cambra na 2ª metade do século XVII», *Revista. Faculdade Letras, História*, Porto, III Série, Vol.7, 2006.

AMORIM, Maria Norberta, *Rebordãos e a sua População nos séculos XVII e XVIII*. Estudo Demográfico, Imprensa Nacional, Lisboa, 1973.

AMORIM, Maria Norberta, «S. Pedro de Poiães e a sua população de 1561 a 1830», in *Brigantia. Revista de Cultura*, vol. III, nº 4 (Out. Dez.), Bragança, 1983.

AMORIM, Maria Norberta Simas Bettencourt, *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1987.

AMORIM, Maria Norberta: *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*, Universidade do Minho, Braga, 1991.

ARIÈS, Philippe, *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*, Relógio d'Água, Lisboa, 1988.

BARBOSA, Maria Hermínia Vieira, «Crises de Mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX», *Núcleo de Estudos de População e Sociedade*, Instituto de Ciências Sociais Universidade do Minho, 2001, pp.5-45.

BRETTELL, Caroline B., *Homens que partem Mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1991.

BAUTISTA, Alberto Gómez, «Contributo para uma história do asturo-leonês em Portugal», *Lletres Asturianas* 115, 2016, pp. 89-102.

CAPELA, José Viriato, (et al.) *As freguesias do Distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758: Memórias, História e Património*, Braga, 2007.

CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte citado por AMORIM, Inês, «A reconstrução de um espaço histórico: o concelho de Cambra na 2ª metade do século XVII», *Revista Faculdade Letras, História*, Porto, III Série, Vol.7, 2006.

CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte, «Inquéritos promovidos pela Coroa no Séc. XVIII», in *Revista de História Económica e Social*, nº 21, Lisboa, 1987, pp. 93-130.

CORREIA, Mário, *A Dança dos Pauliteiros Memória e Identidade da Terra de Miranda*, Câmara Municipal de Miranda do Douro, 2018.

COSME, João, *Elementos para a História do Além Guadiana Português (1640-1715)*, Câmara Municipal de Mourão, 1996.

COSME, João, «A Solidariedade e a Conflitualidade na Fronteira Portuguesa do Alentejo (Séculos XIII-XVIII)», CEPES, *Centro de Estudos da População Economia e Sociedade*, nº 6, Porto, 2000, pp. 83-100.

COSME, João, «A População da Diocese de Elvas em 1724», in *População e Sociedade*, nº7, CEPES, Porto, 2001, pp. 115-127.

COSME, João, «Olivença (1640-1715). População e Sociedade», in *Revista de Estudos Extremeños*, Vol. 62, nº2, 2006, pp.753-820.

COSME, João, *Atas II Encontro de História de Loulé*, Câmara Municipal de Loulé, Arquivo Municipal, 2019.

COSME, João, «A mortalidade na freguesia de S. Clemente de Loulé (1848-1900), in *Atas. II Encontro de História de Loulé*, Câmara Municipal de Loulé, 2019.

COSTA, Avelino de Jesus da, «Paróquias», in *Dicionário de História de Portugal*, Direção de Joel Serrão, Iniciativas Editoriais, Lisboa, Vol. III (1963-1971).

COSTA M.J.de Almeida, «Forais», *Dicionário da História de Portugal*, citado por Costa, Ana Lúcia Pereira, Santana, Maria Olinda Rodrigues, «Documentação foraleira dionisiana de alguns concelhos do Alto Trás-os-Montes», Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, *Revista Galega de filoloxía*, 2006, pág. 117-141.

DAVID, Henrique Manuel Pebre Rodrigues, *As crises de mortalidade no concelho de Braga (1700-1880)*, Dissertação para Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1992.

DIAS, Jorge, *Rio de Onor Comunitarismo Agro Pastoril*, Editorial Presença, Lisboa, 1981.

FERREIRA, Carlos, *Sendin – Tierra de Miranda, Geografia e Toponímia*, Âncora Editora, Lisboa, 2013.

GOUVEIA, Maria da Luz Ferreira, *O Hospital Real de Todos os Santos, Expostos e Amas (1786-1790)*, Caleidoscópio, Lisboa, 2020.

HESPAÑA, António Manuel, «A Família» in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, Vol. IV, Estampa, Lisboa, 1998.

JUSTINO, David, *A formação do Espaço Económico Nacional Portugal 1810-1830*, Vol. II, Vega, 1986.

MARTÍNEZ RODRIGUEZ, Enrique, *La población de Santiago de Compostela (1630-1860). Estructuras, coyunturas y comportamientos demográficos*, Universidad de Santiago de Compostela, 2014.

MATTOSO, José, DAVEAU, Suzanne, *Portugal –O Sabor da Terra*, Círculo de Leitores, 1997.

MENDES, José Maria Amado, *Trás-os-Montes nos Finais do Séc. XVIII (Alguns Aspectos Económico-Sociais)*, Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação, 1985.

MENDES, José Maria Amado, *Trás-os-Montes nos fins do Século XVIII segundo um manuscrito de 1796*, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Os Concelhos e as Comunidades», in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, Circulo de Leitores, Lda. e Autores, Vol. IV, Junho 1993.

MOREIRA, Maria João Guardado, «O Século XVIII» in RODRIGUES, Teresa Ferreira (coordenação), *História da População Portuguesa Das Longas Permanências à Conquista da Modernidade*, Edições Afrontamento, Lisboa, 2008.

MORGADO, Artur Martins, *Subsídios para o Estudo da Higiene e Demografia da Cidade de Bragança*, dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto, 1908.

MOTA, Isabel Ferreira da, *A Academia Real da História, Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*, Edições Minerva, Coimbra, 2003.

MOURINHO, António Maria, *Nossa Alma e Nossa Terra*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1961.

MOURINHO, António Maria, *Cancioneiro Tradicional e Danças Populares Mirandesas*, Vol. I, Escola Tipográfica de Bragança, 1984.

MOURINHO, António Maria, *Guerra dos Sete Anos ou Guerra do Mirandum*, Câmara Municipal de Miranda do Douro, 3ª Edição, 1994.

NAZARETH, J. Manuel, *Introdução à Demografia*, Lisboa, Editorial Presença, 1996.

NAZARETH, J. Manuel, SOUSA, Fernando de, «Salvaterra de Magos nos Finais do séc. XVIII: aspectos sócio-demográficos» in *Análise Social*, nº 66, Lisboa, 1981, p. 315-373.

NAZARETH, J. Manuel, *Demografia. A Ciência da População*, Editorial Presença, Lisboa, 2004.

NETO, Margarida Sobral, «Percurso da História Local Portuguesa Monografias e Representações de Identidades Locais», in *Memória e História Local* de SANTOS, João Marinho dos e CATANA, António Silveira (Coord.), Palimage, Coimbra, 2010.

OLIVEIRA, Aurélio de, “Discurso sobre o Paiz do Douro” de José Jacinto de Sousa, *DOURO – Estudos & Documentos*, Vol. III (6), 1998 (2º), pp.199-231.

OLIVEIRA, Aurélio de, «Memória sobre o modo de honrar os Lavradores da Província de Trás-os-Montes e Alto Douro», *DOURO – Estudos & Documentos*, Vol. V, 2000, pp. 147-154.

OLIVEIRA, Carlos Prada de, *A Diocese de Miranda do Douro em meados do Séc. XVIII segundo as Memória Paroquiais de 1758*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, 2006.

O’NEILL, Brian Juan, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros, Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1984.

PINTO, Maria Luísa Rocha, *Crises de mortalidade e dinâmica populacional nos séculos XVIII e XIX na região de Castelo Branco*, vol. I, Dissertação de Doutoramento em Demografia apresentada à FCSH da UNL, Lisboa, 1993.

RAPOSO, Fábila Maria, *Estudo Demográfico de uma Paróquia do Planalto Mirandês: Palaçoulo (1615-1910)*, NEPS – Universidade do Minho, Guimarães, 2000.

RAVARA, António Pinto, «A classificação socioprofissional em Portugal (1806-1930)», *Análise Social*, vol. XXIV (103-104), 1988 (4.º, 5.º), pp.1161 – 1184, p. 1161.

REHER, David-Sven, *Família, Población y Sociedad en la Cuenca, 1700-1970*, Siglo XXI Editores, Madrid, 1988.

REIS, Maria de Fátima, *Os Expostos em Santarém, a Acção Social da Misericórdia (1691-1710)*, Lisboa, Cosmos, 2001.

RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1986.

RODRIGUES, Teresa, *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista*, Cosmos, Lisboa, 1995.

RODRIGUES, Teresa Ferreira (coordenação), *História da População Portuguesa*, Edições Afrontamento, Porto, 2009.

SÁ, Isabel dos Guimarães, «Abandono de crianças, infanticídio e aborto na sociedade portuguesa tradicional através de fontes jurídicas» in *Penélope*, nº 8, 1992, p. 75-89.

SALGADO, Maria da Conceição Cordeiro, *A Emigração Portuguesa para o Brasil, no contexto das grandes migrações europeias: o caso do distrito de Bragança*, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Lusíada do Norte, 2018.

SANTANA, Maria Olinda, *Registo do Foral Manuelino de Miranda do Douro*, Câmara Municipal de Miranda do Douro, Centro de Estudos António Maria Mourinho, 2009.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A População de Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1970.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria 1604.1609-1625* Academia Portuguesa de História, 1974.

SERRÃO, Joel, *Fontes de Demografia Portuguesa, 1800-1862*, Livros Horizonte, Lisboa, 1973.

SERRÃO, Joel e outros, “População activa e população na vida religiosa em Trás-os-Montes nos finais do século XVIII”, in *Análise Social*, Vol. XII (47), 1976-3º, pp.748-762.

SERRÃO, Joel, *Emigração Portuguesa, Sondagem Histórica*, Livros Horizonte, Lisboa, 1982.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da, *O Modelo Espacial do Estado Moderno*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998.

SILVA, Ana Cristina da, HESPANHA, António Manuel, «O quadro Espacial», in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, Círculo de Leitores, Lda. e Autores, Vol. IV, Junho 1993.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, «A organização do território e o estudo da população (1801-1847)» in *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1847*, Instituto Nacional de Estatística, 2001, Vol. I.

SOUSA, Fernando de, *A população Portuguesa nos Inícios do Século XIX*, Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1979.

SOUSA, Fernando de, *História da Estatística em Portugal*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1995.

SOUSA, Fernando, «Uma Descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá», in *População e Sociedade*, nº 3, 1997, pp. 359-399.

SOUSA, Fernando de, «Uma Descrição de Trás-os-Montes em finais do Século XVIII», in *População e Sociedade* nº 4, IEPF, Porto, 1998, pp. 413-449.

SOUSA, Fernando de, COSME, João et all, *Alentejo, População e Economia em Finais de Setecentos*, CEPES, Centro de Estudos da População Economia e Sociedade, Porto, 2016.

TABORDA, Vergílio, *Alto Trás-os-Montes Estudo Geográfico*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

TAVARES, Virgílio, PEDRO, Lúcia, *Os meninos da Roda em Torre de Moncorvo*, Edição do Autor, 2007.

TELLES, José Homem Correia, *Manual do Tabelião* na Impressão Régia, Lisboa, 1830.

TIZA, António A. Pinelo, «A dança dos paus: paloteo da província de Zamora e pauliteiros do Distrito de Bragança», in *STVDIA ZAMORENSIA*, Vol. IX, 2010, pp. 139-164.

VASCONCELOS, José Leite, «Notícias de Antigualhas da Terra de Miranda no século XVIII» in *O Arqueólogo Português*, Vol. I, 1895.

VASCONCELOS, Leite de, *Estudos de Philologia Mirandesa*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1900.

VEIGA, Teresa Rodrigues, «A População Portuguesa no Século XIX», *Revista Economia e Sociedade* N° 2, 2004.

VIDIGAL, Luís, *O Municipalismo em Portugal no Século XVIII*, Livros Horizonte, Lisboa, 1989.

ANEXOS

Anexo 1: Reconstituição de famílias

	ASCENDENTES	PROGENITORES	DESCENDENTES 1ªGRAU	DESCENDENTES 2ªGRAU
FAMÍLIA 1	Manuel Garcia Teresa Cruz	Joaquim Garcia (N: - M: 25/11/1856)		
		Casamento: 16/01/1797	1. António Maria (N: 07/06/1798 M: 26/06/1873)	
	João Martins Isabel Agostinha	Maria Martins (Agostinha) (N: - M: 14/05/1809)	2. Manuel António (Garcia) (N: 03/11/1800 M: 07/02/1842)	
			Casamento: 22/02/1822 Maria Antão	1. Maria José (N: 13/02/1823 M: -)
				2. José (N: 26/08/1825 M: 18/12/1834)
				3. José Joaquim (N: 16/10/1827 M: -)
				4. Margarida Rosa (N: 03/07/1830 M: -)
				5. Doroteia (N: 27/08/1831 M: 14/03/1833)
				6. Teresa de Jesus (N: 10/12/1833 M: 25/12/1833)
				7. Joaquim (Garcia) (N: 29/05/1835 M: 14/12/1890)
				8. Teresa (N: 01/04/1838 M: -)
			3. Teresa (Garcia) (N: 22/08/1802 M: 28/07/1871)	
			Casamento: 05/05/1819 José Martins	1. Manuel Joaquim (N: 18/11/1821 M: -)
				2. Maria das Neves (N: 05/08/1824)

			M: -)
		4. José Mateus (N: 21/09/1804 M: 21/01/1811)	

FAMÍLIA 2	ASCENDENTES	PROGENITORES	DESCENDENTES 1ªGRAU	DESCENDENTES 2ªGRAU
	José Antão Teresa Carreira	Manuel Antão (N: - M: 26/10/1835)		
		Casamento: 07/02/1798	1. Maria do Carmo (Antão/Soeira) (N: 04/07/1799 M: 04/09/1848)	
	Manuel Domingos Luzia Soeira	Ana (Luísa/ Domingues) Soeira (N: - M: 11/09/1841)	Casamento: 22/02/1822 Manuel Garcia	1. Maria José (N: 13/02/1823 M: -)
				2. José (N: 26/08/1825 M: 18/12/1834)
				3. José Joaquim (N: 16/10/1827 M: -)
				4. Margarida Rosa (N: 03/07/1830 M: -)
				5. Doroteia (N: 27/08/1831 M: 14/03/1833)
				6. Teresa de Jesus (N: 10/12/1833 M: 25/12/1833)
				7. Joaquim (N: 29/05/1835 M: 14/12/1890)
			8. Teresa (N: 01/04/1838 M: 05/10/1896)	
		2. António (N: 04/04/1802 M: -)		
		3. Catarina (N: 25/11/1804 M: -)		
		4. José Marcelino (N: 11/09/1808 M: -)		

		5. João Batista (Antão) (N: 13/03/1814 M: 18/05/1866)	
		Casamento: 07/02/1839 Maria Preta(o)	1. Isabel (N: 09/09/1840 M: 25/03/1866)
			2. Florência (N: 23/12/1842 M: -)
			3. Manuel de Deus (N: 08/01/1846 M: 07/11/1867)
			4. Teresa de Deus (de Jesus) (N: 08/01/1846 M: -)
			5. Manuel José (N: 08/02/1847 M: -)
			6. Mateus (Antão) (N: 25/01/1850 M: 26/12/1890)
			7. José António (N: 11/03/1852 M: -)
			8. Frutuoso (N: 06/04/1855 M: -)
		6. Manuel António (N: 13/03/1814 M: 01/05/1814)	
		7. Manuel Filipe (Antão Soeiro) (N: 27/07/1817 M: 01/08/1894)	
		Casamento: 02/03/1845 Maria Carlota Ramos	1. Ana Maria (Antão Soeiro) (N: 06/05/1845 M: 23/10/1897)
			2. Francisco (N: 17/06/1849 M: -)
			3. Francisco (N: 20/08/1851 M: 15/04/1893)
			4. Lázaro Joaquim (N: 16/11/1856 M: 13/02/1874)

	ASCENDENTES	PROGENITORES	DESCENDENTES 1ªGRAU	DESCENDENTES 2ªGRAU
	FAMÍLIA 3	Manuel Galdes Ana Galdes Navarro	Manuel Galdes (N: - M: -)	
		Casamento: 27/06/1798	1. José Luís (N: 26/09/1799 M: -)	
José Carreiro Maria Louçana		Luísa Carreira (N: - M: 29/10/1863)	2. Maria do Carmo (N: 06/10/1801 M: -)	
			3. Mariana Galdes (Carreira) (N: 23/11/1803 M: 30/12/1877)	1. Francisco Manuel (N: 14/06/1835 M: 01/10/1895)
			4. Caetano (Galdes) (N:19/08/1806 M: 29/03/1885)	
			Casamento: 03/02/1842 Luísa Alves	1. Maria do Carmo (N: 11/02/1844 M: 20/06/1893)
				2. Ana Domingues (N: 05/12/1847 M: -)
				3. Luciano da Ascensão (N: 10/05/1855 M: -)
			5. Maria Inácia (Galdes/Carreira) (N:01/08/1809 M: 28/12/1883)	
			Casamento: 30/01/1837 José Paulo Martins	1. Maria Carlota (N: 06/01/1838 M: -)
				2. Ana Raquel (N: 02/11/1841 M: 08/10/1895)
				3. Francisco Manuel (N: 20/04/1845 M: -)
				4. Mariana (N: 11/06/1849 M: -)
			6. Francisco António (N:10/10/1811 M: -)	

		7. António (Geraldês) (N:10/04/1814 M: 02/08/1866)	
		Casamento: 04/02/1845 Luísa (Isabel) Cândida Carreira	1. José Raimundo (N: 27/04/1845 M: -)
			2. José Raimundo (N: 02/03/1847 M: -)
			3. Maria (N: 30/03/1849 M: -)
			4. Ana (N: 27/06/1851 M: -)
			5. Francisco Manuel (N: 20/11/1853 M: -)
			6. Francisco Manuel (N: 17/03/1855 M: -)
			7. Maria da Piedade (N: 16/10/1856 M: 05/07/1864)
			8. Manuel Luís (N: 15/08/1859 M: -)
			9. Bernardina Rosa (N: 07/05/1862 M: -)

FAMÍLIA 4	ASCENDENTES	PROGENITORES	DESCENDENTES 1ªGRAU	DESCENDENTES 2ªGRAU
	Manuel Folgado Maria Cordeira	José Folgado Marta (N: - M: 07/05/1815)		
		Casamento: 16/02/1801	1. Manuel (N: 29/08/1806 M: -)	
João Pires Maria Domingues	Maria (Marta) Domingues/Pires (N: - M: 31/10/1897)	2. Manuel da Cruz (Folgado/Marta) (N: 15/10/1808 M: 07/01/1885)		

		Casamento: 31/01/1838 Maria José Garnacha (Folgado)	1. Teresa de Jesus (N: 09/11/1838 M: 16/10/1844)
			2. José dos Santos (N: 26/10/1839 M: -)
			3. José Estevão (N: 26/12/1840 M: -)
			4. Manuel Filipe (N: 02/08/1842 M: -)
			5. Teresa de Jesus (N: 15/03/1846 M: -)
		Casamento: - Luísa (de) Morais	1. António (Marta) (N: 22/03/1851 M: 18/12/1896)
			2. Maria Constância (N: 04/01/1855 M: -)
		3. Francisco António (N: 22/01/1812 M: -)	
		4. Francisco Valentim (Folgado/Marta) (N: 10/02/1815 M: 13/08/1893)	
		Casamento: 09/01/1839 Teresa de Jesus Alves	1. Manuel José (N: 09/11/1840 M: 06/01/1859)
			2. José Caetano (Marta) (N: 26/10/1842 M: 05/12/1899)
			3. Maria Antónia (N: 26/12/1845 M: -)
			4. António Vitorino (N: 02/08/1848 M: -)
			5. Francisco (N: 15/03/1850 M: -)
			6. Infância Joaquina (N: 22/03/1854 M: -)
			7. Cândida das Dores (N: 04/01/1857)

			M: -)
			8. Prudência Rosa (N: 04/01/1888 M: -)

FAMÍLIA 5	ASCENDENTES	PROGENITORES	DESCENDENTES 1ªGRAU	DESCENDENTES 2ªGRAU
	Manuel Martins Isabel Alves	António (Pedro) Martins (Alves) (N: - M: -)		
		Casamento: 28/02/1802	1. Maria Teresa (Martins) (N: 27/10/1805 M: 30/09/1871)	
	João Domingues Josefa Folgada	Ângela Domingues (N: - M: 02/11/1818)	Casamento: 10/10/1825 Manuel Galego	1. António Joaquim (N: 25/08/1826 M: -)
				2. José da Graça (N: 07/10/1828 M: 18/09/1833)
				3. Manuel José (N: 11/05/1832 M: 21/11/1832)
				4. Maria José (Florinda Galega) (N: 11/05/1835 M: 02/10/1878)
			2. Isabel Maria (N: 23/03/1809 M: 01/02/1878)	
			Casamento: 20/01/1842 Manuel Martins	
			3. Menino & Menina (N: -16/03/1814 M: 18/03/1814)	

		4. Francisco Manuel (Martins) (N: 02/11/1818 M: -)	
		Casamento: - Teresa Moreta	1. Cândida Rosa (N: 01/07/1853 M: -)
			2. José do Espírito Santo (N: 09/04/1856 M: -)
			3. Violante do Espírito Santo (Martins) (N: 04/06/1859 M: 03/09/1896)
		5. António Luís (N: 02/11/1818 M: -)	

	ASCENDENTES	PROGENITORES	DESCENDENTES 1ªGRAU	DESCENDENTES 2ªGRAU
	FAMÍLIA 6	José Carreiro Joana João	João Carreira (N: - M: 17/10/1818)	
		Casamento: 09/02/1807	1. José Raimundo (Carreira/o) (N: 21/11/1807 M: 05/06/1868)	
João Martins Ana Afonso		Maria Martins (José) (N: - M: 17/08/1811)	Casamento: 18/06/1827 Maria Carlos (Meirinhos)	1. Francisco (Raimundo) (N: 27/03/1828 M: 20/08/1869)
				2. Manuel (N: 30/08/1829 M: 18/10/1832)
				3. Paula Rita (N: 05/03/1831 M: 24/10/1832)
				4. Isabel (N: 22/10/1832 M: 19/01/1846)

		2. Maria José (Martins Carreira) (N: 15/06/1809 M: 15/11/1880)	
		Casamento: 14/11/1825 José Fernandes	1. Manuel José (N: 25/03/1827 M: 01/09/1833)
			2. Florência (N: 18/08/1830 M: 23/11/1832)
			3. Maria do Carmo (N: 17/02/1833 M: -)
			4. Manuel José (N: 24/01/1836 M: -)

FAMÍLIA 7	ASCENDENTES	PROGENITORES	DESCENDENTES 1ªGRAU	DESCENDENTES 2ªGRAU
	José Meirinhos Isabel Afonsa	Domingos Meirinhos (N: - M: 07/11/1856)		
		Casamento: 09/01/1811	1. José dos Santos (N: 25/10/1811 M: -)	
	Agostinho Branco Isabel Agostinha	Teresa Branca (Agostinha) (N: - M: 11/03/1873)	2. Manuel José (Agostinho Meirinhos) (N: 21/10/1813 M: 04/06/1898)	
			Casamento: - Maria Pires	1. José António (N: 13/03/1854 M: -)
				2. Augusto César da Gama Barreto (N: 13/10/1856 M: -)
				3. Domingos Maria (N: 11/10/1859 M: -)
				4. Margarida Rosa (N: 04/04/1862 M: -)
				5. Agostinho dos Santos (N: 31/10/1864 M: -)
			6. Ana Maria	

			(N: 01/02/1866 M: -)
		3. Isabel (Meirinhos) (N: 01/08/1815 M: 20/11/1869)	
		Casamento: 04/06/1849 Manuel Bernardo Antão	1. Teresa de Jesus (N: 17/06/1854 M: -)
		4. Maria Filipa (Agostinha Meirinhos) (N: 01/05/1817 M: 14/07/1891)	
		5. José (N: 21/03/1819 M: -)	
		6. Alexandre Pedro (Meirinhos) (N: 12/10/1820 M: 22/05/1898)	
		7. Catarina Rosa (N: 13/07/1822 M: -)	
		8. Margarida (N: 30/11/1823 M: -)	

	ASCENDENTES	PROGENITORES	DESCENDENTES 1ªGRAU	DESCENDENTES 2ªGRAU
	FAMÍLIA 8	José Lourenço Doroteia Bartolomeu	José Lourenço (N: - M: 03/09/1840)	
		Casamento: 30/01/1817	1. Francisco Luís (Lourenço) (N: 27/10/1819 M: 13/04/1869)	
Francisco Domingues Maria Gila		Teresa (Gila) Domingues (N: - M: 12/10/1836)	Casamento: 06/02/1843 Regina Guiomar	1. Maria da Glória (N: 01/04/1843 M: -)
				2. Ana Maria (N: 25/05/1845 M: -)
				3. José Maria (N: 15/07/1847 M: -)

			4. Manuel (N: 23/10/1849 M: -)
			5. Francisco da Cruz (N: 19/04/1852 M: -)
			6. Isabel Maria (N: 04/07/1854 M: -)
			7. Margarida dos Santos (N: 27/10/1856 M: -)
			8. Manuel Vicente (N: 28/07/1859 M: -)
			9. Constância Rosa (Lourenço) (N: 04/01/1863 M: 02/11/1897)
		2. Doroteia Sância (N: 13/03/1822 M: -)	
		3. Margarida de Jesus (N: 13/10/1823 M: 05/08/1825)	
		4. Maria (N: 12/08/1825 M: 17/08/1825)	

	ASCENDENTES	PROGENITORES	DESCENDENTES 1ªGRAU	DESCENDENTES 2ªGRAU
	FAMÍLIA 9	Manuel Miguel Madalena Domingues	Joaquim Miguel (N: - M: 17/05/1834)	
		Casamento: 01/02/1810	1. José Maria (N: 12/07/1812 M: -)	
Francisco Domingues Isabel Preta		Maria Domingues Ferreira (N: - M: 04/08/1844)	2. António (Miguel) (N: 21/11/1813 M: 16/07/1878)	
			Casamento: - Bárbara Martins	1. Francisco (N: / /1833 M: 31/08/1898)

			2. Maria José (N: 06/09/1835 M: -)
			3. Joaquim (N: 14/08/1837 M: -)
			4. José Maria (N: 17/12/1839 M: 30/12/1879)
			5. Maria José (N: 02/01/1843 M: -)
			6. Manuel de Deus (N: 13/03/1846 M: -)
			7. Inácio (N: 15/04/1847 M: -)
			8. Ana (N: 04/12/1849 M: -)
		3. Francisco Manuel (Miguel/Ferreiro) (N: 03/05/1816 M: 25/08/1861)	
		Casamento: 07/02/1844 Luzia Fernandes (Ana Ruana)	1. Manuel José (N: 27/06/1844 M: -)
			2. Margarida Rosa (N: 01/04/1847 M: -)
			3. José (N: 23/11/1848 M: Óbito Infans)
		4. Manuel de Deus (N: 14/11/1818 M: Óbito)	
		5. Manuel José (Miguel) (N: 11/03/1821 M: -)	
		Casamento: 29/06/1846 Ana Maria João Ramos	1. Clemente José (N: 12/03/1848 M: -)
			2. Manuel de Deus (N: 04/02/1854 M: 29/11/1866)

			3. Domingos Joaquim (N: 21/06/1857 M: -)
			4. Sinforósia Maria (N: 26/11/1860 M: -)
		6. Maria da Conceição (N: 08/04/1823 M: 05/08/1876)	
		Casamento: 07/01/1841 José António Pires	1. Manuel Claudino (N: 13/11/1841 M: 21/10/1844)
			2. Cândida Rosa Pires (N: / /1843 M: 19/07/1899)
			3. Claudino José (N: 14/08/1845 M: -)
			4. Maria da Cruz (N: 23/04/1847 M: Óbito Infans)
			5. José Luís (N: 23/04/1849 M: -)
			6. Manuel (N: 08/02/1851 M: -)
			7. Francisco Inácio (N: 13/01/1854 M: -)
			8. Ana Marcelina (N: 16/08/1856 M: -)
			9. Bartolomeu António (N: 29/08/1858 M: ÓBITO)
			10. Bárbara Cândida (N: 16/03/1860 M: -)
			11. Ricardo Joaquim (N: 08/12/1864 M: -)
		7. Clemente (Miguel) (N: 15/04/1825 M: 04/03/1893)	
		Casamento: - Maria José Galega	1. Maria da Trindade (N: 03/06/1860 M: 20/03/1891)
			2. Florentina Rosa

			(N: 15/02/1862 M: 24/05/1862)
			3. Fortunato José (N: 12/03/1863 M: -)
			4. António José (N: 12/09/1865 M: -)
			5. Albino dos Reis (N: 05/01/1868 M: -)
			6. Alexandre Maria (N: 11/10/1869 M: 02/10/1871)
			7. Manuel Martinho (Miguel) (N: 20/03/1872 M: 12/06/1893)
			8. Francisco Manuel (N: 26/03/1875 M: -)
		8. Inácio (N: 16/04/1827 M: 19/12/1833)	
		9. Joaquim (N: 26/07/1829 M: 08/05/1833)	
		10. Isabel Cândida (N: 28/03/1831 M: 06/12/1833)	
		11. Domingos (N: 13/07/1833 M: 14/07/1834)	

FAMÍLIA 10	ASCENDENTES	PROGENITORES	DESCENDENTES 1ªGRAU	DESCENDENTES 2ªGRAU
	João Martins Isabel Agostinha	João Martins (Agostinho) (N: - M: 06/03/1811)		
	Casamento: 24/05/1797		1. Maria José (Meirinhos) (N: 16/05/1799 M: 02/04/1834)	

Lourenço Meirinhos Maria Moura	Luzia (Luísa) Meirinhos (N: - M: 16/06/1833)	Casamento: 18/07/1827 José Raimundo Carreira	1. Francisco (N: 27/03/1828 M: 20/08/1869)
			2. Manuel (N: 30/08/1829 M: 18/10/1832)
			3. Paula Rita (N: 05/03/1831 M: 24/10/1832)
			4. Isabel (N: 22/10/1832 M: 19/01/1846)
		2. Manuel (N: 03/04/1803 M: -)	
		3. Teresa (Martins) (N: 03/04/1803 M: 21/01/1830)	
		Casamento: 14/12/1824 Tiago Dirzes	1. Manuel (N: 06/03/1825 M:)
			2. Prudência (N: 16/08/1827 M: 07/09/1828)
			3. Francisco Manuel (N: 22/03/1829 M: -)
		4. Isabel (Martins) (N: 21/11/1804 M: -)	
		Casamento: 23/06/1823 Manuel Pires	

		5. Catarina Rita (Martins Meirinhos) (N: 23/09/1808 M: 09/10/1876)	
		Casamento: 26/05/1830 Francisco Martins da Cruz	1. Maria Rita (N: 21/08/1832 M: -)
			2. Domingos (N: 20/11/1834 M: 28/10/1844)
			3. Manuel José (N: 17/06/1840 M: 23/07/1878)
			4. Maria Teresa (N: 08/11/1844 M: 21/04/1879)
			5. Isabel Alexandrina (N: 19/04/1846 M: -)
		6. Paula (Martins Meirinhos) (N: 03/04/1811 M: 14/03/1856)	
		Casamento: 06/11/1834 José Joaquim Alves (Martins)	1. Maria da Purificação (N: 01/02/1835 M: 12/05/1893)
			2. Ana de Jesus (N: 18/01/1837 M: -)
			3. Isabel Alexandrina (N: 13/10/1838 M: -)
			4. Joaquim (N: 25/11/1840 M: 12/10/1846)

			5. Margarida (N: 01/05/1842 M: -)
			6. Sância (N: 31/10/1844 M: -)
			7. Francisco Manuel (N: 20/01/1847 M: -)
			8. Teresa (N: 01/05/1849 M: -)
			9. João Alexandre (N: 08/05/1852 M: -)

FAMÍLIA 11	ASCENDENTES	PROGENITORES	DESCENDENTES 1ªGRAU	DESCENDENTES 2ªGRAU
	Manuel Preto Ana Delgada	Francisco Preto (N: - M: 07/11/1873)		
		Casamento: 14/01/1811	1. Maria Sância (N: 05/05/1814 M: -)	
	Francisco Antão Maria João	Maria Domingues (Antão) (N: - M: 02/05/1872)	2. Manuel de Deus Preto (N: 05/06/1816 M: -)	
			Casamento: 09/01/1837 Maria Ramos (Delgada)	1. Isabel Cândida (N: 27/01/1838 M: 21/10/1879)
				2. Ana Maria (N: 25/03/1843 M: -)
			3. Isabel Maria (N: 11/04/1819 M: 23/09/1836)	
			4. Pedro José Preto (N: 29/06/1821 M: 21/04/1894)	
			Casamento: 10/07/1843 Maria Moreta/ Domingues (Tecedeira)	1. António Manuel (N: 24/10/1843 M: -)
				2. Francisco Manuel (N: 13/02/1846 M: -)
				3. Isabel (N: 27/02/1850 M: -)
				4. Francisco Inácio (N: 10/06/1855 M: -)
				5. António Joaquim (N: 14/07/1858 M: -)
			Casamento: 18/05/1891 Maria do Carmo Domingues	1. Sebastião Maria (N: 03/02/1891 M: -)
		5. António Joaquim (N: 04/03/1823 M: 03/10/1824)		

		6. António Joaquim Preto (N: 09/01/1825 M:)	
		Casamento: 26/05/1852 Maria (Filipa) José da Cruz	1. Ana Maria (N: 07/04/1853 M: 31/10/1874)
			2. Manuel da Cruz (N: 12/09/1854 M: -)
			3. Teresa de Jesus (N: 29/01/1859 M: 14/02/1865)
			4. Francisco Manuel (N: 28/09/1861 M: -)
		7. Francisco Inácio (N: 20/08/1827 M: -)	
		8. Ana Joaquina Preta (N: 27/03/1829 M: -)	
		Casamento: 05/07/1846 João da Cruz	1. José António (N: 16/05/1847 M: -)
			2. Manuel (N: 13/01/1850 M: -)
			3. Emília da Cruz (N: 27/04/1856 M: -)
			4. Manuel do Nascimento (N: 23/12/1859 M: -)
		9. José Maria (N: 24/04/1832 M: -)	
		10. José Maria Preto (N: 22/11/1833 M: 29/10/1882)	
		Casamento: 16/02/1857 Rita Ramos	1. Infância Joaquina (N: 27/02/1857 M: -)
			2. Manuel António (N: 18/11/1859 M: -)
			3. Rafael da Cruz (N: 09/09/1862 M: 21/11/1862)
			4. Guilhermina Rosa

			(N: 16/12/1863 M: -)
			5. Rafael Fulgêncio (N: 12/12/1866 M: -)
			6. Florentina Rosa (N: 06/09/1871 M: -)
			7. Teresa de Jesus (N: 06/09/1871 M: -)
			8. António Inácio (N: 01/02/1873 M: -)
		11. Francisco Manuel (N: 14/08/1844 M: -)	
		12. Francisco Manuel (N: 16/09/1846 M: -)	
		13. Ana (N: 19/10/1850 M: -)	